



O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 26ª Reunião.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu o seguinte documento para seu conhecimento.

Aviso nº 62, de 15 de junho de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº TC-025644/2010-6, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 55, de 2010.

O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Comunico ainda que a Comissão de Assuntos Econômicos foi convidada para participar da audiência pública no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a finalidade de debater propostas diferenciadas de contratações com a Administração Pública para a realização de obras e serviços de infraestrutura financiados com recursos públicos, a ser realizada amanhã, quarta-feira, dia 29 de junho, às 14 horas e 30 minutos, no Plenário nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho.

Quero também registrar aqui que recebemos a Mensagem do Senado Federal de autoria da Presidência da República de nº 95, de 2011, Mensagem nº 00216, de 21/06/2011, na origem. A ementa: submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Márcio Fortes de Almeida para exercer o cargo de Presidente da Autoridade Pública Olímpica – APO.

O Dr. Márcio Fortes de Almeida será sabatinado na próxima terça-feira. O Dr. Márcio Fortes, inclusive, hoje está aqui. O ex-Ministro é figura muito querida do Senado Federal, competente administrador público. Não tenho dúvida de que seu nome será muito bem votado e aqui aclamado por tudo o que fez pelo Brasil, com dignidade, com competência e com honra. Portanto, na próxima terça-feira, o Ministro Márcio Fortes será aqui sabatinado, assumindo, se assim os Senadores e Senadoras entenderem, a Presidência da Autoridade Pública Olímpica. A APO estará em muito boas mãos.

Quero também informar aos Srs. Senadores e Senadoras que, junto com a Secretaria da CAE, já marcamos todas as audiências públicas do primeiro semestre para discutir efetivamente essa questão da reforma tributária, da guerra fiscal, da Resolução nº 72, da renegociação de dívidas, das concessões. Portanto, vamos encaminhar aos gabinetes essa agenda, que, evidentemente, pode sofrer



alguma alteração em função dos convidados, porque nem todos os convidados confirmaram ainda sua presença.

A pauta de hoje é a audiência pública com a presença, como expositor, do Ex^{mo} Sr. Aloizio Mercadante, Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, a fim de discorrer sobre o tema “Economia e Competitividade: a Importância da Inovação”, em atendimento ao Requerimento nº 33/2011 da CAE, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias.

Peço ao Senador Lindbergh e ao Senador Walter Pinheiro que conduzam o convidado ao plenário da Comissão.

De acordo com os arts. 397 e 398 do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: S. Ex^a, o Sr. Aloizio Mercadante, terá trinta minutos para fazer sua exposição; em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e pelos Senadores inscritos; a palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido; o interpelante dispõe de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, tendo prazo máximo de dois minutos para a réplica, concedendo ao Ministro o mesmo tempo para a tréplica.

Com a palavra o Ex^{mo} Sr. Aloizio Mercadante, Ministro de Estado de Ciência e Tecnologia, para fazer a sua exposição. Muito bem-vindo, Ministro Aloizio Mercadante, Senador desta Casa, homem respeitado por todo o País e que prestou grandes serviços ao Senado Federal como nosso Líder, Líder não só do PT, mas Líder também do Governo. Com a palavra o Ex^{mo} Sr. Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Bom dia a todos e a todas.

Eu queria saudar, no nome do Senador Delcídio, todos os Senadores e Senadoras presentes, a imprensa e todos vocês que nos acompanham.

Fico muito feliz de ver esse interesse imenso em ciência e tecnologia. Recebo e acolho, de forma calorosa, esse empenho nessa agenda estratégica do Brasil. Exatamente aproveitando esse interesse fantástico que hoje a CAE demonstra, vou fazer uma exposição de ciência e tecnologia, mas sei que tem gente aqui que quer discutir outros temas, que eu tenho igualmente interesse total de debater, de forma transparente e pública.

Vou fazer a exposição e depois abrimos o debate.

Eu tenho utilizado esse gráfico em algumas apresentações, porque ele faz um balanço do crescimento econômico do Brasil no último século. Na primeira metade do século, o Brasil cresceu 4,6%. A partir da crise de 1929, em 1934, começamos a superar o modelo primário exportador e começa um processo de industrialização. O Brasil soube sair de forma criativa da crise. E o Governo Getúlio criou o Ministério do Trabalho, o Ministério da Educação, a CLT, o sindicato, ou seja, organizou o mercado de trabalho e o Estado brasileiro. Ele cria um núcleo estratégico de empresas públicas que serão fundamentais para o salto



que o Brasil vai dar historicamente: a CSN, a Vale do Rio Doce, Álcalis, a Fábrica Nacional de Motores, a Fábrica Nacional de Vagões. Então, o setor metal-mecânico, a industrialização pesada, começa a se instalar a partir do Governo Getúlio, ainda numa ditadura, com o Estado Novo de 1937 a 1945. Ele sai do Governo e volta depois, de 1950 a 1954, criando o BNDES e a Petrobras. Ele constrói as condições para o Brasil dar o salto para o patamar que é o de começar a crescer a mais de 7% ao ano – 7,2% - nesses trinta anos que vão de 1950 a 1980.

Aqui, eu destacaria o Governo Juscelino Kubitschek, que soube articular um pacote de investimentos estratégicos e trouxe a indústria automotiva, que, na época, era a indústria da indústria, porque era a indústria que mais relações interindustriais possuía, pois, atrás do automóvel, têm metalurgia, mecânica, plástico, química, borracha e, na frente, postos de gasolina, oficina, pedágios, estradas. Com tudo isso, o Brasil passa a crescer 7,2%, mas com uma característica interessante: toda vez que passamos para esse patamar, temos problemas nas contas externas e nas contas públicas. O final do Governo Juscelino é um período de crise cambial e fiscal, de grave instabilidade política. A última tentativa de estabilizar a economia foi o Plano Trienal, com Celso Furtado e San Tiago Dantas, que não se viabiliza.

Temos o Golpe de Estado e o Paeg em 1964, com uma política de estabilização feita com força bruta. O Brasil volta a crescer no regime militar na segunda metade do ano de 1967, a uma taxa superior a 8%. É o chamado milagre econômico, o auge do ciclo, até 1973. Vêm o primeiro e o segundo choques do petróleo. Nós éramos muito dependentes naquela ocasião. Vem a política do dólar – é bom prestar atenção, porque hoje estamos vivendo o lado oposto do que vivemos naquela época. Lá, era a política da diplomacia do dólar forte. Os Estados Unidos aumentam a taxa de juros externo de 6% para 21% e arrebatam a balanço de pagamentos dos países endividados. Começamos aí a ter uma grave crise cambial, uma grave crise financeira e uma hiperinflação que vai durar quatorze anos.

Então, nesse período, nesses vinte anos, o Brasil cresce 2%. Eu destacaria aqui o final do governo Fernando Henrique Cardoso, que, com a estabilização, com o Plano Real, começa a criar condições para a gente voltar a crescer. No governo Lula, há uma taxa de 4%, muito próxima ao que foi a primeira metade do século.

É interessante verificar que o Brasil foi o País que mais cresceu no mundo entre 1900 e 1980. E, agora, voltamos a ter um ritmo de crescimento semelhante à primeira metade do século e, de vez em quando, o País começa a dizer: “Quero vir para 7%”, como foi no ano de 2010. Aí novamente se manifestam problemas de infraestrutura, de logística, de contas externas, de contas públicas, e a gente volta para esse patamar em torno de 4,5%, que é a taxa histórica de crescimento.



Próximo. Por que nós conseguimos voltar a esse ritmo de crescimento? O Brasil foi, no ano passado, o terceiro País que mais cresceu na economia mundial. Primeiro, pelo controle da inflação. A inflação estará e esteve, desde 2004, dentro do limite da meta inflacionária – a banda superior e a banda inferior, o limite da banda. E este ano também estará. Nós tivemos um fortíssimo choque de preços a partir das *commodities*, em seis meses os preços das *commodities* externas, inclusive petróleo, cresceram 42%, isso pressionou a inflação do Brasil no resto do mundo, a economia estava muito aquecida, o governo tomou medidas, aumentou o superávit primário, tivemos medidas macroprudenciais para regular o crédito, um pequeno aumento na taxa de juros que já era alta, e a inflação já começa a cair, no mundo e aqui, e nós vamos cumprir o regime de metas este ano mais uma vez.

O grande diferencial do governo Lula foi o crescimento baseado na expansão do mercado interno de consumo de massas. Quer dizer, 32 milhões de pessoas que vêm para a classe média, 28 milhões que saem da pobreza, crédito consignado, salário mínimo, Bolsa Família, vão criando uma massa de consumo que vai mudar o padrão de crescimento. Ou seja, a gente não depende mais só do mercado externo para crescer.

Terceiro, a consolidação do sistema público de crédito e o financiamento do investimento. BNDES, Caixa, Banco do Brasil e Finep – quero até publicamente pedir aqui a aprovação do Senado da medida provisória que chegará amanhã, que libera R\$1 bilhão de crédito para a Finep. Esses recursos já foram repassados para a Finep, é crédito, crédito para inovação, e nós vamos precisar mais do que um bilhão. Nós já liberamos, em quatro meses, R\$1,4 bilhão – Glauco Arbix está aqui, que é o nosso Presidente da Finep, Professor titular da USP, era o coordenador do Observatório da Inovação – e há uma forte demanda por inovação.

Então, esse sistema público de crédito foi o que permitiu ao Brasil sair da crise como saiu, porque aqueles que enveredaram pela ideia do estado mínimo, da desregulamentação do sistema financeiro sem nenhum instrumento público, ficaram completamente vulneráveis na crise de 2009.

Outro destaque que eu queria levantar é o bônus demográfico. Por que o bônus demográfico? Porque nós estamos vivendo um momento muito especial da história, em que a população economicamente ativa é maior do que a inativa. Portanto, há mais pessoas trabalhando, ou em condições potencialmente de trabalhar, do que jovens ou idosos, e isso dá um ganho importante que nós temos que saber usar de forma inteligente.

Além disso, nós temos a consolidação da democracia no Brasil. Então, o Brasil, nesse período, emerge como a sétima economia do mundo, um País que melhora muito as suas contas externas, a vulnerabilidade externa. Nós temos reservas de mais de US\$360 bilhões, a nossa dívida pública é de 40% do PIB, o nosso déficit público é de 1,9% do PIB. Quero destacar aqui que toda vez a



gente vê essa conversa sobre as finanças públicas, o déficit público da economia americano é de 9,9% do PIB, é seis vezes maior do que o nosso déficit. Então, nós estamos vivendo um período muito importante em termos de melhora nas contas externas, nas contas públicas, com essas características que permitem um crescimento sustentável do Brasil.

Próximo.

No entanto, se a gente olhar com mais profundidade, nós temos algumas deficiências que precisam ser analisadas. Uma delas é a qualidade das contas externas. Nós vínhamos num déficit comercial no início da década passada, começamos a aumentar. Entre 2005 e 2007, nós tivemos superávit comercial de US\$45 bilhões, ele começa a cair, o câmbio começa a se apreciar e, em 2010, nós temos um déficit de US\$20 bilhões. Esse superávit vem caindo. Ainda é elevado, mas é de baixa qualidade, porque é basicamente impulsionado pelas commodities, pelo preço dos alimentos, do minério. E o Brasil agora começa a ser auto-suficiente, logo será exportador de derivados de petróleo. Mas a gente perde em qualidade, no superávit comercial, nas áreas de média e alta tecnologia.

Vou analisar alguns setores estratégicos.

Setor de tecnologia da informação e comunicação.

Hoje, a tecnologia da informação corresponde a 4% do PIB, fatura US\$85 bilhões; as TICs, 8% do PIB, US\$165 bilhões.

O Brasil é o oitavo mercado mundial em TI e o sétimo mercado interno em TICs, no entanto o nosso déficit nesse setor é de US\$18,8 bilhões.

Qual é o desafio na área de tecnologia da informação?

Essa é uma indústria portadora de futuro. O esforço do Ministério é exigir mais conteúdo local, aumentar o PPB, o processo produtivo básico em toda a cadeia de TICs.

Nós começamos com os *tablets*. Como vocês estão vendo, já temos oito empresas licenciadas para produzir *tablets* no Brasil. Ontem mesmo, a ZTE, uma grande empresa chinesa, anunciou que brevemente estará produzindo *tablet*; a Foxconn abrindo uma linha da Apple, a Semp Toshiba, enfim, um conjunto de empresas – não vou mencionar cada uma delas. Acho que não é necessário. A Samsung, etc.

Esse é um produto novo, um produto que não existia há um ano e meio que traz um salto de qualidade importante. Inclusive temos empresas de *tablets* anunciando que vão produzir na Zona Franca de Manaus. E é um mercado novo que está se abrindo, porque não existia.

No entanto, quando a gente olha o Brasil, nós vamos vender este ano 15 milhões de computadores: *notebooks*, *laptops*, PCs e *tablets*. Oitenta milhões de celulares, nós estamos vendendo por ano e algo em torno de 12 milhões de televisores.

Qual é o nosso desafio? É diminuir a importação e promover substituição de importações em toda essa cadeia produtiva.



No *tablet* nós exigimos: começa com 20%, vai a 80% dos insumos, dos componentes em três anos. Nós queremos estender isso para televisores, para celulares e para outras cadeias industriais. Nós temos que voltar a exigir conteúdo local para ter incentivo fiscal ou acesso ao crédito público, porque é isso que vai nos permitir dar um salto importante nessas indústrias portadoras de futuro.

Aqui nós temos o setor de bens de capital. É o décimo primeiro no ranking mundial. Importação de máquinas é modernização, no entanto nós precisamos continuar olhando esse setor, fomentando, incentivando, porque é um setor que tem grande impacto no impulso à inovação.

No setor químico, nós temos aqui um déficit de US\$16 bilhões, mas estamos começando uma nova geração da química, que é a química que tem como origem o etanol substituindo o nafta, o chamado plástico verde. Isso é uma coisa específica do Brasil, uma linha importante. Mas aqui também nós temos um déficit importante.

Na área industrial da saúde, nós temos um déficit de US\$12 bilhões. São fármacos e equipamentos médicos. Fármacos são US\$6 bilhões e meio.

O Brasil avançou muito em tudo o que diz respeito à síntese química com os genéricos, mas muito pouco nos remédios derivados da nova geração, que são os biológicos. E essa vai ser decisiva no futuro da produção de fármacos. Nós precisamos discutir muito bem o marco regulatório e ter uma política mais agressiva de fomento à pesquisa, de estímulo aos laboratórios nacionais e de atração de centros internacionais. Por exemplo: a Novartis vai investir agora – o Presidente nos comunicou, no Ministério – US\$350 milhões numa fábrica de vacina em Pernambuco. Nós precisamos trazer centros de P&D e exigir mais conteúdo local, porque aumenta a demanda da população por saúde e o déficit é muito grande na área de fármacos. E o Brasil precisa desenvolver tecnologia nessa área de fármacos e equipamentos industriais da saúde.

Então, quais são as diretrizes fundamentais que nós estamos desenhando?

Primeiro, colocar ciência, tecnologia e inovação como eixo estruturante do desenvolvimento. É isso que vai permitir ao Brasil dar um salto extraordinário. O Brasil não pode se acomodar em ser um exportador de *commodities*. Nós temos que desenvolver a indústria portadora de futuro e isso exige ciência, tecnologia e inovação.

Segundo, o Brasil tem que consolidar a sua liderança em tudo que diz respeito à economia do conhecimento natural. Nós somos o segundo maior produtor e exportador de alimentos, somos um grande país exportador de minérios, seremos um grande exportador de derivados de petróleo. Nós temos que consolidar essa liderança, mas temos que avançar na economia do conhecimento, na sociedade do conhecimento, setores esses, alguns e outros que não mencionei, estratégicos e que dependem de muito investimento em educação,



ciência e tecnologia. Temos de aproveitar este momento extraordinário de aumento dos preços das *commodities* para criarmos uma base industrial centrada na sociedade do conhecimento, na economia do conhecimento. Petróleo é uma energia não renovável, minério pode sofrer perdas importantes de preços, no futuro, como a história econômica demonstra. Onde está o futuro econômico? Está no setor da economia do conhecimento. O planejamento estratégico é a prioridade número um de todo o planejamento estratégico da União Europeia. O Brasil precisa olhar isso com a mesma importância estratégica.

Além disso, nós temos que transitar para uma economia de baixo carbono e sustentabilidade ambiental. Aqui tem todo um campo de oportunidade de energia limpa, um campo de oportunidade na economia criativa. A Inglaterra, por exemplo, é o país que tem o maior percentual da cultura no PIB. Eles estão fazendo um forte ajuste fiscal. Não cortaram nada da cultura. Por quê? Porque cultura gera muito emprego, gera muito turismo, e o Brasil tem um potencial fantástico nessa área.

Especialmente na Amazônia, o nosso Ministério, por exemplo, monitora o desmatamento da Amazônia. Nós temos um radar que mapeia a cada 250 metros quadrados, vamos ter um novo, no ano que vem, que vai mapear a cada 50 metros quadrados. O Ibama e a Polícia Federal fiscalizam o desmatamento.

O problema é que não adianta só monitorar e fiscalizar. Tem que se criar valor agregado à biodiversidade, tem que ter pesquisa para gerar investimento, atrair investimento e desenvolver a Amazônia a partir do valor agregado que vem da biodiversidade. Nós somos o G1 da biodiversidade. Existem 17 países megadiversos no mundo, do ponto de vista da sua biodiversidade. O Brasil é o número um. Nós temos que saber usar isso para impulsionar a nossa transição para a economia de baixo carbono e abrir uma alternativa de renda para 24 milhões de pessoas que vivem na região amazônica.

E, finalmente, erradicar a pobreza, aprofundar a distribuição social e regional da renda, que foi muito fortemente impulsionada no governo Lula e é uma das grandes prioridades do governo Dilma.

[Próximo]

Para avançar nessa direção, o que é que o Ministério vem fazendo e nós queremos aprofundar? Primeiro, formar recursos humanos. Não tem ciência e tecnologia se não tiver pesquisador, se não tiver educação de qualidade. Nós mais que dobramos o número de mestres e doutores nos últimos oito anos do governo Lula, triplicamos o valor dos investimentos em bolsas de estudo e ampliamos fortemente os *campi* universitários para o interior.

Qual é o salto que a Presidenta Dilma orienta? Primeiro, o Pronatec. Nós temos um grande déficit, hoje, no ensino profissionalizante e precisamos gerar oito milhões de estudantes no ensino profissionalizado até 2014. E este é



um esforço muito grande que o Brasil precisa fazer: investir em ensino profissionalizante.

Estamos fazendo parceria com o Senai para dobrar o número de alunos. O Senai tem, hoje, um milhão e oitocentos mil estudantes, nós queremos ir para quatro milhões. Estamos lançando um programa de bolsa de estudo no exterior. Queremos 75 mil alunos, em quatro anos, nas melhores universidades do mundo. Olhar o *ranking* das melhores universidades, especialmente em engenharia exatas, que é onde temos o nosso maior déficit; usar muito bolsa sanduíche, bolsa de um ano. Na graduação, se você manda o jovem, ele pode não voltar. Se a raiz dele está aqui, ele vai e volta e continua construindo o País. Há muito pesquisador de fora hoje querendo voltar ao Brasil.

[Próximo]

Um dos saltos importantes que nós tivemos foi a descentralização das universidades federais. Nós tínhamos 43 universidades federais. Hoje nós temos 230. O Nordeste, por exemplo, tinha 1,4% do sistema de pós-graduação no Brasil; hoje tem quase 10%. A região Norte tinha 19 cursos de doutorado; hoje tem 40. Então, houve uma forte descentralização. O desafio qual é? O desafio é: nós aprofundarmos esse processo de descentralização sem perder a qualidade nos centros de excelência que estão espalhados pelo Brasil. Então, nós temos um duplo movimento: descentralizar e preservar a qualidade.

Próximo.

No entanto, quando a gente analisa o investimento em P&D do Brasil, o que a gente verifica? Os Estados Unidos investiram US\$400 bilhões em 2008, 2,7% do PIB; o Japão, US\$150 bilhões. 3,4% do PIB; a China US\$120 bilhões, 1,5% do PIB; a Alemanha, US\$84 bilhões, 2,8% do PIB; o Brasil, US\$25 bilhões, 1,2% do PIB.

Então, nós somos a sétima economia do mundo e podemos caminhar para sermos a quinta. Quando a gente olha para frente, é aqui que vamos competir. Nós temos que aumentar o percentual do PIB em ciência e tecnologia, aumentar o percentual do PIB em P&D, para que a gente possa ter um valor que seja capaz de criar condições de competitividade com esses países que têm um PIB muito maior e que têm um percentual do PIB ainda maior que o Brasil.

Próximo.

Agora, qual é a dificuldade? A dificuldade... Azul é o setor privado; amarelo é o Governo. O Governo brasileiro, estamos passando agora... Portugal e Espanha vão viver agora uma crise fiscal muito difícil, e provavelmente o Reino Unido, nós estamos avançando a nossa posição nesse *ranking*.

No entanto, as empresas brasileiras. Azul. Olha aqui a Coreia, olha o Japão. O Japão é 2,7% do PIB, 2,5% do PIB de investimento do setor privado. O Brasil é 0,57%, se você considerar aqui a Petrobras. Se você tirar a Petrobras, que investe R\$1,2 bilhão, isso aí cai para 0,3% do PIB do setor privado.



Por que o setor privado não investe em inovação, em P&D? Primeiro, porque foram 20 anos de crise, e você criou uma aversão ao risco. Segundo, porque o País não crescia e tem problemas de custos elevados, carga tributária, juros, infraestrutura, câmbio apreciado, tudo isso dificulta investimento em inovação. Mas também por uma cultura passiva diante da inovação, o que a China nunca teve. A China sempre exigiu transferência de tecnologia, parceria com empresas nacionais. Eles aprenderam a copiar. Depois de aprenderem a copiar, começaram a reduzir o custo, a fazer custos competitivos para atingir o público deles, porque a renda *per capita* é muito baixa. E, depois de copiar e reduzir custos, aprenderam a fazer e estão disputando liderança.

Então, o Brasil não pode mais ter uma atitude passiva. Tem que criar um movimento empresarial pela inovação, que hoje nós temos. Está aqui o nosso ex-presidente da CNI. Ele, Robson Andrade tem trabalhado fortemente nesse movimento. Começar a mobilizar o empresariado pela inovação e criar uma cultura da inovação e uma nova parceira entre Estado e setor privado nessa direção.

Próximo.

Aqui está o nosso esforço na área de formação. Nós tínhamos um pouco mais de 300 mil alunos na rede pública federal de ensino de graduação, hoje temos em torno de um milhão. Triplicamos em dez anos. No entanto, a engenharia não cresce no ritmo que precisaria crescer. Só 5,9% dos jovens estão indo para engenharia. E isso cria um problema muito grave em várias cadeias estratégicas, por exemplo na área de TI, engenheiros eletrônicos.

Eu vi, por exemplo, que aquela empresa Foxconn queria levar 200 engenheiros mais 200, para serem treinados agora na China. Na primeira *tranche*, ela conseguiu selecionar 170. Nós temos dificuldade em vários setores do mercado. E, além disso, como o ensino da Matemática é fraco no ensino médio, os alunos, quando chegam na universidade, nas exatas, começam a ter cálculo 1, 2, 3, estatística 3, começam a desistir do curso e vão para o mercado de trabalho. Se você não criar o trabalho de base, de formação na área das exatas... Nós vamos lançar um programa de estímulo à engenharia forte e vamos tentar ajudar a resolver, a acelerar, pela demanda que existe, com aquele programa de internacionalização da formação dos jovens, fazer um grande programa nas principais universidades do mundo. Mas nós temos que cuidar do alicerce, da formação desde baixo, para avançar as engenharias e ter um foco especial nas engenharias, que é um grande déficit na formação de recursos humanos.

Próximo.

Quando a gente olha a ciência brasileira, o salto é extraordinário. Nós somos hoje o 13º país em termo de volume de publicações, e a métrica é a publicação em revistas indexadas, com comitês científicos, e é selecionada. Então, é o 23º país em termos de impacto da publicação. No entanto, quando a gente olha a patente, a situação do Brasil é muito ruim. Quer dizer, o nível que nós



temos aqui de patente é muito baixo para ser a sétima economia do mundo. É muito defasado. Então, nós precisamos criar uma cultura de patente. Eu dou o exemplo do óleo de copaíba. O óleo de copaíba é da Amazônia, todo mundo que mora lá conhece. Aprendi com meus pais há 40 anos, é um anti-inflamatório, é um cicatrizante muito potente. Setenta e seis por cento da pesquisa publicada sobre o óleo de copaíba são de pesquisadores brasileiros. As 36 patentes registradas que eu identifiquei, nenhuma é de brasileiro. Então, nós precisamos criar uma cultura de patente. Com um agravante: quem é que patenteia? É o setor privado. Quem patenteia, no mundo, dois terços são o setor privado. No Brasil, dois terços são o setor público. Novamente, se a indústria brasileira não se mover em direção à patente, nós não vamos conseguir avançar.

Segundo, nós temos que modificar o INPI. O INPI é uma instituição que precisa acelerar a capacidade de processar. Nós estamos com mais ou menos 275 mil pedidos de patente estocados, e nós estamos demorando sete, oito anos para liberar uma patente. Nós temos que contratar mais analistas, acelerar o processo para garantir que haja de fato condições de o Brasil disputar esse mercado estratégico de patente e de inovação.

Próximo.

Essa aqui é a rede Sibratec. É uma rede bastante importante que estamos criando no Brasil todo, todas as instituições que de alguma forma produzem inovação estão sendo articuladas. Qual é o salto que a gente quer dar agora na rede Sibratec? É criar uma Embrapa da indústria. Quer dizer, a Embrapa teve um papel extraordinário para a agricultura brasileira ser o que é. Nós estamos trabalhando agora para trazer uma Embrapa da indústria, reunindo quem? Reunindo o IPT, reunindo os principais centros do Senai, que tem centros de excelência de alto desempenho, chamando o INT, quer dizer, os grandes institutos, que fazem pesquisa na ponta, aplicada para a indústria, para atender à demanda da indústria, especialmente da média e da pequena empresa. Estamos numa negociação bastante avançada com a CNI. A ideia não é criar uma estatal, é uma empresa predominantemente de capital privado, com participação do Estado, reunindo e articulando esses centros, a exemplo do que a Fundação Fraunhofer faz na Alemanha com 60 centros de pesquisa para impulsionar a inovação e atender à demanda da indústria.

Próximo.

Paralelamente, estamos fazendo um grande esforço para atrair centros de P&D. A AGE está investindo 500 milhões de dólares. É o primeiro centro do Hemisfério Sul que eles estão constituindo. A IBM, 450 milhões de dólares, primeiro centro no Hemisfério Sul. A AMC, 100 milhões de dólares, a mesma coisa. A British Gas está criando o Centro Mundial de Pesquisa no Brasil. Então, nós estamos conseguindo atrair alguns centros em áreas importantes. A Alemanha está criando a Casa da Ciência e da Inovação no Brasil. É a sexta que eles fazem no mundo. E a Fundação Fraunhofer tem demonstrado interesse em



fazer uma parceria estratégica no Brasil, provavelmente com essa Embrapa da indústria que estamos buscando desenhar e constituir.

Próximo.

A ZTE – ontem o Presidente mundial esteve aqui – está investindo 200 milhões de dólares, criando 2.000 empregos. Vai começar a produzir, neste semestre já, o *tablet* com incentivo fiscal. Começa com 20%; 80% dos componentes no Brasil em três anos.

A Huawei é a mesma coisa. Também está fazendo doação de equipamentos para computação em nuvem. Vamos escolher uma boa universidade para desenvolver esse trabalho de parceria.

E a Foxconn, além de já estar no Brasil, eles têm aí em torno de 6.000 trabalhadores no Brasil, é uma empresa que faturou 100 bilhões de dólares ano passado na China, é a maior exportadora chinesa – 86 bilhões de dólares – e pretende, além das linhas que ela já tem no Brasil – e vai começar a produzir iPhone e iPad este ano no País – fala da possibilidade de criar uma plataforma global.

Essa tela de toque que nós temos, só quatro países do mundo fazem, todos na Ásia, o chamado LCD. E semicondutores, só 20 países fazem. Entrar nesse clube muda a história econômica do Brasil, como, nos anos 50, a indústria automobilística mudou.

Então, a prioridade maior do nosso Ministério é desenvolver uma estratégia que permita, usando a força do nosso mercado de TICs, que hoje é de US\$168 bilhões, exigir mais conteúdo local e buscar, com isso, atrair os investimentos estruturantes, por exemplo, a Foxconn, para criar uma cidade inteligente. A nossa equipe visitou a fábrica deles na China, que tem 400 mil trabalhadores. Aí, o Brasil entraria num setor de plataforma global, porque temos poucas indústrias nessas condições. Talvez a Vale, na mineração, mas temos poucas indústrias que são efetivamente plataformas de produção global. Entraríamos num segmento em que só cinco países fazem. No caso de semicondutores, só vinte países fazem.

Próximo.

Eu já mencionei a Embrapa. Estamos criando uma clínica tecnológica para atender à demanda da indústria. O IPT, ICT, Inmetro, Senai, INT, os institutos e os centros de pesquisas, os laboratórios das universidades. É criar uma Embrapa realmente só para atender à demanda industrial por inovação.

Próximo.

Eu queria falar um pouco sobre a Petrobras, porque ela vai ser decisiva. O Obama, quando faz um balanço da nação, fala: “Os Estados Unidos precisam de um novo Sputnik, de uma nova meta de ir à lua para poder alavancar a inovação, como foi há quarenta anos”. O nosso Sputnik, em termos inovação hoje, o mais importante, está a sete mil metros abaixo da terra, que é o pré-sal. Essa é a cadeia mais importante de inovação. São US\$224 bilhões em quatro



anos de investimentos, que vão colocar o Brasil como um grande exportador de derivados de petróleo.

Próximo.

A Petrobras, neste ano, vai investir R\$1 bilhão e 254 milhões em P&D. É um investimento extraordinário. Ela já construiu dezessete laboratórios – todos estão entre os cinco melhores do mundo em vários setores da sua cadeia. Ela alimenta uma rede de pesquisas muito importante, muito estratégica. Então, estamos buscando muito a parceria com a Petrobras. Aqui, tem uma característica fundamental: 1% do faturamento do petróleo tem de ir para P&D. Essa é a diferença fundamental. Por que a BG - British Gas vai fazer um centro de P&D no Brasil? Porque ela vai ter de investir em P&D. Então, isso que exigimos da cadeia de petróleo, temos de começar a exigir de outros setores, se quisermos assegurar um fundo de investimento permanente para essas cadeias estratégicas que mencionamos.

Próximo.

A tecnologia está expandindo muito fortemente em várias áreas – não vou entrar em detalhe. Ela está mudando o mix de produção e avançando também na área de sustentabilidade, de novas matrizes energéticas.

Então, é um ciclo. Os três eixos, pré-sal, mudança do mix e sustentabilidade, são um grande ciclo de inovação que está em curso, capitaneado pelo Cenpes, que é uma estrutura fantástica. Recomendo a todos os Senadores que conheçam, porque é absolutamente fantástica a capacidade de pesquisa do Cenpes.

Próximo.

Eu queria entrar no assunto do programa de satélite brasileiro. O Rollemberg estudou bastante isso, pois coordenou um estudo ainda no âmbito da Câmara. Primeiro, precisamos de um satélite geoestacionário, seja para a banda X na área militar e estratégica, seja para a meteorologia, seja para o controle do tráfego aéreo. Se não o tivermos até 2025, perdermos o controle do tráfego aéreo brasileiro. Isso é um grande desafio para o País. Também precisamos de satélite para comunicação fixa, móvel, TV, banda larga, em especial para região amazônica. Na minha visão, com fibra ótica, nunca chegaremos a todas as cidades da Amazônia. Não há como fazer. Então, os grandes centros da Amazônia poderão ter fibra ótica – a Manaus, chegou agora, pela Venezuela -, mas, para a pequena população ribeirinha das pequenas cidades, precisamos de um satélite público aberto, de preferência construído por vários países amazônicos, para reduzir o custo e para viabilizar a iniciativa, para podermos oferecer banda larga rapidamente e iluminar a região amazônica.

Próximo.

O que estamos construindo em termos de estratégia? Primeiro, a participação da indústria nacional em todo o processo. Não podemos mais simplesmente comprar coisa pronta lá fora. Temos de desenvolver tecnologia



própria, exigir parceria, ter uma atitude mais agressiva nessa área. Muita coisa já vinha sendo feita.

Segundo, nossos satélites têm de ser compatível com o Cyclone 4, que é o nosso projeto da ACS. Aqui, temos um problema. Essa é uma parceria com a Ucrânia. O Brasil colocou duas vezes mais recursos que a Ucrânia nessa empresa binacional. O nosso coordenador dessa área, o Presidente da Agência Espacial Brasileira, o Prof. Raupp, que aqui nos acompanha, estará dia 2 lá, negociando com a Ucrânia. Ele foi Presidente do SBPC, participou do programa na gestão de Renato Archer e conhece profundamente a área. Estamos buscando equilíbrio com a Ucrânia para que a gente aporte recursos do mesmo volume. O Brasil não pode sustentar esse projeto porque a nossa responsabilidade é a Base de Alcântara. O foguete é responsabilidade da Ucrânia. E nós queremos isonomia no aporte. Estamos buscando concluir essa negociação porque é um projeto importante e termos um veículo comercial capaz de lançar os nossos satélites e queremos consolidar o VLM e o VLS.

Esse é o projeto onde a gente busca autonomia tecnológica, o projeto de maior desafio que corre paralelo e vai continuar sendo desenvolvido. Próximo.

Esse é nosso ciclo. Cybers são os nossos satélites com a China. Vamos lançar o próximo Cyber 3 e o 4. Estes dois estão em construção. Depois, há alguns projetos planejados para a Amazônia e a para a pesquisa que são os LATs. Esse aqui para a área oceânica. Então, estamos em várias linhas.

Esses primeiros aqui servem para o monitoramento de desmatamento e outras funções. Os outros são: plataforma multimissão e esses são geostacionários. Próximo.

Essa aqui é a indústria que temos no Brasil onde eles estão. Estamos buscando impulsionar toda essa cadeia industrial para que a gente tenha tecnologia própria, gere emprego, gere impulso ao desenvolvimento. Não dá para fazer satélite e programa espacial sobrecarregando o Estado. Você tem que ter a iniciativa privada com parceiro estratégico. Próximo.

Essa aqui é a fábrica do Ceitec que está pronta. Essa aqui é uma fotografia, não é uma fotografia. Nessa fábrica investimos R\$400 bilhões. A fábrica está pronta e será a nossa primeira fábrica para produzir semicondutores. Quero dar um dado: uma tonelada de semicondutores custa US\$850 mil. Nós precisamos de 21 mil toneladas de minério de ferro para comprar uma tonelada de circuito integrado.

O que é semicondutor? Inteligência aplicada. Qual é a dificuldade? Só vinte países produzem semicondutores. Nós não temos mão de obra especializada no Brasil, essa fábrica usa quinze gases altamente poluentes inclusive cianureto. Na sala limpa, se houver um acidente, tem-se vinte segundos para tirar todos os trabalhadores. Então, estamos fazendo *check-out* para verificar



se todos os equipamentos. É uma empresa internacional que está fazendo essa avaliação para a gente dar a partida a partir de um tubo.

O que pretendemos com essa fábrica? Aprender a fazer. Produzir *chips* dedicados: *chip* do boi, *chip* para a Casa da Moeda, alguns *chips* que vão ter um papel importante. Mas não será uma indústria de ponta. Precisamos de iniciativa privada, de grandes empresas virem hoje em parcerias para a gente desenvolver essa área de semicondutores.

Se nós usarmos bem o nosso mercado interno vamos atrair esses investimentos e com essa fábrica a gente começa a impulsionar *design house*, que é o preço da metade do *chip*. Hoje, em torno de metade, 30, 40, 60%. É o desenho do *chip*. A gente começa a criar tecnologia e fortalece esse núcleo de *design house*, começa a formar recursos humanos e aprender a fazer semicondutores no Brasil. Próximo.

Para concluir. Queremos transformar, a médio prazo, a FINEP em um banco público. Como eu já disse, estamos capitalizando a FINEP para ter mais recursos para empreender nesse ano. Peço o apoio de todos na aprovação da MP que veio.

Estamos buscando construir novos fundos setoriais e, aquilo que acontece com o petróleo, gostaríamos que acontecesse no Sistema Financeiro. Recursos para investir em pesquisa e desenvolvimento. Na indústria da construção civil estamos com uma negociação avançada com a Cbic – Câmara Brasileira da Indústria da Construção para criar um centro de pesquisa, sobretudo de economia de indústria da construção civil renovável que substitua, que sequestre carbono, que desenvolva novos materiais criando o fundo setorial.

Com a indústria automotiva precisamos descobrir o nosso modelo automotivo. Nós somos a quinta indústria do mundo e nós não temos um centro de P & D no Brasil e a indústria de mineração também, a Vale, começa a fazer alguma coisa na área de P & D e precisamos avançar nesses esforços em setores estratégicos, criando novos fundos setoriais.

Esse é um diálogo com a indústria, com o Congresso e com o Governo. Nós não queremos tirar recursos desses setores para outros setores. Queremos que eles invistam em pesquisa e desenvolvimento para o Brasil criar cada vez mais capacidade de inovação e desenvolvimento.

Estamos tentando aumentar a CID tecnológica, é difícil por causa das regras internacionais e a política de royalties do pré-sal que queria concluir com isso. Próximo, por favor.

É o seguinte: se for aprovado o projeto que os Governadores e Prefeitos estão solicitando ao Senado e na Câmara que tem uma motivação básica: distribuir melhor os *royalties* do petróleo, não concentrar nos Estados produtores. Eu sou totalmente simpático à tese de distribuir com mais equilíbrio, sem prejudicar os Estados produtores, porque o ICMS não é taxado na origem, e o que compensa são os *royalties*. Todo o resto de ICMS é taxado na origem.



Então, não pode um Estado que produz petróleo ficar sem o ICMS e sem os *royalties*. Tem que ter uma compensação, mas tem que distribuir com justiça. Onde está o problema? Setenta e oito por cento dos *royalties* iriam para os Estados e Municípios. Qual é o risco dessa política? Primeiro, que o petróleo é uma energia não renovável. Temos que usar o petróleo para criar um Brasil pós pré-sal. Se usarmos esses recursos para o gasto corrente da máquina pública, o que é que vamos deixar para as futuras gerações? Essa, talvez, seja a melhor possibilidade histórica que o Brasil construiu nas últimas décadas.

Eu me lembro do artigo que o Celso Furtado escreveu e depois transformou num pequeno livro, quando a Venezuela, em 1974, descobriu os grandes campos de petróleo. E ele dizia: 'É o primeiro país que pode ficar desenvolvido, romper os limites do subdesenvolvimento ou não. Depende de como vai usar essa riqueza'. E olhem para a Venezuela, olhem para os países produtores de petróleo. A maioria não seguiu uma trajetória de salto histórico. A Noruega conseguiu, mas construiu um fundo soberano e investiu fundamentalmente em setores estratégicos.

A nossa proposta é que, se for mantida como está a proposta que foi votada e o Presidente Lula vetou, o Ministério perderia este ano R\$900 milhões. Já teria perdido. Em nove anos, perderemos R\$12,2 bilhões, sem o pré-sal. A perda relativa é muito maior.

Então, o que estamos pedindo? Que a gente priorize no pré-sal educação, ciência e tecnologia. Se nós priorizarmos educação, ciência e tecnologia para os Municípios, para os Estados, para a União, vamos criar uma base diferente neste País, vamos usar essa riqueza para fazer a transição para uma economia de baixo carbono, para uma economia com mais distribuição regional e social da renda e para uma economia do conhecimento, que é o desafio do futuro. Vamos poder criar recursos humanos, inovação, pesquisa, para disputar os setores estratégicos que são portadores de futuro. O risco é nos acomodarmos e sermos um grande exportador de matéria-prima agrícola, mineral e de petróleo sem dar o salto histórico que podemos dar com a capacidade financeira que o Estado brasileiro terá a partir do pré-sal.

Próximo.

Para concluir, estamos buscando reformular o marco regulatório, para atrair mais investimento externo direto. Estamos buscando agilizar – eu falei aqui – o processo de registro de patentes. Fizemos uma parceria com o Movimento Empresarial pela Inovação, a CNI; eles fizeram um belo trabalho para agilizar patentes, estamos trabalhando juntos já para tentar concluir isso o mais rapidamente possível. Nós fortalecemos a ideia da Embrapa da indústria e o Sibratec; melhorar os incentivos fiscais, vinculando a conteúdo local a solução de importações. Quer dizer, incentivo fiscal tem que ser dado para quem produz no Brasil. Não podemos dar incentivo... Tem montadora, por exemplo, chegando, que não é uma montadora, é um CKD, as peças e partes são todas importadas e nós



damos incentivo fiscal. Tem que ter conteúdo local, tem que ter autopeça feita no Brasil, tem que ter P&D no Brasil. Se não mudarmos de atitude, a aparência é muito boa, porque, exportando *commodities* com os preços que eles estão, com o pré-sal, o Estado vai ter renda para fazer políticas sociais e vamos ter emprego e vamos ter um bom período, mas não vamos plantar um Brasil com futuro, um Brasil estratégico.

Então, os incentivos fiscais têm de ser repensados. Tem que ter o modelo do *tablet*, que é um modelo que vamos defender para outros setores da economia. Até setores tradicionais, como a indústria automotiva. Produziu mais no Brasil tem mais incentivo; produziu no Brasil tem mais crédito público. Importou, está fora de qualquer benefício. Nós já estamos com o câmbio apreciado, temos uma estrutura de alto custo, se não fizermos isso, estamos... É só olhar no balanço comercial do Brasil o nível de deterioração que estamos tendo.

Por último, já fizemos isto aqui: agilizar a importação de insumos. É um problema que já está resolvido pela CNPq.

Próximo.

Nós estamos fazendo um grande programa de comunicação para popularizar ciência e tecnologia. Não dá para os nossos jovens imaginarem que o único projeto de vida é ser jogador de futebol ou tocar numa banda, ou a menina achar que vai ser bailarina ou modelo, e todos querem ir para o BBB. Não dá. Precisamos criar uma cultura de valorizar a aspiração de ser um cientista, de ser empreendedor, de ter uma visão de inovação, de ser um profissional qualificado, e isso passa por um diálogo com os meios de comunicação. Eu vi, por exemplo, a Globo News fez uma série sobre inovação na semana passada, espetacular, mostrando. Vocês viram a olimpíada da matemática, que é uma das coisas que a gente vem fortalecendo muito. Vinte milhões de jovens; cenas fantásticas, uma menina de treze anos aqui, de Minas Gerais, de uma cidade de três mil habitantes, cega, que ganha a medalha e ganha o equipamento para poder usar o computador e poder se desenvolver; o menino tetraplégico que o pai levava de carrinho de mão para a escola, no Ceará, e que ganhou quatro vezes a medalha; um jovem, por exemplo, de Santa Isabel, no Vale da Paraíba, ganhou quatro, cinco vezes a medalha, fez o ITA, fez a MIT, está lá estudando MIT, montou uma escolinha de matemática na cidade dele, em Santa Isabel, e três alunos ganharam a olimpíada este ano com os amigos dele, que estão dando aula do ITA.

Então, nós queremos criar agora a Olimpíada de Ciência e Tecnologia da Informação. Nós damos 3,5 mil bolsas de iniciação científica para a Olimpíada da Matemática e tinha que dar dez mil, mas nós não temos recurso para dar. E vamos tentar expandir para outras áreas.

Por último, a tecnologia assistiva para deficiente. Nós temos aí mais de vinte milhões de pessoas com algum nível de deficiência – a terceira idade aumentando aumenta o nível de deficiência. Nós fizemos um estudo com dez países, desenvolvemos tudo o que há de melhor em termos de tecnologia



assistiva, e a nossa expectativa é garantir uma linha de crédito para a população de baixa renda, uma linha de financiamento para quem quiser produzir equipamentos para pessoas com deficiência no Brasil e também usar a tecnologia para inclusão social dessa população e dar um salto de qualidade.

Essas são as diretrizes gerais que nós estamos desenhando. Eu estou inteiramente aberto à discussão desta agenda, mas só queria pedir, Presidente, para sair da agenda e dizer o seguinte: eu tenho todo interesse em discutir essas matérias que foram publicadas na *Veja*, sempre tive uma atitude absolutamente transparente, imediatamente pedi para vir ao Senado, estive aqui oito anos, tenho orgulho de ter sido Senador da República, acho que o Senado deve, sim, fazer esse debate, e eu quero prestar todos os esclarecimentos que me for dada a oportunidade.

Essa é a atitude que a gente tem que ter na vida pública. Eu não devo, não temo esse debate, faço questão de enfrentar essa discussão, é absolutamente fundamental que tudo seja esclarecido, e eu estou inteiramente à disposição dos Senadores para fazer também essa discussão, mas não quero e não queria que a gente perdesse esse foco estratégico do País. Que o Brasil saiba que este é um Ministério de política de Estado suprapartidário, que nós temos que trabalhar olhando para o futuro, e vou continuar me empenhando ao máximo para manter essa agenda e impulsionar essas diretrizes que nós apresentamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Ministro Aloizio Mercadante. Quero parabenizá-lo pela exposição e passo a palavra para o primeiro orador inscrito, que é o autor do Requerimento nº 33, Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Presidente, antes eu queria sugerir que V. Ex^a convidasse o Presidente da Finep para...

Ele estava aqui em pé, mas já está aí.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senão vamos ter que acomodar toda equipe do Ministro Aloizio aqui na mesa e aí complica para ele.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, eu fui autor do requerimento, apresentado em 7 de junho, de convite ao senhor para vir aqui discutir economia e competitividade, a importância da inovação. Contudo, eu vou começar, Ministro Mercadante, elogiando sua postura de querer falar sobre as matérias da *Veja*; de vir aqui, de prestar esclarecimentos desde o primeiro momento, de dar as entrevistas necessárias. Eu acho que esse fato é importante. Então, quero começar esta audiência que trata sobre inovação – e eu tinha aqui um conjunto de perguntas –, dando espaço para V. Ex^a falar a esta Comissão, falar a este Senado.

Eu estou convencido de que já houve quem teorizasse sobre revolução permanente, mas aqui a gente vive uma estratégia que é de crise



permanente, para tentar paralisar algumas ações do governo. Eu acho que essa iniciativa – e eu quero perguntar de início – mostra também que a base deste Governo não quer ficar numa postura defensiva, quer que o senhor venha aqui, que fale, que preste esclarecimentos, então o senhor tem esse tempo.

Nesta minha primeira pergunta, eu queria saber do senhor: há fatos novos? O que há de novo? Essa relação com o ex-Governador Orestes Quécia, o senhor foi aliado do Governador Orestes Quécia? Isso foi ventilado naquele momento? Essa última reunião, agora, colocando a Ministra Ideli – e a Ministra Ideli soltou uma nota, e eu quero ler um breve trecho dessa nota que foi publicada ontem:

"Não participei de reuniões que tivessem como tema a elaboração de material contra o candidato ao Governo do Estado de São Paulo, José Serra, no ano de 2006. Na condição de líder da bancada do Partido dos Trabalhadores no Senado, fui chamada ao gabinete do então líder do Governo, Aloizio Mercadante, para uma reunião em setembro do mesmo ano para tratar de um depoimento que seria dado ao Conselho de Ética do Senado".

Eu queria que o senhor falasse sobre essa reunião, se participou o Sr. Jorge Lorenzetti, ou seja, estou abrindo mão das minhas perguntas sobre inovação tecnológica, para que o senhor fique livre para fazer a explicação ao Senado federal sobre essa matéria da revista *Veja*.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Eu agradeço, Senador Lindbergh. Eu farei, então, uma exposição organizada que, talvez, ajude pelo menos as pessoas conhecerem a nossa visão e a nossa interpretação de tudo o que ocorreu com esse lamentável episódio de tentativa de montarem um dossiê na campanha eleitoral de 2006.

Primeiro, naquela ocasião, foi feita uma CPMI no âmbito do Congresso Nacional. Tratava, inicialmente, do caso sanguessuga, mas passou a tratar também do chamado caso dossiê dos aloprados. Essa CPI ouviu todos os envolvidos. A Polícia Federal tinha prendido alguns, foi identificando, por quebra de sigilo telefônico, todos os envolvidos. Todos foram convocados a ouvir. A oposição arguiu um a um, questionou um a um. No relatório final da CPI, não consta sequer menção ao meu nome. A conclusão da CPI era de que eu não tinha qualquer tipo de envolvimento nesse episódio.

Em seguida, a oposição entrou com uma representação no Tribunal Superior Eleitoral. Na época, todo o esforço era fazer os vínculos com a campanha nacional presidencial do PT, com o PT nacional. Estariam trabalhando oito pessoas no comitê. Em São Paulo, tinha um único assessor. Todo o esforço era porque eu tinha perdido a eleição, o Lula estava no segundo turno, que, evidentemente, nunca teve, nunca teria – a história dele mostra – nenhuma participação numa coisa como essa. Mas a representação era focada na eleição



presidencial. Não mencionaram meu nome na representação. Apesar disso, quando a Polícia Federal conclui o inquérito, ela me inclui como indiciado.

O que diz o Procurador-Geral da República Antonio Fernando de Souza, que indiciou dezenas de parlamentares, inclusive do meu partido, de Senadores, talvez um dos mais duros, rigorosos Procuradores da história recente da República? O que é que ele diz no seu parecer? Eu quero ler os trechos, para que fiquem bem clara essa questão.

A primeira tese dele: “Cumprir, primeiramente, registrar a absoluta ilegalidade do ato da autoridade policial.”

Ele diz que foi ilegal o ato da autoridade policial e que ele não poderia ter me investigado sem a autorização do Supremo. E aí pede a anulação do indiciamento.

Mas não é isso que eu vou discutir aqui. Eu quero discutir o mérito da questão e do parecer dele. O que é que ele diz, no mérito, sobre tudo que se passou? Ele descreve todas as investigações, os responsáveis, os envolvidos no item 25, na página 5, do seu parecer: “Entretanto, pode-se afirmar, com segurança, que não há um único elemento nesses autos que aponte para o envolvimento do Senador Aloizio Mercadante nos fatos.”

Não há um único elemento nesses autos que aponte para o envolvimento do Senador Aloizio Mercadante nos fatos.

No item 28, seguindo a mesma linha:

“A quebra do sigilo telefônico dos envolvidos não apontou contatos entre o Senador e os demais envolvidos, seja nos dias que antecederam à prisão em flagrante de Gildemar Passos e Valdebran Padilha, seja nos dias posteriores. As ligações feitas por Hamilton Lacerda nos dois telefones utilizados por ele no período também não registraram ligações para o Senador Aloizio Mercadante.”

No item 32: “As conclusões das perícias desautorizam a presunção da autoridade policial de envolvimento do Senador Aloizio Mercadante, que se revela arbitrária.”

Foram feitas quatro auditorias sobre as minhas contas de campanha. Todos os responsáveis pela conta de campanha, sigilo telefônico, fiscal, tudo foi absolutamente checado e não há um único envolvimento deles nesse episódio.

E aí ele conclui: “A pretensão da autoridade de transferir para o Senador o ônus da prova, a sua inocência, dada a ausência de provas, conflita com o sistema constitucional vigente”. Ou seja, como não há explicação, transfere o ônus da prova”.

Ele diz:

“O Direito Penal brasileiro, orientado pelos princípios constitucionais da legalidade absoluta, da presunção da inocência e da dignidade da pessoa



humana, somente permite o início da persecução penal quando baseada em provas, mesmo indiciárias que demonstrem a existência de crime e que o denunciado seria o seu autor. Até mesmo a instauração de processo investigatório pressupõe a existência de indícios mínimos de autoria, sem o que estará configurada situação de manifesto constrangimento ilegal ao investigado”.

E, de posse desse parecer, do qual resumi os trechos que me parecem mais contundentes, ele conclui: *“Requeiro a anulação do indiciamento e o arquivamento do inquérito em relação ao Senador Aloizio Mercadante”.*

Com esse parecer, que foi a voto, os onze Ministros do Supremo, todos, Joaquim Barbosa... Vou citar aqui a sentença final do Supremo. Não tenho aqui em mão. Estavam Joaquim Barbosa, a Presidente era a Ellen Gracie, Ricardo Lewandowski...

Vou ler aqui o nome dos Ministros do Supremo presentes na sessão, todos: Ellen Gracie, Presidente; Sepúlveda Pertence, Relator; Marco Aurélio de Mello, Gilmar Mendes, Cesar Peluso, Carlos Ayres Britto, Joaquim Barbosa, Eros Grau, Ricardo Lewandowski e Carmem Lúcia.

Como eles votaram? Por unanimidade:

“O Tribunal, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, determinou a retificação da atuação para inquérito. Também por unanimidade, deferiu o arquivamento do pedido em relação ao Senador Aloizio Mercadante Oliva e deferiu habeas corpus, de ofício, relativamente a José Giacomo Baccarin”.

Também uma coisa inédita no Supremo, que eu saiba. De ofício, eles inocentaram o Baccarin, porque não era o fórum adequado, porque não viram nenhum indício de participação das finanças da minha campanha nesse episódio.

A pergunta é a seguinte: Tem alguma coisa nova? Algum fato novo? Tem um fato novo, aparentemente novo. Surge agora a história... Vou aqui reproduzir a matéria da *Veja*. A matéria que está escrita, publicada, que é apresentada como fato novo. Em síntese, o raciocínio da matéria é o seguinte: *“O Mercadante disse que tudo estava pronto em São Paulo, que o dinheiro estava pronto em São Paulo, e não estava”.*

“Os petistas ficaram quatro dias em São Paulo aguardando o dinheiro, que demorou a chegar”.

“A avaliação era que o dossiê poderia levar à disputa do segundo turno. Os dois, Mercadante e Quéricia, fizeram parceria, inclusive financeira. Parte do dinheiro vinha do PT de São Paulo. A parte mais significativa era do Quéricia”.

Pelo menos não vinha da minha campanha porque eu chamei, mas não tinha dinheiro, e fiz uma aliança com o Quéricia para pagar a conta.



Depois: *“Em caso de vitória do PT, ele, Quércia, ficaria com um naco do Governo Mercadante”*.

Eu pergunto, com toda sinceridade, primeiro, se é nova essa tese. Não, não é nova. Ela foi fartamente alimentada na imprensa à época: que o Quércia estava envolvido, que era responsável.

Vou ler uma nota, pelo menos, para que fique bem claro esse episódio. Nota do jornalista Tales Farias, hoje é diretor do *iG*, à época era editor do *Jornal do Brasil*, onde diz o seguinte:

“Planalto, sigam Orestes Quércia. O presidente Lula jura de pés juntos que nada tem a ver com a compra do dossiê contra o candidato do PSDB ao Governo de São Paulo, José Serra. No Palácio do Planalto, circulam duas versões, ambas esbarram no candidato do PMDB ao governo de Estado, Orestes Quércia. A primeira da conta de que Quércia apresentou já no seu programa de TV de sexta-feira a imagem da capa da revista Istoé com entrevista do Vedoin. Para isso, a capa estaria que está na mão da equipe antes do meio-dia, o que mostraria uma forte ligação entre Quércia e a tal entrevista”.

Outra versão do Planalto:

“A lambança teria sido feita por uma ala do PT de São Paulo que não morre de amores pelo candidato do partido a governador, Aloizio Mercadante. Lançando a suspeita sobre ele, estariam tirando-o do páreo da disputa pelo comando do PT do Estado de São Paulo”.

Então, essa tese apareceu na imprensa. Ao longo da investigação ela foi completamente desprezada pela Polícia Federal e pelo Ministério Público. E a conclusão do Procurador-Geral da República, com todo esse material em mãos, é aquela que eu li. Agora, por que volta hoje? Porque o caixa está morto. Porque, se ele estivesse vivo, nós estaríamos discutindo isso aqui? Eu pergunto se a oposição convocaria o Quércia para estar aqui esclarecendo esse episódio. Por que não lançaram isso na campanha eleitoral? O Quércia é aliado do PSDB, todo mundo sabe disso em São Paulo, nunca foi meu aliado. Jamais tive uma conversa pessoal de qualquer natureza, muito menos na campanha eleitoral, em que ele era meu adversário. E com uma história fantasiosa dessa! Quer dizer...

Porque, na realidade, a fita não fala... Eu vi a fita hoje, porque transcreveram um trecho da fita. Então, na fita, fala do Hamilton, que o contato era o Hamilton, o Hamilton Lacerda, que foi assessor meu por cinco meses. Fala o seguinte: *“O Valdebran foi para lá ficar duas horas, e ele foi preso no quarto dia. Se o Mercadante não tivesse mentido para o Valdebran[...]”*. Porque aí não fui nem eu, porque a logística da coisa era o Hamilton e o Valdebran. *“[...] Ele chegou lá e não estava o dinheiro. Ele ficou naquele desespero, falando dos Vedoin.”*



Em seguida, ele fala assim: “O Quércia, que disputava também, os dois fizeram uma parceria, por isso tem dinheiro do Quércia. Surgiu essa parceria, inclusive financeira. Estava lá o Hamilton Lacerda”.

Bom, então, o tempo inteiro, quer dizer, quando falam de mim, falam do Hamilton Lacerda. E tinha um assessor da campanha, que é o Hamilton Lacerda, é público.

O que o Hamilton Lacerda disse? Porque a história é fantástica. Você imagina se eu ia cometer um erro na minha campanha de R\$1,7 milhão! Pedir para as pessoas irem para receber esses recursos, aí eu não tenho o recurso, aí saio correndo atrás do Quércia – que é um sujeito que foi governador de Estado, presidente de partidos, Senador da República, um homem extremamente experiente –, e o Quércia paga para mim, para ter um naco no meu governo, numa campanha que tudo indicava que nós não ganharíamos a eleição. Para de pé uma história dessa? Se o Quércia estivesse vivo, ele estaria aqui para desmentir como desmentiu na época. Só dava para lançar essa hipótese cinco anos depois, porque ele não está aqui. É só olhar o histórico do Quércia, com quem ele esteve por todos esses anos.

O Quércia estava morrendo no hospital, gente! Era comigo a relação? Não era! Nunca foi! Não é correto fazer isso. Até, para mim, seria cômodo. Ou seja, não tem dinheiro na minha campanha, o PT é de São Paulo, o Quércia que explique. Mas não é verdade! Não acredito nisso. Não vejo a menor possibilidade dessa hipótese. Sobretudo, eu não sei o que eles fizeram, mas eu sei o que eu não fiz. Eu jamais procurei Orestes Quércia. Qualquer coordenador da campanha dele, a família dele e os companheiros dele sabem que nós nunca tratamos, muito menos na campanha política, em qualquer momento da história, eu e ele pessoalmente, muito menos naquela campanha, qualquer relação pessoal. A não ser nos debates públicos, nos eventos em que ele estava presente.

Então, não para de pé, no meu ponto de vista, essa ilação.

Agora, eu quero voltar ao Hamilton Lacerda. Quem é o Hamilton Lacerda?

O Hamilton Lacerda era um engenheiro eletrônico formado pela Unicamp. Foi presidente do DCE da Unicamp. Foi dirigente da União Nacional dos Estudantes. Fez curso de pós-graduação na GV Escola de Governo. Foi três vezes eleito Vereador em São Caetano, foi o vereador mais votado na cidade. Era coordenador do PT da macro de São José dos Campos, no ABC. E trabalho comigo cinco meses na campanha e veio pelo o partido – cinco meses. Era um quadro partidário que trabalhou comigo na campanha durante cinco meses.

O que o Hamilton diz? Quando eu soube que ele tinha ido à *IstoÉ* tratar de um assunto dessa natureza, eu imediatamente chamei uma coletiva e demiti o Hamilton. E ele mandou uma carta, pedindo demissão. Eu vou ler um trecho da carta dele – foi publicada também, longamente, naquela época:



De livre e espontânea vontade, procurei a revista Istoé para falar sobre o assunto. O candidato Aloizio Mercadante, que sempre condenou essa prática, não soube e nunca foi informado dessa minha iniciativa. Lamento ter cometido esse erro e aproveito esta nota para apresentar o meu pedido de desculpa.

Não teve, sempre condenou essa prática e nunca foi informado dessa minha iniciativa, lamento ter cometido esse erro e aproveito esta nota para apresentar o meu pedido de desculpa. Podem falar assim: bom, essa é uma nota escrita.

Quando ele veio aqui na Câmara, no Senado, na CPI, o Senador Suplicy perguntou para ele assim:: “Qual foi a sua motivação? Por que você participou desse episódio?” Ele começa a falar – há imagens, seria bom que passassem, que alguém visse, se quiserem checar o que aconteceu. Ele se emociona. O Suplicy fala assim: “dêem água para ele”. Ele bebe um pouco de água e termina. A fala final dele, que está falando em dossiê, em checar veracidade, é a seguinte:

“De alguma maneira, essas informações foram checadas, e o que me foi solicitado era o espaço, cavar um espaço para um furo de reportagem. Se isso desse repercussão, a revista seria publicada na sexta feira, o próprio e outros programas eleitorais dos partidos repercutiriam”.

Nós fizemos a opção de não repercutir, de não colocar, seguir a grade de propaganda do Senador Mercadante. Por quê? Porque a denúncia não havia sido discutida na coordenação da campanha. Vou repetir: a denúncia não havia sido discutida na coordenação da campanha. A minha campanha não colocou a denúncia na televisão. E eu não permitiria que colocassem. A imprensa perguntou se eu iria usar isso. Eu disse que não iria colocar no programa de televisão – eram os últimos dias da campanha – porque a denúncia não havia sido discutida na coordenação de campanha. Aí, ao contrário do que parece, chamo o meu papel de responsabilidade, dele, Hamilton. Fiz, sim, uma ação como militante, dirigente partidário de enxergar uma denúncia, uma possibilidade de atender o interesse público, de desvendar algo para a sociedade que não estava desvendado ainda. Ao mesmo tempo, se isso tivesse repercussão positiva, ajudar naquela campanha em que eu naquele momento estava empenhado. Então, essa é minha motivação e, portanto, assumo minhas responsabilidades políticas frente a isso e tomei as minhas decisões em função disso.

Quando do episódio do Senador Mercadante tomar contato com essa história, eu prontamente pedi minha exoneração e entendi da questão de falta de confiança. Disse que ele tinha quebrado a confiança, muito embora eu tenha uma avaliação que é o que falei que não cabe aqui fazê-la. Mas de qualquer forma não só pedi o afastamento da coordenação de campanha, como



publicamente, na minha nota, pedi desculpas a ele. Agora, se isso, falando com a emoção com que ele falou aqui no Senado e já tinha publicado em nota e que está nos autos, é o que o Procurador Geral da República... E ele não falou nos telefones que ele falava comigo; se ele falou naqueles telefones não foi comigo; nenhum deles conversou comigo nem durante nem depois da operação nesse período que está aí o hotel. É só procurar. Jamais falei com o Quércia! Durante a campanha jamais tive uma reunião. Agora, por que não jogaram isso na campanha, quando eu era candidato agora há oito meses? Porque o Quércia estava vivo. Não iria durar meia hora essa história. Depois de o Quércia morto, pode-se fazer qualquer ilação em relação a ele. Ele vivo, não se sustentaria porque todo mundo sabe em São Paulo que não éramos aliados, não era verdade. Tanto eu acho que as lideranças responsáveis do País pensam assim que a representação do PSDB feita para reabrir o caso não fala no Quércia como mentor e principal financiador. Não cita essa história. É a única coisa de novo; o resto todo já está nos autos. Tudo está nos autos. Novo, quer dizer, novo em termos de publicidade. Eu li notas da época que já falavam na possibilidade de envolvimento do Quércia; isso foi fartamente divulgado tentando envolver o Quércia. Não sei quem, não sei com que propósito. Eu nunca participei disso e estou aqui, de peito aberto, dizendo que da minha parte jamais articulei qualquer questão naquela campanha com o Quércia. Isso não procede.

Sobre a *Veja* nº 2. Eu, logo depois do ocorrido, fui procurado, acho que foi a Folha de São Paulo na época que me procurou e perguntou se eu havia conversado com algum dos envolvidos. Eu disse: conversei. Além do Hamilton, que era meu assessor. Claro que ele mesmo assumiu que nunca havia falado nisso, que houve quebra de confiança, pediu desculpas públicas. Fui procurado pelo Osvaldo Bargas, secretário geral do Fórum Sindical do Ministério do Trabalho à época, ex-metalúrgico do ABC, sindicalista, pedindo uma audiência comigo para tratar do depoimento do Vedoin no Conselho de Ética. E eu não concedi, eu estava líder do governo na época, vocês sabem que a gente aqui, naquela época, a força da Oposição, 11 comissões, plenário, medida provisória e ainda uma campanha para governador, eu falei: não tenho condições de tratar desse assunto. Não, quer falar, quer falar, quer falar... Eu disse: muito bem, qual é o problema? Falei: trata com a bancada. Ele disse: Quero falar com você. Aí ele veio e trouxe o Expedito Veloso, que eu só vi uma vez na minha vida, nunca tive nenhum tipo de relação. Eles vieram e falaram o seguinte: esse sujeito está fazendo insinuações a seu respeito sobre a máfia dos sanguessugas. Você tem que tomar cuidado com o depoimento dele amanhã, porque ele pode te atacar. Eu falei, gente, me deixem cuidar da minha vida. Não estou preocupado com esse assunto. Está aqui. Eu falei para ele. Até o Arthur Virgílio já me defendeu dessa insinuação.

Está aqui: "Arthur Virgílio: não acredita em envolvimento de Mercadante na máfia dos sanguessugas".



Ele fez insinuações, e eu disse que não só Arthur Virgílio me defendeu...

Arthur Virgílio é um homem de caráter, combativo, mas tem posições claras. Eu disse: eu não tenho uma ambulância liberada pela fraude. Pode vasculhar o que quiser nas minhas emendas. Não tenho. Pode procurar o que quiser porque não há emenda. Esse discurso não para de pé. Deixe ele falar o que quiser. Eu não estou preocupado com isso.

“Dois terços das ambulâncias fraudulentas foram liberadas no governo do PSDB e tem que se desvendar isso. Você precisa ir para cima porque isso vai ser importante na campanha.”

Eu disse: eu não vou. Não vou para o Conselho de Ética fazer isso. Nunca fiz como Líder Governo. Não faço no plenário e não vou usar o Conselho de Ética na minha campanha. Vocês querem tratar de Conselho de Ética, chamem a Líder da Bancada.

“Ah! Mas ela não recebe a gente.”

Eu disse: Ideli, você pode passar aqui? Ideli, amanhã tem o depoimento do Vedoin, dia 5 de setembro. Isso foi no dia 4. Você quer tratar desse assunto no Conselho de Ética?

Ela disse: “Não. Acho errado”.

Eu disse: eu também acho completamente errado. Então passem bem!

E eles foram construir o caminho que eles julgaram...

Quem divulgou que houve essa reunião? Fui eu. Eu soltei uma nota depois. Falei com a *Folha* e soltei uma nota explicando no dia 13 de outubro, há cinco anos. Por que eu não diria que o Lorenzetti estava na reunião se ele estivesse? Diga. Há cinco anos, se ele estivesse por que eu não iria dizer que ele estava? Porque eu estava prevendo que cinco anos depois a Ideli ia ser Ministra, e isso poderia criar um elo entre ela e o episódio porque ele é de Santa Catarina? Faça favor, gente!

Fui eu que disse isso aqui. Não foi ninguém. Fui eu que divulguei. O Lorenzetti nunca esteve no meu gabinete durante oito anos. É simples. Em todo gabinete de Senador há funcionário concursado – não falo nem nos que indiquei. Pergunte ao funcionário concursado – o copeiro, o motorista, a secretária, o chefe de gabinete, todos são concursados, estatutários, estáveis –, pergunte a qualquer um deles se o Lorenzetti algum vez na vida entrou no meu gabinete – não entrou. – ou se eu entrei, no Senado, em qualquer gabinete para conversar com o Jorge Lorenzetti. Nunca entrei. Por que enfiaram o Lorenzetti nesta reunião? Para tentar trazer a Ideli, e é uma injustiça absolutamente inaceitável. Não é possível a gente disputar a política nesses termos.

Eu lamento profundamente que no partido haja companheiros, haja militantes, haja dirigentes que venham de uma cultura de enfrentamento como esse episódio demonstra, mas não é só; às vezes ocorre em outros partidos e em



outras bancadas. Eu acho um equívoco histórico a gente tratar as coisas dessa forma. Sinceramente, é só olhar para a minha história. A última campanha com o Alckmin teve algum incidente? Um único incidente? Algum ataque? Alguma coisa que fugisse do padrão da disputa legal, correta, pública? Aqui no Senado, quem conviveu oito anos comigo alguma vez me viu fazer isso aqui? Até digo por que não viram. É só olhar e ver que os companheiros que conviveram comigo na oposição ou não estão aqui, ou tenho certeza que pensam que isso não procede. E muitos me ligaram para dizer isso, que não acreditam no que foi publicado e não vão apostar nesse caminho. Eu só quero a verdade e a transparência. Durante todo o processo eu fui absolutamente transparente. No dia em que saiu a matéria, eu soltei uma nota dizendo: isso não é verdade. Isso é uma ilação, sem nenhuma base fundamental. Só tem uma razão de aparecer agora, uma única razão: só há eu para dizer que não falei com o Quércia. Se o Quércia estivesse vivo, isso não pararia de pé meia hora. Não pararia de pé e por isso não jogaram na minha campanha eleitoral, porque não tinha como sustentar uma coisa sem nenhuma... com esse nível de artificialismo.

Portanto, essa é a minha visão. Tudo o que disseram – tudo, tudo – está nos autos do processo. Não há um fato novo. Nem o Quércia é novo. É só ler o que disse a imprensa na época. Foi jogada essa ilação e foi completamente desconsiderada no curso da investigação. Nada, nada, nada, do que foi publicado é novo; tudo está nos autos, e foi nos autos que eu fui absolvido por unanimidade no Supremo e por um procurador que nunca poupou ninguém nesta Casa ou na Câmara dos Deputados, ou quer que seja. Ele, que é um dos mais rigorosos da República, disse textualmente: “Não há um indício, um telefonema, uma testemunha, que falasse no envolvimento.”

Agora quando aparece essa fita, vocês podem ver que eles sempre falam da Hamilton Lacerda, como se a Hamilton Lacerda fosse um representante da minha campanha. E que diz que não é não sou eu; é o Hamilton, que disse, com todas as letras, que fez sem uma consulta, sem autorização, que quebrou a confiança e que teve a atitude de pedir demissão e pedir desculpas pública por aquilo por que eu não poderia ser responsabilizado.

Então, estou inteiramente à disposição de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Ministro Aloizio Mercadante.

Vamos seguir o Regimento, chamando, alternadamente, Senadores da base e da oposição, evidentemente dentro da lista de inscrição. Se todos estiverem de acordo, faremos... Já existem inscritos 16, 15... Estão ainda inscritos 15 Senadores. Então, eu gostaria de sugerir, fazer uma proposta de fazermos grupos de cinco Senadores, e aí o Ministro Aloizio Mercadante responderia a cada um, porque, se nós fizermos um a um, esta audiência pública vai virar a noite.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – É exatamente por isso que há especulações dando conta de que esta reunião foi uma estratégia estabelecida para esvaziar as ações propostas na Câmara dos Deputados, especialmente na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. É evidente que, com esse modelo, com cinco Senadores interrogando, obviamente estaremos compactuando com a adoção dessa estratégia, para que depois se use o pretexto de que já se falou sobre o assunto no Senado Federal, o assunto está esgotado, não há razão para aprovar requerimentos na Câmara.

Essa estratégia foi anunciada com antecedência. A imprensa nos indagou sobre ela inúmeras vezes nos últimos dias. Portanto, Sr. Presidente, não creio que dessa forma se esclareça algo.

O ex-Senador e Ministro Aloizio Mercadante afirmou que está disposto a esclarecer os fatos, e nós queremos contribuir com ele para que ele esclareça, se possível de forma cabal e definitiva.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Pela ordem, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Nós não queremos prejudicar. Nós queremos dar oportunidade ao Ministro de esclarecer os fatos, porque, com esse modelo de cinco interrogando para depois o Ministro responder pelo tempo que desejar, não vamos esclarecer os fatos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Ministro Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Sou totalmente favorável a que cada um fale o que achar que deve. No seu caso, então, faço questão de que você fale o tempo que achar necessário. Podemos fazer não cinco de vez, não; quero cinco horas de debate. Não tenho nenhum problema com a metodologia. Quanto mais transparência, quanto mais profundidade, melhor para a democracia, melhor para mim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, faremos um a um.

Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

Quero lembrar a cada um – registro mais uma vez – que vamos no *by the book*, agora. O interpelante dispõe de cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado, tendo prazo máximo de dois minutos para réplica, concedendo ao Ministro o mesmo tempo para tréplica. Então, vamos seguir à risca essa orientação e o que o Regimento determina.

Com a palavra, o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Exmº Senador Delcídio Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; Ministro Aloizio Mercadante, ex-Senador, ex-Deputado Federal, com quem tive o prazer de



conviver na Câmara dos Deputados e de quem guardo a melhor das impressões, não apenas no que se refere ao conteúdo com que trata dos temas, mas à integridade e à seriedade com que tem conduzido a sua vida pública. Não fui seu colega no Senado, mas fui seu colega na Câmara e quero dar aqui o meu depoimento. A fala enfática, afirmativa, clara, a conduta de V. S^a de vir a esta Comissão para discutir ciência e tecnologia, colocando-se à disposição para fazer esse enfrentamento, é algo, seguramente, muito importante. Acho que inova na forma e inova na perspectiva de nós darmos um fecho a essa questão para que possamos, efetivamente, tratar dos grandes e importantes desafios que têm esse País. De modo que quero cumprimentá-lo pela forma com que fez a defesa da sua honra da sua integridade e da forma com que tem balizado a sua vida pública, quer como professor, quer como Deputado Federal, quer como Senador da República, e agora como Ministro de Ciência e Tecnologia, dando uma aqui uma demonstração cabal do que veio e do desafio que tem pela frente.

A minha pergunta, Sr. Presidente, não é sobre as questões que foram, aqui, ultimamente relatadas pelo Ministro Mercadante. Mas tem a ver com o *slide* 13 em que o Ministro apresenta de maneira enfática o quanto nós precisamos avançar e o quanto nós precisamos ampliar o protagonismo do setor privado no desafio da ciência e da tecnologia da inovação, sobretudo da inovação que não continue limitado à agenda científica que é muito importante, mas evoluir para uma agenda que possa trazer inovação para o campo da economia, da expansão do valor agregado de nossa economia, de nossas empresas por tudo que podemos citar.

Tivemos recentemente a XI Conferência da Anpei, da Inovação e Tecnologia na Cidade de Fortaleza. Percebemos que alguns pontos de convergência estiveram presentes neste debate. Um deles foi uma crítica das empresas aos processos que estão hoje em vigor e que estão limitando apenas a subvenção econômica por meio das chamadas públicas e restrita a despesa de custeio para P&D. As empresas que precisam ampliar o seu papel de protagonismo colocam em suas agendas a necessidade de recursos também para serem usados em compra de ativos como forma de evoluirmos nessa pauta.

Também como forma de incorporarmos a meritocracia, porque nem sempre através do edital nós estamos elegendo o melhor projeto.

Gostaríamos que V. S^a pudesse abordar esses fatos e a luz dessa experiência que está vivendo no Ministério que tipo de visão acumulada, que tipo de massa crítica temos acumulada hoje para ampliarmos efetivamente o papel do setor privado. Porque quando nós percebemos o papel do setor público do setor privado e consideramos o papel da Petrobrás, é fato que nós estamos ano/luz distantes desse ponto que nós precisamos para que o Brasil possa, de fato, em linha com o que está acontecendo no mundo produzir resultados mais eficientes para o conjunto da população brasileira.



Finalizando, Sr. Presidente, me chamou a atenção a manifestação do Ministro Mercadante. Sou representante de um Estado que é produtor de petróleo. Meu Estado produz petróleo há quase 50 anos. Nos últimos 42 anos, o meu Estado produziu, em média, entre 16 e 18 mil barris de petróleo. Somente nos últimos anos tivemos uma ascensão vigorosa na produção de petróleo. Esta semana, nós estamos diante de uma Comissão no Senado que vai tentar a construção dessa convergência. Como representante de um Estado produtor de petróleo, evidente que nós queremos também uma distribuição que possa ser justa. No entanto, não podemos nos balizar por uma construção que possa ser feita em cima dos Estados produtores, porque não é verdade que o Constituinte não compensou os Estados não produtores quando escreveu no art. 155 e criando uma excepcionalidade na regra do ICMS, somente para combustível, somente para lubrificantes. É que o ICMS é gravado no destino e não na origem. Também o Constituinte, no art. 20, considerou que os impactos no campo do meio ambiente, no campo da infraestrutura merecem ser, por isso considerou não apenas os *royalties* e também os fundos especiais, a participação especial. De modo que, nesta Comissão, acho que, além de construir esse equilíbrio, nós podemos, sim, construir uma agenda que possa priorizar a ciência, a tecnologia e a inovação, para que o petróleo possa, sim, deixar um legado às futuras gerações.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento o Ministro Mercadante.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Ferraço.

Com a palavra o Ministro Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Ricardo, este diagnóstico é muito preciso. Quer dizer, no mundo desenvolvido, dois terços da inovação vêm das empresas, investimento em P&D; no Brasil, dois terços vêm do Estado. Nós temos que reverter isso e criar estímulos, fomentos e mobilização do setor privado. Nós estamos fazendo isso com os instrumentos, aprimorando os incentivos fiscais e fazendo uma revisão da lei de informática, para reajustá-la, estamos trabalhando fortemente na lei de subvenção, na Lei do Bem; quer dizer, os instrumentos fiscais sempre naquela linha: mais PPB, mais P&D, mais incentivo. Produto importado, sem benefício.

Estamos buscando fortalecer o movimento empresarial pela inovação e o Sibratec, que é uma rede muito interessante, o Armando Monteiro participou ativamente da montagem do Sibratec, o Ronaldo Mota também, que era o nosso Secretário na área de inovação. Temos uns quarenta grupos de pesquisa de ponta hoje para atender a demanda da indústria e estamos agora nesse esforço muito grande com o movimento empresarial pela inovação, a CNI, para criar uma Embrapa da indústria, que eu acho que vai ser um salto extraordinário. A agricultura tem a sua instituição de pesquisa, de fomento, de inovação; a indústria não tem. Outros países têm. Na Fundação Fraunhofer, por exemplo, o modelo é: 30% da pesquisa quem paga é o setor privado, 70% é o Estado. Tem



60 laboratórios de pesquisa e ela só atende a empresa para resolver os problemas de inovação. A empresa vai lá: “Eu preciso trocar o mancal, isso aqui não funciona, aquilo ali”, e ela faz a pesquisa aplicada. Com isso, a gente daria uma resposta à micro e à pequena empresa. A micro e a pequena empresa têm mais agilidade na inovação do que as grandes empresas, precisamos estimulá-las a fazer.

Outro instrumento importante são os parques tecnológicos, as incubadoras de empresa de base tecnológica. Temos alguns parques espetaculares, São José dos Campos, Santa Catarina, um Estado que criou uma cultura importante nessa área, o Vale do Sinos, no Rio Grande do Sul, o Fundão, no Rio de Janeiro, e nós temos várias incubadores de empresa de base tecnológica. Estamos fortalecendo a Finep exatamente para ter mais recurso, para ter mais financiamento e vejo aquela linha de criar fundos setoriais, como a indústria da construção civil, a indústria de mineração, a indústria automotiva, o sistema financeiro, para a gente ter mais recursos vinculados à P&D. Então essa é um pouco a nossa estratégia.

Em relação ao petróleo, tem que ter o equilíbrio. Seus benefícios estavam muito concentrados nos Estados produtores. Tem que repartir, porque essa riqueza é muito grande, não faz nem sentido e o pré-sal está a 350km da costa. Mas você não pode desconsiderar que os Estados produtores de petróleo não têm ICMS na origem; o *royalty* é que compensa. Então eles têm que ter um tratamento diferenciado. Agora, no meu ponto de vista, eu daria uma prioridade estratégica aos *royalties* do petróleo: educação, ciência e tecnologia. Se nós fizermos isso, Municípios, Estados, União, daremos um salto extraordinário no Brasil, vamos criar uma sociedade diferente, pronta para o século XXI. Eu acho que esse seria o grande salto histórico que a gente deveria promover.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Com relação a usar os recursos do Finep para a lei de editais e para ativo fixo, e não só custeio?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – É, nós estamos inclusive buscando mudar os instrumentos da Finep para que ela possa também fazer o papel de financiar capital semente, empresas inovadoras e participar do capital. Em outros países, o setor privado também faz isso muito bem. Quer dizer, a Finep participar do risco. Ela entra como acionista, tipo BNDESPar. deu certo, ela ganha junto, não só o financiamento. Então nós estamos estudando instrumentos para fortalecer e dar mais agilidade à Finep e focar nos principais núcleos de inovação do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ferraço, está satisfeito com as respostas do Ministro?

Passamos agora a palavra para o próximo orador inscrito, Senador Alvaro Dias, por cinco minutos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, primeiramente, quero dizer que não era objetivo da



oposição trazer este assunto para o Senado Federal. Ele estava sendo tratado na esfera da Câmara dos Deputados e nós esperávamos que, dessa forma, caminhasse. No entanto, o assunto chegou aqui e nós temos o dever, institucional inclusive, de fazer os questionamentos, até para colaborar com o Ministro Mercadante, que deseja esclarecer os fatos de forma cabal e definitiva.

Antes quero dizer – já que aqui ouvimos – que não somos responsáveis pela crise permanente, como se alardeou. A usina de escândalos é o Governo; o escândalo de hoje faz esquecer o de ontem e aguarda o de amanhã para ser esquecido. Isso tem sido reiterado nos últimos anos no País.

Dizer que não houve prova material desse crime é subestimar a inteligência das pessoas. O que se exigiria como prova material além de uma mala com R\$1,7 milhão apresentada à população do País através da televisão? Os recursos em espécie sem origem anunciada, isso não é prova material? É evidente que é prova material. O que se poderia alegar é que não havia o responsável maior. Ou seja, não se anunciou quem determinou a formatação de um dossiê e o pagamento por esse dossiê. Não havia, portanto, essa prova. Agora há um depoimento, há uma prova testemunhal. E o depoimento não é da oposição. O depoimento é de um alto militante do PT, hoje ocupando um cargo relevante no governo do Distrito Federal.

O que ele disse? Ele disse que o principal beneficiário, um dos arrecadadores do dinheiro para montar toda a farsa foi o ex-Senador e atual Ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante. O plano foi tocado pelo núcleo de inteligência do PT, mas com o conhecimento e autorização do ex-Senador.

Vou fazer, Ministro Mercadante, a leitura de alguns tópicos, para que V. Ex^a possa esclarecer sobre eles.

O seu coordenador de comunicação à época, Hamilton Lacerda, estava diretamente envolvido nesse escândalo, já que, comprovadamente, foi quem levou parte do dinheiro utilizado na operação para o hotel Ibis, local em que o pagamento seria efetuado aos empresários Darcy e Luiz Vedoin. Ora, se atualmente ele integra a gestão do Distrito Federal, comandada pelo Partido dos Trabalhadores do qual faz parte, que razão teria para envolver o seu companheiro de partido Aloizio Mercadante nos fatos ocorridos à época em que o dossiê dos aloprados foi descoberto?

O Sr. Expedito foi categórico – repito: ele foi categórico – ao apontar V. Ex^a, Senador Mercadante. Trata-se de reiterarmos...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS. *Fazendo soar a campanha.*) – Um minuto, Senador Alvaro.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – (...) denúncia feita por quem esteve envolvido na ação criminosa. Portanto, o Sr. Expedito esteve envolvido nessa ação criminosa.

Eu peço só um instante, Sr. Presidente.



Seria mera ilação de nossa parte afirmar que o então candidato Mercadante, através de Hamilton Lacerda, seu coordenador de comunicação e assessor comissionado no seu gabinete, poderia ter pedido ao seu amigo e suplente na sua vaga de Senador, João Vaccari, que o mesmo viabilizasse recursos junto à Bancoop?

Sr. Presidente, eu tenho aqui – não vai dar tempo, e eu gostaria que V. Ex^a fosse condescendente e permitisse, porque é para o esclarecimento do Ministro Mercadante – os contatos telefônicos entre Hamilton Lacerda e João Vaccari entre os dias 12 e 13 antes da data acertada para o pagamento e 48 horas antes das prisões terem sido efetuadas. Esses telefonemas constituem indício muito sério da participação não apenas do Hamilton Lacerda, como do João Vaccari.

Nesse mesmo dia, Hamilton Lacerda liga para o Sindicato dos Bancários de São Paulo às 22h50min, presidido por Vaccari. Para não ser identificado, usou o telefone em nome de Ana Paula. O uso desse telefone também foi comprovado no inquérito e na CPI. Nesse particular, Hamilton Lacerda permite indagar se ele não teria se valido de um telefone de terceira pessoa justamente para que não soubessem que ele estava a contatar o próprio Vaccari. Portanto, V. Ex^a há de convir que essa atitude de Hamilton Lacerda faz com que a conclusão é no mínimo de que há necessidade de uma investigação mais aprofundada.

No dia 13, em que se dá o pagamento da primeira parcela do dossiê, Hamilton Lacerda chega ao hotel com o dinheiro às 8h51min. Ocorre que, por volta das 7h43min, quando ainda estava a caminho do hotel, ele volta a falar com Vaccari, novamente usando o telefone em nome de Ana Paula. É certo que Vaccari, em seu depoimento nega tal conversa.

Portanto, há necessidade de se esclarecer essas relações que dizem respeito à presença de João Vaccari – que é, me parece, suplente, ou foi suplente de V. Ex^a, como Senador –, que, por meio desses telefonemas às vésperas do pagamento, comunicava-se com seu assessor de comunicação. Se, à época, o Procurador Antonio Fernando não tinha esse depoimento, certamente ele agiu corretamente ao isentá-lo de qualquer responsabilidade de participação nesse episódio. Mas hoje é um fato novo. Há um depoimento, um depoimento de alguém que esteve envolvido no episódio, que é do Partido dos Trabalhadores, que participou da campanha e que hoje ocupa um cargo relevante na administração do Distrito Federal. Esse depoimento é peremptório e não deixa margem a dúvidas em relação à convicção de quem o faz. E nós, obviamente, desejamos que V. Ex^a possa esclarecê-lo.

Eu indago, se V. Ex^a negar a veracidade...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Alvaro Dias, por favor, peço a V. Ex^a que conclua, porque existem muitos Senadores inscritos.



O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Eu vou concluir, apenas fazendo mais uma indagação.

Se V. Ex^a alega que essa afirmação de Expedito Veloso é mentirosa, V. Ex^a pretende processá-lo por calúnia e difamação? Eu acho que é uma medida cabível.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra, o Ministro Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Primeiro, Senador Alvaro Dias, a ideia de crise permanente não é o sentimento do povo do Brasil em relação ao País, nem ao Governo. Eu vivi aqui no Senado, tentou-se, o tempo inteiro, criar um clima semelhante no passado, e acho que não foi um bom caminho. E o Presidente Lula terminou com 85% de apoio popular.

Eu fiz ali uma breve passagem da história do Brasil, e houve uma figura decisiva para estarmos onde estamos: Getúlio Vargas. Falei aqui da criação do sindicato, do Ministério da Educação, do Ministério do Trabalho, da CSN, da Vale, da Fábrica Nacional de Motores (FNM), Fábrica Nacional de Vagões (FNV), Companhia Nacional de Álcalis, depois Petrobras, BNDES. Tudo aquilo terminou no Palácio do Catete, com manchetes sobre o “mar de lama”, e ele deu um tiro no peito, deixando a mensagem “saio da vida para entrar na história”, que era a única forma de ele desarticular um golpe que estava em curso.

Juscelino Kubitschek saiu escorraçado do País. Não pôde nem voltar ao Brasil. É só olhar a obra que ele deixou: um homem com valores democráticos, construiu Brasília, deu um salto na industrialização.

Então, a história do Brasil tem se repetido.

Eu não acho um bom caminho, mas entendo que cada um faz o seu papel.

Segundo, é evidente que há prova material no processo. Só não há prova material em relação a qualquer possibilidade do meu envolvimento. É isso que o procurador faz. É ele manda continuar a investigação, e tudo o que V. Ex^a manifestou agora quem apurou foi o inquérito. Os telefonemas foram apurados pelo inquérito, pela quebra de sigilo telefônico! Isso consta nos autos! Não há nenhum fato novo do que V. Ex^a falou.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – O fato novo é a prova testemunhal.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – O que V. Ex^a não falou é que eu gostaria que falasse. Então, eu lhe pergunto, porque V. Ex^a não tocou no assunto: V. Ex^a acredita que o principal financiador foi o Orestes Quércia?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – O que eu indago a V. Ex^a é se V. Ex^a...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Não! Eu estou perguntando a V. Ex^a!



O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Não. V. Ex^a está aqui para responder, não para indagar.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Não, não, não. Não estou aqui para responder. Estou aqui para...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Está para responder.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Não! Isto aqui não é uma CPI! Eu vim aqui de livre e espontânea vontade. Estou pedindo para, francamente...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Então, permita-me responder com uma pergunta, porque há esta hipótese também: a resposta através da pergunta.

Eu não considero inclusive ética essa tentativa subliminar de transferir o foco para Orestes Quércia, que não está vivo. Essa é a primeira questão.

Nós não estamos considerando o envolvimento de Orestes Quércia, porque ele não está aqui para responder. V. Ex^a está. Vivo, muito vivo, pode responder, e, por isso, estamos questionando. Se houve a participação do Orestes Quércia como coadjuvante nesse processo, não nos cabe agora indagar; cabe indagar de V. Ex^a. V. Ex^a foi quem se propôs a responder aos questionamentos. Por isso a indagação que eu faço é sobre a prova testemunhal.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Deixe-me concluir...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Alvaro Dias, vamos deixar o Ministro...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Há uma prova testemunhal, que foi fática, do Sr. Expedito Veloso. É sobre isso que V. Ex^a tem que responder.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra, o Ministro Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Se V. Ex^a não responder, tenho certeza de que as lideranças responsáveis e importantes da oposição não acreditam. Tanto que a representação do PSDB não cita que o Orestes Quércia foi o principal financiador, porque teriam que ser investigadas as relações, telefonemas, etc.

Na rede de telefonemas, as pessoas que se falam durante todo o processo estão muito bem definidas no inquérito. Não consta um único telefonema para mim. Essas perguntas não têm que ser direcionadas a mim! Não têm que ser direcionadas a mim. Em nenhum momento... Porque, se o Hamilton dissesse “eu fiz qualquer coisa sob responsabilidade da campanha”, eu teria que responder. Quando ele diz, e diz com toda a clareza e com emoção, “a responsabilidade eu assumo inteiramente minha; o Senador Mercadante nunca soube, nunca me autorizou a participar de nada do que participei nesse processo”, fica absolutamente transparente a relação de quebra de confiança que tivemos na



campanha, e um grupo de militantes, todos dirigentes com longa vivência política, que tiveram responsabilidade nesse episódio.

Vou ler aqui o trecho do Jorge Lorenzetti: “Todos nós sabemos que a agenda de combate à corrupção no Brasil é uma agenda importante para a sociedade, e ela, no período eleitoral, fica com uma agenda mais importante ainda”.

E o que a gente estava vendo nesse trabalho é que essa agenda Escândalo dos Sanguessugas estava sendo debatida no atual Governo e no Governo Lula. E, pela análise que fizemos nessas nossas sistematizações de informações, constatamos que 75% dos convênios executados na Pan Am vinham do Governo anterior.

Portanto, ele é um processo que nasce, se desenvolve e tem seu ápice no Governo anterior. E era por isso que nós nos interessamos, de ver que era importante que a sociedade tivesse conhecimento disso no sentido de que esse processo foi o atual Governo que identificou, e esse esquema de corrupção foi denunciado e já existia.

No depoimento dele inteiro, ele assume a responsabilidade do que fez. Ele era o coordenador – pelo menos o inquérito o coloca como coordenador – desse grupo. Não há um único contato comigo! Nunca houve! Nem ele, nem nenhum dos envolvidos, um único telefonema. Esses telefonemas que foram ditos estão no inquérito. Isso não é um fato novo.

V. Ex^a está tentando transformar num fato novo o que já foi investigado. E, sobre esse fato, o procurador não desautorizou o fato. Está lá, e está investigado.

Eu gostaria de conhecer o inteiro teor das fitas, para podermos analisar, de fato, o que é que foi dito e em que circunstâncias, e saber exatamente por que motivo. Mas ele diz assim: “O Quércia, que disputava também, os dois fizeram essa parceria. Por isso, tem dinheiro do Quércia. Surgiu essa parceria inclusive financeira. E estava lá o Hamilton Lacerda”.

Estava lá o Hamilton Lacerda. O tempo inteiro que ele fala, ele está dizendo: “Está lá o Hamilton Lacerda”. Está lá o Hamilton Lacerda. O inquérito mostra que está lá o Hamilton Lacerda.

O que o inquérito.... Não há um único indício de que qualquer dessas pessoas tiveram relação comigo antes ou depois. E quando falo “depois”, falo em cinco anos. Cinco anos! Nunca mais falei com nenhum dos envolvidos, nunca mais na minha vida. Então, o que aqui está aqui reforça o que está no inquérito, ou seja, que havia uma pessoa da campanha de São Paulo envolvida, que era o Hamilton Lacerda. O que está aqui diz que não teve dinheiro na minha campanha, porque não teve. Eu jamais autorizaria, eu jamais permitiria uma ação dessa natureza. O que está aqui, nos autos, no depoimento, diz que eu não sabia, não autorizei, não tinha conhecimento; que eu não permiti que usasse na minha na campanha. É isso o que está aqui nos autos. E o que V. Ex^a citou está nos autos,



é uma prova colhida, matéria, indicial, que foi investigada pela autoridade competente. E as pessoas foram indiciadas, foram indiciadas no processo. Agora, o que V. Ex^a não mostra é que tenho alguma participação nesses telefonemas, nesse episódio ou nesses encaminhamentos. E o tempo inteiro, mesmo aqui, que é um trechinho muito curto, toda vez que ele fala de São Paulo, ele fala de Hamilton Lacerda.

Como é uma pessoa que não é de São Paulo, o Expedito Veloso não participou da minha campanha, não acompanhou o que aconteceu, nunca esteve lá durante esse período. Ele pode até considerar que o Hamilton Lacerda fosse um elo com a campanha – ele tem o direito de considerar. Mas quando o Hamilton Lacerda e todos os demais envolvidos assumem publicamente, com toda ênfase, que jamais falaram comigo – porque não falaram, não há um telefonema, não há um contato, não há uma relação antes, durante e depois desse episódio e o Hamilton assume a responsabilidade como dirigente e militante partidário – essa sua ilação, Senador Álvaro não é correta. E eu insisto: não haveria como tentar requestrar esse assunto se o Quércia estivesse vivo. O argumento de que o Quércia morreu e, portanto, não podemos falar dele é o contrário. É o contrário. Eu é que estou aqui dizendo que é absolutamente injusto que se faça isso. Por que não jogaram esse tipo de acusação na campanha, na última campanha ou em qualquer momento desses últimos cinco anos? Por uma única razão: se o Quércia estivesse vivo, isso não parava de pé, porque ele era aliado do PSDB, até o último momento da sua vida. Ele estava morrendo no hospital e foi um aliado, ele era um aliado político. Não há um vínculo entre o Quércia e eu, em nenhum momento da nossa história. Nunca tivemos nenhum tipo de relação política, nem na campanha. Nunca tivemos. Não é verdade isso.

A Dona Alaíde soltou uma nota mostrando que não aceita essa tese. E tenho certeza de que os companheiros que estavam ao lado de Quércia sabem que nunca tivemos relação alguma. Ele nunca tratou de campanha comigo, nem acordo de campanha contra o Quércia, nem acerto de qualquer natureza para qualquer coisa. Nunca tivemos isso. E qualquer companheiro dele ou da minha campanha sabe que isso não procede.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB - PR) – Para réplica, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral Bloco/PT – MS) – Para réplica, Senador Álvaro Dias, por dois minutos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – O Senador Aloízio Mercadante insiste em transferir o foco para Orestes Quércia. Na verdade, o Quércia, durante os últimos anos, durante o Governo Lula, foi atuante membro do PMDB na base aliada do governo. Apenas no último pleito eleitoralmente fez uma aliança com o PSDB em São Paulo. Na eleição anterior, ele estava na base aliada de apoio ao governo federal, na eleição em que ocorreu o fato. V. Ex^a era o



objetivo desse episódio, ou seja, se houvesse benefício, o beneficiado seria V. Ex^a.

O seu colega de partido e parceiro de campanha presidencial, já que Expedito Veloso participou, sim, da campanha do Presidente Lula, agora aparece e denuncia que foi V. Ex^a o autor intelectual dessa farsa, que V. Ex^a estava encarregado inclusive da arrecadação para efetuar o pagamento em troca de um dossiê que pretendia desconstruir a imagem do seu concorrente. É essa a questão. À época, o Procurador Geral da República não tinha esse depoimento. Se ele tivesse que se pronunciar hoje, certamente o seu pronunciamento seria diferente. Agora, há um parceiro de V. Ex^a que o denuncia. E é isso que tem que ser esclarecido.

Para concluir, Sr. Presidente, eu ainda não obtive a resposta sobre a hipótese de processo por calúnia e difamação.

Na verdade, eu tenho três requerimentos que eu apresentaria. Eu não os apresentarei se o Ministro Mercadante se comprometer a aceitar a convocação da Câmara dos Deputados, já que lá há uma comissão mais adequada para os esclarecimentos desse fato. Se o Ministro Mercadante afirmar aqui que aceitará ir à Câmara, eu não apresentarei os requerimentos que convida a ex-Senadora Serys Slhessarenko, que confirmou o depoimento do Expedito Veloso – a ex-Senadora Serys confirma –; o convite também a Expedito Veloso para uma audiência pública nesta Comissão; e a convocação da Ministra Ideli Salvatti, que foi também denunciada pelo Expedito Veloso. Se o Ministro Mercadante afirmar que irá à Câmara, eu não apresentarei esses requerimentos; se não houver esse compromisso eu os apresentarei em seguida, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Ministro Aloysio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Eu acho muito oportuno que tudo seja esclarecido.

Eu quero aqui ler uma nota que a Senadora Serys publicou, logo após a matéria da *Folha de S.Paulo*. E ela me encaminhou esta nota:

“Em função das últimas notícias publicadas pela revista Veja e, agora, na entrevista concedida ao jornalista Rubens Valente do jornal Folha de S.Paulo, publicada parcialmente na edição de hoje, eu quero esclarecer que [eu gostaria que V. Ex^a prestasse atenção]: afirmei ao jornalista Rubens Valente – e reafirmo agora, a bem da verdade – que Expedito Veloso jamais mencionou em nossas conversas o Ministro Aloysio Mercadante, ou ofereceu qualquer informação que possa desabonar o companheiro, com quem convivi todos esses anos no PT, no Senado Federal, por quem tenho respeito e admiração”.

Portanto, se a ideia é tentar dar alguma veracidade a essa farsa, usando a Senadora Serys, não para de pé de novo, porque ela disse que jamais



ouviu qualquer coisa a meu respeito; ao contrário, ela disse que me tem respeito e admiração.

Então, não há nenhum problema. O mandato de V. Ex^a é V. Ex^a quem deve conduzir como achar que deve, não sou eu que vou me pronunciar. Ações na Justiça eu nunca fiz contra a imprensa, em toda a minha vida, mas posso fazer; contra a imprensa, contra quem me caluniou ou contra quem me trouxe prejuízo. Ao final desse processo nós vamos ter os fatos esclarecidos e eu saberei tomar as providências. Só que ações na Justiça a gente não fica anunciando, a gente faz ou não faz. Então vou aguardar, vou verificar, vou tentar entender e, aí, vou tentar tomar as decisões cabíveis.

Por último, não está claro também se isso foi feito agora ou se isso é uma conversa de cinco anos atrás. Porque vou insistir: a questão do Quércia não é um fato novo. Essa história já esteve presente na época... Eu li notas aqui, tentando o envolvimento do Quércia. E aquilo foi desconsiderado, no curso das investigações, porque não havia elementos, do ponto de vista do processo investigatório. E todo resto foi mantido no inquérito. A investigação está lá, as pessoas foram indiciadas. O que o procurador...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Essa tentativa de V. Ex^a de transferir o foco para o Quércia não é elegante...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Senador, deixe-me falar! Eu ouvi V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Ministro Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – V. Ex^a... V. Ex^a... não é a questão... Não sou eu, absolutamente. Eu só dizendo o que está aqui: “O financiador é Orestes Quércia”. Está publicado na revista. Não sou eu quem está tratando disso.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Mas V. Ex^a está como se fosse o único fato importante no episódio.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – É um fato relevante, porque, o tempo inteiro, a discussão é esta: que a minha campanha não tinha dinheiro, que tinha um responsável em São Paulo que era o Hamilton, que mandou o Valdebran ir para o hotel, e não tinha o dinheiro da minha campanha. E aí eu fiz um acordo com o Quércia para pagar o dinheiro que eu não tinha. É isso que está escrito. Não é nem mais, nem menos. E isso não para de pé. Não para de pé, primeiro porque o Hamilton, o tempo inteiro, diz... E o Expedito, na fala, ele fala em aliança porque a logística era coisa do Hamilton e do Valdebran...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Só para contribuir, Ministro. Os indícios que eu levantei dizem respeito à origem dos recursos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Senador, eu não quero...



O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Alvaro Dias, a palavra está com o Ministro Aloizio Mercadante nas regras que nós estamos seguindo...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Esses indícios estão no inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Ministro Aloizio Mercadante.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, dos indícios o Ministro disse que gostaria do debate. Por isso é que estou tentando colaborar com ele.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Mas todo debate, Senador, vai ter que ter uma regra, senão os outros Senadores não vão conseguir falar.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Apenas, Sr. Ministro, que esses indícios a que me referi e que estão no inquérito, sim, como disse V. Ex^a, eles nos levam à origem dos recursos. É por essa razão que destaquei, para que V. Ex^a pudesse esclarecer. Ele chega ao João Vaccari, que era da Bancoop, que supostamente poderia ter participado da arrecadação desses recursos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Quero concluir dizendo que ele foi ouvido no inquérito, foi ouvido no Senado, o João Vaccari, e o Hamilton. Esse episódio consta integralmente do inquérito; não há absolutamente nada de novo. O que há de novo, eu vou ler aqui: “porque a logística era coisa do Hamilton e do Valdebran, e chegou lá e não estava o dinheiro”. Isso é o Expedito falando na fita que foi publicada hoje. “Quércia, que disputava também, os dois fizeram essa parceria, por isso tem dinheiro do Quércia. Surgiu essa parceria, inclusive financeira, e estava lá o Hamilton Lacerda”.

Então, o que há no texto sempre se remete ao Hamilton Lacerda, que diz textualmente, em nota e no depoimento veemente, que jamais pediu minha autorização – e jamais teve –, que jamais me consultou – e não consultou –, que jamais autorizei – e não autorizei – que ele se envolvesse nesse episódio. E não só disse isso como pediu desculpas públicas por ter se envolvido e por esse prejuízo que trouxe.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Ministro Aloizio Mercadante.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Não ouvi do Ministro o compromisso de que irá à Câmara ou não, ou a informação, porque não se trata de assumir compromisso. Então, encaminho à Mesa os requerimentos que estou apresentando, a menos que o Ministro diga que irá à Câmara. Se não disser, apresentarei os requerimentos.



O SR. PRESIDENTE (Delcídio Do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Ministro colocou à disposição de V. Ex^a, a juízo de V. Ex^a, tomar as providências cabíveis dentro daquilo que qualquer Senador...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Ministro Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – O que eu acho fantástico... eu vejo agora uma tentativa de transformar numa disputa política permanente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Não...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Deixa eu concluir, Senador Alvaro. V. Ex^a está muito nervoso. Eu que deveria estar mais nervoso. V. Ex^a não me deixa nem falar! É simples a questão. Eu vim aqui...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pode ter certeza de que há muita gente nervosa no País.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Eu vim aqui para esclarecer tudo. Façam as perguntas que quiserem, todas. Eu deixei V. Ex^a fazer todas as perguntas. Por que querem que eu vá à Câmara? Para continuar alimentando uma agenda... Porque aí, realmente, vai virar CPI dos Bingos. Não é a minha contribuição...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Porque a comissão adequada é a de lá, a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Não, o Senado tem toda estatura...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Esta é a Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Aqui, qualquer Senador pode falar. Há vários aqui que poderão falar.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – V. Ex^a veio a convite para falar sobre um outro assunto.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – E vim dizendo...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – De qualquer maneira, nós estamos encaminhando, então, Sr. Presidente, regimentalmente, os requerimentos...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Encaminhe, então, por favor, Senador Alvaro Dias. E nós seguiríamos...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – E convoco a Ministra Ideli Salvatti. Convido o Sr. Expedito Velloso e a ex-Senadora Serys.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – E nós seguiremos os atos aqui aprovados pela Comissão...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Eu só quero esclarecer o seguinte: eu vim aqui dizendo publicamente, na primeira hora, que eu queria vir ao



Senado, que é a Casa que percorri, e em respeito a esta Casa, numa atitude de total transparência, que eu não precisava de nenhuma convocação para vir esclarecer os fatos. E vim de peito aberto para discutir tudo. E todo mundo sabia que eu vinha para discutir esta questão.

As perguntas estão sendo feitas, e eu as responderei uma a uma, com a mesma convicção, com a mesma certeza com que eu sempre falei. E estou falando integralmente a verdade nesse episódio.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o próximo orador inscrito, o objetivo Senador Dornelles.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não, é o Senador Dornelles. É porque aqui há uma alternância entre os partidos da base e os da oposição. É uma regra complicada, viu, meu caro Senador Humberto? Muito difícil.

Meu caro Senador Dornelles com a palavra, por cinco minutos.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Senador Mercadante, eu quero cumprimentar V. Ex^a pelo excelente e importante trabalho que vem desenvolvendo no Ministério da Ciência e Tecnologia e a prioridade que V. Ex^a vem dando para o desenvolvimento da pesquisa, da tecnologia nacional, o que é importante para o processo de desenvolvimento.

Entretanto, Senador Mercadante, de uma maneira muito franca, quero dizer a V. Ex^a o seguinte: a minha posição em relação a esse assunto dos aloprados é totalmente diferente do que seria a posição de V. Ex^a, caso V. Ex^a estivesse neste plenário e outro Senador na posição de V. Ex^a.

V. Ex^a foi o protagonista de um dos mais violentos casos que ocorreram no Senado na legislação anterior. Sem que existisse qualquer prova, sem que existisse qualquer indício, sem que existisse qualquer peça material, V. Ex^a subiu à tribuna e pediu a cassação de mandato de dois Senadores, o afastamento da Presidência de um Senador ilustre, sem que V. Ex^a tivesse qualquer prova e qualquer indício para isso.

Eu considero, Senador Mercadante, esse caso dos aloprados um dos casos mais aviltantes da política brasileira. Agora, eu sou contra – a minha posição é diferente da que seria a sua se estivesse no meu lugar –, eu não considero que, antes de a polícia fazer uma investigação profunda, antes de o Ministério Público se manifestar, antes de a Justiça condenar, o Congresso Nacional teria que entrar em assunto como esse. Acho que esse é um assunto da polícia, é um assunto do Ministério Público, é um assunto da Justiça. De modo que quero dizer a V. Ex^a que não vou apoiar os requerimentos do Senador Alvaro Dias, porque considero que esse assunto não é ainda da alçada do Senado Federal, como V. Ex^a considerou na legislatura anterior.



Para terminar, Senador Mercadante, só vou repetir aquele refrão popular: “Não há como um dia depois do outro”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra, o Ministro Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Senador Dornelles, agradeço a franqueza. Eu, como sempre fui rigoroso nessas questões da ética, acho que os Senadores têm todo o direito de serem rigorosos comigo. Não peço nenhum tipo de tratamento diferenciado. Acho que isso é função do mandato, e vim aqui para enfrentar o debate com transparência. Tem de ser assim a democracia. Não pode estar a lei e, acima, os indivíduos, os partidos, os interesses. Sempre fui rigoroso, e fui rigoroso na minha vida, nas minhas atitudes e na dos meus companheiros, na minha relação com eles.

Então, esse processo foi exaustivamente investigado pela polícia e pelo Ministério Público. Ele já veio para esta Casa. Houve uma CPI. Todas as pessoas foram ouvidas. Da CPI, não consta meu nome no relatório final. Esse processo foi para o TSE. Não consta meu nome na representação da oposição. E o Procurador-Geral da República, o mesmo rigoroso que indiciou tantos parlamentares – V. Ex^a ainda não estava aqui – disse com todas as letras:

“[...] não há um único elemento nestes autos que aponte para o envolvimento do Senador ALOIZIO MERCADANTE nos fatos.

[...]

Seguindo a mesma linha, a quebra de sigilo telefônico dos envolvidos não apontou contatos entre o Senador e os demais envolvidos, seja nos dias que antecederam à prisão em flagrante de GEDIMAR [...] e de VALDEBRAN [...], seja nos dias posteriores. A análise das ligações feitas por Hamilton Lacerda, nos dois telefones utilizados por ele no período, também não registrou ligações para o Senador ALOIZIO MERCADANTE.

[...]

As conclusões da perícia desautorizam a presunção da autoridade policial de envolvimento do Senador Aloizio Mercadante, que se revela arbitrária

[...]

[...]

A pretensão da autoridade de transferir para o Senador o ônus de provar a sua inocência, dada a ausência de provas do seu envolvimento, conflita com o sistema constitucional vigente.”

E, aí, no final, ele diz:

“Até mesmo a instauração de procedimento investigatório pressupõe a existência de indícios mínimos de autoria, sem o que estará configurada situação de manifesto constrangimento ilegal ao investigado.”



E pede: “a anulação do indiciamento e o arquivamento do inquérito em relação ao Senador Aloizio Mercadante”.

Por todos os Ministros do Supremo Tribunal Federal, por unanimidade. Então, esse é o direito do cidadão perante a democracia. Essa é a instância máxima da Justiça.

Ainda assim, faço questão de vir e fazer o debate com toda a transparência, porque eu concordo integralmente com V. Ex^a: nada como um dia após o outro. E, a cada dia que vier, vai ficar mais clara a minha mais completa inocência, como mostrei no passado. É por isso que quero o debate e a transparência das minhas atitudes.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Senador Aloizio Mercadante, reitero os cumprimentos a V. Ex^a pela condução do seu trabalho no Ministério de Ciência e Tecnologia, e quero dizer a V. Ex^a que, nesse caso dos alopados, a minha posição é totalmente diferente da que V. Ex^a sempre tomou no Senado quando pretendia acusar e condenar Senadores sem que houvesse contra eles qualquer prova concreta. Acho que ninguém pode ser condenado na base de notícia de jornal. E V. Ex^a, durante a legislatura anterior, tentou a cassação de mandatos de companheiros seus, baseado em notícias de jornal.

Quero dizer a V. Ex^a que a minha posição é totalmente contrária à que V. Ex^a tomou durante o período em que esteve aqui, no Senado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Próximo orador inscrito: Senadora Vanessa Grazziotin.

Cinco minutos, dentro do Regimento.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada. Vou fazer um grande esforço, Sr. Presidente, para falar nesses cinco minutos.

Primeiro, cumprimentar o Senador/Ministro Mercadante pela iniciativa tomada de vir aqui.

Quero dizer, Senador Mercadante, aos companheiros Senadores, todos e todas que aqui estão presentes, que é a primeira vez que eu vejo a oposição reclamar de alguém que está sendo duramente atacado pela imprensa há duas semanas tomar a iniciativa de vir falar do assunto. É a primeira vez! Até então, só vi o contrário: a oposição dizendo que quem é atacado, quem é alvo, quem está sendo acusado não quer falar, fecha-se em copas. O Senador Ministro Mercadante aqui está aproveitando um requerimento muito importante, um assunto que está na pauta, e eu gostaria de falar pelo menos rapidamente sobre o assunto, e vem esclarecer os fatos. Eu também quero convir, também quero acreditar, isso não é de agora, vem desde o início do Governo da Presidenta Dilma, veio durante todo o Governo do Presidente Lula, uma tentativa de



desestabilizar e atrapalhar as iniciativas importantes que o Governo Federal está adotando e vai adotar nesses próximos dias.

Segundo o noticiário, Sr. Presidente, e o Ministro Mercadante sabe bem disso, está programado para a segunda quinzena de julho a Presidenta Dilma anunciar a nova política industrial para o Brasil. Será que essas matérias das revistas e jornais são mais importantes do que o anúncio, o debate, a participação não só do Parlamento brasileiro, mas da sociedade brasileira numa questão fundamental e importante que é a nova política industrial do Brasil, Senador Aloysio Nunes? Aí quero resgatar, porque infelizmente eu lamento, mas não posso me calar diante disso. Ouvi com muita atenção o Senador Alvaro falar e tudo me voltou como se fosse um filme. Um filme aliás de péssima qualidade, mas um filme que vem lá da CPI dos Sanguessugas. Eu fiz parte desta CPI como Deputada Federal, era uma CPMI e depois a denúncia dos alopados. Li as duas grandes matérias da *Revista Veja*. Nesse caso, quero concordar com o Senador Dornelles. O Senador Alvaro falou, falou, falou. Qual é o fato novo? Chama-se Expedito Veloso. Esse é o fato novo. Agora, que documentos traz esse cidadão? Se houver documento, que traga. Porque, do contrário, são ilações. E com que objetivo? E por que agora? Esse é o fato novo mas sem prova, sem absolutamente nada. Aí eu entro na mesma linha do Senador Dornelles, Ministro Mercadante. Eu também, a minha vida inteira, nunca tive outra filiação partidária que não fosse o PCdoB. Aliás, desde a época do movimento estudantil, aos 16, 17 anos de idade, que entrei nesse partido que nem legal era. A minha vida inteira, portanto, foi quase na oposição mas nunca devemos acusar ninguém se não houver nenhuma prova. E não há pelo menos o envolvimento de V. Ex^a. Acho que tudo aqui foi exatamente plenamente esclarecido. Talvez, eu não sei, uma sugestão que faço, requerimento para vir que traga fato novo. Mas fato novo não é o que um falou e outro deixou de falar. Essa a minha opinião a respeito do assunto. Lamento e espero que encerremos esse assunto hoje para que possamos de fato iniciar debates de questões importantes. Temos uma Copa do Mundo, temos uma Olimpíada, temos avanços que o Brasil precisa alcançar.

Ministro Mercadante, quero abordar V. Ex^a a respeito dessa nova política e esse novo papel que assume a ciência e a tecnologia no Brasil. Cumprimentar V. Ex^a pela Embrapa, ela tem que vir, ela é fundamental. Não tenho dúvida. E V. Ex^a passou 3 dias conosco na cidade de Manaus, visitou o centro de biotecnologia., É inadmissível um centro com aquela envergadura e aquele grande desafio continuar subutilizado como está hoje. Mas tenho certeza que será por pouco tempo. Como V. Ex^a fala nós temos a maior biodiversidade do planeta eu diria que 25% dos medicamentos produzidos no mundo a matéria-prima vem da Região Amazônica, mas a patente não está no nome de nenhum brasileiro, de nenhuma empresa brasileira, nem do Governo brasileiro. A patente vem de fora, porque as pesquisas são feitas fora e nós não desenvolvemos absolutamente nada aqui.



Gostaria de questionar o seguinte, Ministro. Quando falamos em nova política industrial, quando falamos em reforçar a inovação, e é esse o centro da nova política industrial brasileira, nós precisamos trabalhar o aspecto regional. Não vejo com muita alegria, nem com muita satisfação, e tenho certeza que nenhum de nós, quando o senhor coloca ali na tela Foxconn, e foram três somente, há muito mais, são 12. Uma vai para Hortolândia, outra para Jundiaí, a outra vai para Campinas, e todas elas para o Estado de São Paulo, Senador Suplicy. Por que no Estado de São Paulo? Porque a concentração econômica do Brasil está no Estado de São Paulo. A concentração econômica está lá. Não é porque não se possa receber nos outros Estados da Federação, mas é porque está lá: a concentração econômica e, portanto, a questão da infraestrutura.

Então eu acho, Ministro Mercadante, que junto com a inovação, se não vier a logística, a infraestrutura – porque esta foi uma base forte na década de 30. É claro que era muito mais carente, era muito mais precária do que é hoje, mas ainda é precária. A China, em dez anos, colocou todos os seus portos – não tinha nenhum –, todos eles, os dez, como os portos mais eficientes do mundo. É claro que o Brasil não é China, nós não temos 1 bilhão e 300 milhões de pessoas.

Ministro Mercadante, eu creio – e aí quero ouvir de V. Ex^a o que nós teremos, juntamente com essa nova política industrial, de inovação, em relação a uma política de desenvolvimento regional, que também foi forte a partir da década de 30, e de logística em infraestrutura para o Brasil. Porque não adianta somente inovar, nós precisamos inovar, nós precisamos produzir, e distribuir equitativamente essa produção pelo Brasil inteiro.

Obrigada.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pelo art. 14, porque fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias, pelo art. 14.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Serei rápido, Sr. Presidente; são três pontos.

Primeiro, o escândalo não é nosso. Não produzimos esse escândalo. Segundo, não o trouxemos para cá; ele veio através do próprio Ministro Mercadante e do autor do requerimento que o convocou. Não queríamos abordar este assunto aqui. Esta não é uma Comissão adequada para este debate. Terceiro, há fato novo, e o fato novo é o depoimento. Há uma prova testemunhal agora. E afirmar que Antônio Fernando decidiu daquela forma, acentuando que não existiam provas, ele decidiu corretamente: não existiam provas. Agora, há uma prova testemunhal. É claro que, na pior das hipóteses ou na melhor das hipóteses, a reabertura do inquérito é inevitável.

Portanto, esses são os pontos que eu gostaria de esclarecer à Senadora Vanessa Grazziotin. Nós não queremos parar o país de forma alguma; nós não queremos parar o Governo. Aliás, somos tão poucos, somos frágeis,



somos impotentes. De forma alguma estamos aqui para criar crises e paralisar o Governo. O Governo se paralisa pela sua incompetência.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Ministro Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Eu queria, antes de responder à Senadora Vanessa, reafirmar que, primeiro, todos os fatos que estão sendo arrolados eles estão no inquérito. Segundo, que nos trechos que foram publicados do Expedito Veloso, ele, o tempo inteiro, se refere a São Paulo através de Hamilton Lacerda. E todos sabem – isso está no inquérito – do envolvimento dele, que ele assume publicamente aqui no Congresso, em nota pública, que jamais teve autorização minha para qualquer iniciativa dessa natureza, nem mesmo para ter ido à revista *Istoé*. E foi por essa quebra de confiança que ele foi demitido; exatamente por isso não há qualquer tipo de mudança de atitude minha. E no caso do Procurador da República, exatamente por não haver nenhum telefonema, nenhum depoimento, nada que sugerisse nenhum indício do meu envolvimento, é que fui absolvido por unanimidade no Supremo.

De qualquer forma, estaremos sempre dispostos aqui para fazer o debate.

Em relação à Embrapa, Senadora Vanessa, eu acho que é uma grande instituição...

Eu queria esclarecer outra coisa: Por que eu vim aqui? Porque assim que saiu a denúncia, já tinha um requerimento aprovado. Eu pedi para vir falar. Não esperei nem apresentar requerimento. Por favor, não inventem as coisas! Há dezenas de Senadores aqui, que passaram hoje aqui... Eu vim aberto e, imediatamente, falei: quero ir para esclarecer. Era o único requerimento que tinham aprovado, convidando-me para vir ao Senado. Aí falei: marca a data, eu liguei para você... Só não vim na terça-feira anterior porque era feriado, e aí a Casa estaria esvaziada. Então eu falei: marca depois do feriado porque vai estar todo mundo lá. Eu não quero fazer uma audiência em que a Oposição não esteja; eu quero que ela esteja presente, que a gente discuta com franqueza, com transparência, porque eu acho que essa é a função do Parlamento. E também é, como dizia Alexis de Tocqueville, para “assegurar as garantias e os direitos individuais”. Espero que os meus sejam preservados, porque as instituições republicanas todas estão ao meu favor, e o rigor do inquérito que foi feito.

Eu sou totalmente, Senadora Vanessa, simpático e estou muito empenhado na ideia da Embrapa. Concordo integralmente com V. Ex^a que não podemos perder de foco o desenvolvimento regional. Especificamente na Região Amazônica, a Zona Franca é um polo industrial decisivo, que permitiu não só gerar riqueza e renda como permitiu preservar a natureza e a floresta no Estado do Amazonas. Nós temos que pensar políticas semelhantes para outras regiões da Amazônia, a fim de criar polos de desenvolvimento, com indústrias limpas, indústrias de qualidade, especialmente usando melhor a biodiversidade da região,



que tem um valor estratégico farmacológico, alimentar, cosmético, da indústria madeireira, da piscicultura, para que se possa impulsionar o desenvolvimento.

A logística e a infraestrutura estão muito congestionadas no Brasil. Como mostrei, nós ficamos duas décadas crescendo em torno de 2% ao ano. Você dobra a taxa de crescimento nos últimos oito anos, com a ascensão de uma população que estava fora do mercado de consumo; então, há um constrangimento. Por exemplo: os aeroportos. Todo mundo aqui sente. Ano passado nós tivemos 11 milhões de novos passageiros, dos quais sete milhões nunca haviam voado. Voaram, gostaram e não vão parar mais. Isso significa que tem de haver mais parcerias público-privadas e mais investimentos em logística e infraestrutura. O PAC veio um pouco para organizar essa agenda e dar conta. O Ministério vem somar na ideia da inovação, da ciência e da tecnologia e, do meu ponto de vista, deveria ser o centro estruturante de uma nova agenda de política industrial no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Ministro Aloizio Mercadante.

O próximo orador inscrito é o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Ministro, inicialmente gostaria de parabenizar V. Ex^a pelo seu trabalho à frente do Ministério.

Tenho uma pergunta bem objetiva: V. Ex^a falou por duas vezes que não foi citado no relatório da CPI – duas vezes. Eu tenho vários defeitos, entre eles ler e reler relatórios de CPIs. Aliás, tenho, por questões acadêmicas, a maioria dos relatórios das CPIs. E V. Ex^a é citado aqui, no relatório da CPI, na pág. 370 do Volume 2.

Gostaria que V. Ex^a, se pudesse, esclarecesse isso.

Ainda nessa dia, segundo depoimento do Senador Aloizio Mercadante, houve um encontro em seu gabinete, sendo que participaram dessa reunião o próprio Senador, a Senadora Ideli Salvatti, Expedito e Osvaldo.

Isso aí V. Ex^a já declarou.

E continua o relatório da CPMI:

As informações colhidas no depoimento do Senador demonstram, de forma inequívoca, que não procede a alegação de Osvaldo Bargas no sentido de que não tinha conhecimento das tratativas sobre o dossiê, pois a pauta dessa reunião ocorrida no gabinete do Senador Mercadante era exatamente o dossiê e o depoimento que Luiz Vedoin daria no dia seguinte ao Conselho de Ética.

Esse foi o relatório da CPI, Volume 2, págs. 369 e 370.

V. Ex^a diz que não foi ouvido.



Eu gostaria, Sr. Presidente, de indagar ainda se o Sr. Ministro, como convidado, pode fazer perguntas para Senador. É uma questão de ordem. Não encontrei isso no Regimento Interno. Se ele pode fazer perguntas para mim. É uma questão de ordem dentro da minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não pode, mas, agora, V. Ex^a tem que entender que, em função do próprio embate, em algumas situações isso ocorre. Agora nós precisamos... O que a gente procura fazer sempre, meu caro Senador Pedro Taques, é seguir o que o Regimento determina.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, senhor. Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Aliás, V. Ex^a deveria... Uma outra questão é o tempo aqui. A Presidência, apesar de seguir o que determina o Regimento, dá liberdade para que democraticamente a oposição faça os questionamentos que entenda necessários.

Então, essa, a flexibilidade que a Presidência naturalmente tem, até porque estamos em uma Casa democrática e nós temos um respeito muito grande pela opinião de todos os Senadores. Portanto, a Mesa flexibiliza os trabalhos exatamente para fazer com que esta reunião tenha a maior efetividade possível;

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Certo. Eu agradeço e queria saber se estou dentro do meu tempo ainda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Ainda está, como mostra o cronômetro, meu caro Senador Pedro Taques. E V. Ex^a será tratado como os demais, como sempre procedemos, com liberalidade.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim, com liberalidade.

Era apenas essa a minha pergunta: sobre esse trecho do relatório da CPMI, às pág. 371, para que o Ministro pode esclarecer isso. A minha pergunta é essa, dentro do tempo.

E, eu, se me permite, Sr. Presidente, ainda não terminei, eu gostaria que V. Ex^a me respondesse a questão de ordem. Só isso. Então não está no Regimento Interno isso. Só fiz uma pergunta a V. Ex^a, se V. Ex^a entendeu que a pergunta é impertinente V. Ex^a deveria indeferir a pergunta. Eu só fiz uma pergunta, não tive outra intenção, por isso fiz como questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Pedro Taques, V. Ex^a vai participar de muitas audiências públicas, V. Ex^a sabe muito bem o que o Regimento determina e eu confirmo o que V. Ex^a questiona, que está no Regimento, mas essa aqui é a casa do povo e eu estou acostumado a comandar CPI e eu sei como é que é duro e difícil seguir o Regimento.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Senador Pedro Taques o meu nome consta ao longo da CPI porque fazem perguntas – o assessor do Senador, etc...



O que eu disse aqui no relatório final, não há nenhuma menção, nenhuma recomendação, nenhuma suspeição, nenhum indiciamento em relação ao meu nome nas conclusões da CPI. Ao longo da CPI eu apareço. Evidente que eu apareço, porque o Milton Lacerda era meu assessor porque eu era candidato em São Paulo, então o nome aparece. Mas não aparece com nenhum tipo de suspeição.

Nessa reunião, que fui eu que divulguei à época, o Oswaldo Bargas, a bem da verdade não tinha muita informação sobre o mérito do assunto. Ele como era aqui de Brasília – eu não conheci o Exedito –, foi ele quem pediu a audiência e trouxe o Exedito. Quem tinha informações mais detalhadas era o Exedito. Qual era a preocupação que eles manifestaram? Uma que o Vedoin tinha feito insinuações a meu respeito. Não é a meu respeito. Ele fala assim: “Tem um Senador de São Paulo que liberou muitas emendas, tal e precisa ser investigado”. E eu falei: “Não se preocupem com isso porque as emendas que eu liberei são todas públicas, transparentes e não tem nenhuma ambulância fraudulenta em todo o meu histórico em 20 anos no Senado. Eu tenho tudo aqui liberado e não estou preocupado com o que ele pode fazer”. Inclusive, o Arthur Virgílio já tinha se manifestado da tribuna dizendo que era um absurdo aquilo e não tinha realmente nenhum tipo de procedência.

A segunda afirmação dele foi essa um pouco que eu disse aqui, que o Vedoin tinha um esquema muito forte das ambulâncias, que dois terços desses recursos era do governo anterior, que estavam jogando a responsabilidade em cima do Governo Lula, que esse governo é que desvendou o esquema, que isso já vinha do período anterior e que era importante a gente fazer essa arguição e ir para o enfrentamento no Conselho de Ética. Eu falei: “Oh, eu sou Líder do Governo, não vou fazer isso. Você trata na bancada, não é matéria da Liderança do Governo”. Aí ele falou: “Mas você é candidato!” Eu falei: “Mas eu não vou fazer”. Aí eu falei: “Você quer falar com a Líder da bancada?” Chamei a Ideli, passei para ela a conclusão, da forma como estou dizendo – ela ficou cinco minutos no meu gabinete –, ficou dez minutos conversando, passei o resumo e ela falou: “Concordo plenamente com o Mercadante, isso aqui não é ambiente para um Conselho de Ética, não é isso que está sendo tratado, já teve uma CPI, tem Ministério Público nós não vamos lhe dar com isso”. Foi isso o que aconteceu. Nem mais nem menos. E reafirmo o Lorenzetti jamais participou dessa reunião, é só perguntar para qualquer funcionário meu – os estatutários pelo menos estão aí na Casa – e vocês verão que nunca participou. E não tinha porque eu não dizer. Fui eu que falei dessa reunião de livre e espontânea vontade, muito antes, inclusive da CPI. Eu disse a verdade com toda a transparência. Na véspera do depoimento do Vedoin eu fui procurado sobre esse assunto, nas condições que estou falando. Não teve nenhuma tratativa de dossiê, de discussão de dossiê... A discussão era que ele podia me atacar e que nós deveríamos atacá-lo porque tinha envolvimento, esclarecer o episódio e nós não fizemos isso, só olhar os



autos no Conselho de Ética, nunca fizemos isso – nem lá e nem no Plenário, nem na campanha – nunca fiz. Mas estou aqui explicando.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Pedro Taques, a réplica.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT - MT) – Não, eu não tenho réplica Ex^a. Também nunca participei de CPI, presidindo CPI, mas já fui ouvido em umas cinco CPIs. Eu sei quando o cidadão, até por experiência, fala ou não fala. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra agora o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB - SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nobre Ministro e ex-Senador Aloizio Mercadante,

Eu lamento que o debate mais importante tenha sido prejudicado pela emergência desses fatos, já que nada é mais importante para o país do que discutir as possibilidades de inovação, de aceleração da pesquisa científica e tecnológica e de uma nova política industrial baseada exatamente no avanço das tecnologias.

Eu lembrava há pouco, vendo aqui a presença do Professor Marco Antônio Raupp, quando ele na presidência do Inpe em São José dos Campos, recebeu o Presidente Sarney, eu, na qualidade de Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, um de seus antecessores e o Governador Orestes Quércia. Naquele momento, estávamos lá para inaugurar o laboratório de integração e testes e o Brasil era o único país em desenvolvimento que passava, a partir daquele momento, a possuir um laboratório de integração e teste, que permitiu a celebração do mais importante acordo científico-tecnológico entre dois países emergentes, entre o Brasil e a China para a construção de, naquela época, dois satélites de observação terrestre de órbita solar.

Pois bem, na saída do ato inauguratório, uma repórter perguntou ao Presidente Sarney – nós vivíamos, na época, uma grande crise econômica, a inflação estava indo ao descontrole – e uma repórter perguntou se o Presidente Sarney iria renunciar. E ele respondeu que não renunciaria, não daria um tiro no peito, nem seria golpeado. O que aconteceu a partir dali? No dia seguinte, não se falou na inauguração do importante centro científico, que permitiria a construção dos satélites, aquela resposta do Presidente acabou gerando uma crise mais acelerada.

Faço essa observação para desejar que o nosso País possa, efetivamente, dar saltos adiante, sem retrocessos e sem episódios que possam dificultar a sua trajetória.

Quero aqui dar um depoimento sobre a Ministra Ideli Salvatti. A Ministra Ideli Salvatti é da minha cidade, de Joinvile, foi minha adversária em cinco eleições municipais; foi minha adversária no último pleito. E sempre se comportou dentro das normas democráticas, sempre foi uma adversária leal. Não acredito,



pelo que a conheço, inclusive, no meu primeiro mandato de prefeito ela foi membro da minha equipe como assistente social, contratada nos programas sociais da Prefeitura. Eu não acredito que ela tenha tido participação nesse nível, como não acredito, também, Ministro Mercadante que V. Ex^a, com a grandeza da sua obra democrática possa ter qualquer participação, nem como inspirador, nem como participante, nem como financiador.

Mas, voltando ao eixo da nossa audiência, gostaria de fazer algumas observações. Nas décadas de 30 e 40, a Itália era um país ainda agrícola, pouco desenvolvido e, no entanto, foi capaz de produzir aquele grupo de cientistas fantásticos da chamada Via Panisperna, onde se reuniam que, sob a liderança de Enrico Fermi, produziram a desaceleração do grupo do átomo, que permitiu que nós chegássemos ao processo de fissão nuclear. Ainda antes dessa época, em Palermo, foi criado e desenvolvido o famoso círculo matemático que foi tão fundamental para o desenvolvimento posterior da Física Quântica.

Na mesma época, em Nápoles, o Laboratório de Biotecnologia produziu avanços fantásticos que são a base do avanço da biotecnologia moderna. O Brasil é muito mais importante hoje, muito mais forte hoje, muito mais desenvolvido hoje do que era a Itália, naquela época. Por isso acredito que, com vontade política, poderemos obter efetivamente um avanço rápido na área da investigação científico-tecnológica.

Quando Deputado Federal, fui relator da Lei de Informática e transformei a reserva de mercado numa política de incentivos fiscais. O Congresso transformou a reserva de mercado numa política de incentivos fiscais. Não obstante fosse uma política definida de incentivos fiscais, ainda é tímida a presença do setor privado na pesquisa tecnológica, mesmo se valendo de incentivos fiscais.

Em Santa Catarina, nós estabelecemos na Constituição que 2% da Receita Líquida são obrigatoriamente aplicados em pesquisa científica e tecnológica. Isso gerou instituições fantásticas que não estão citadas ali, mas que são tão importantes quanto as que foram citadas sobre isso. Como o Certi, que é a única instituição brasileira que é parceira do MIT, o Certi que desenvolveu a urna eletrônica, o *set-top box*, que é o aparelho que permite captar a imagem da televisão digital no aparelho analógico e outros avanços importantes, que é parceiro no Programa do Pré-Sal o ParqTec Alfa e o Sapiens Parque, outra instituição que não foi citada, também, onde a Petrobrás está concluindo a construção de um centro de pesquisa e onde o seu Ministério é parceiro, o Ministério da Saúde, na construção de um centro de produção de fármacos.

Quero salientar, Sr. Ministro, que talvez fosse importante uma articulação do Ministério com os Estados, para que os Estados vinculassem recursos, em suas constituições, para pesquisa científico-tecnológica. Evidentemente, que dentro de uma nova reforma tributária que lhes permita ter autonomia financeira para isso. E por que não discutirmos a vinculação de



recursos, na Constituição Federal, especificamente também, para a pesquisa científico-tecnológica.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Ministro Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Senador Luiz Henrique, V. Ex^a me sensibiliza com esse voto de confiança e de grandeza, em relação também à Senadora Ideli, pois tenho absoluta convicção de que S. Ex^a jamais teria que discutir esse assunto se não tivesse sido recém-empossada Ministra de Estado. E não vejo razão para que isso não seja tratado da forma correta como o Brasil deveria tratar a disputa política em outro plano. Realmente, é lamentável que tenhamos nos partidos companheiros que não entendam que essa é a disputa que temos que fazer e, recorrentemente, temos uma agenda negativa por falta de amadurecimento democrático, Mas esses episódios também ajudam a amadurecer e a esclarecer.

V. Ex^a foi Ministro de Ciência e Tecnologia, fez um trabalho muito importante para o Brasil. O Lite, que é o laboratório de testes do Inpe está lá até hoje. Acabamos de testar um satélite da Nasa com a Argentina; foi feito todo o teste no Brasil, Aquarius, foi lançado o satélite com êxito total e vem desempenhando suas funções. Então, conseguimos acumular importante tecnologia nessa área. O Certi, estamos trabalhando com o Certi, fizemos o Ano Brasil Alemanha, no ano passado, depois nos desdobramentos, um esforço grande para retomar a produção de terras raras no Brasil. Terras raras é muito importante para a produção de energia eólica. Todos os motores para energia eólica, os ímãs de alto desempenho, os carros elétricos, tudo isso vem das terras raras; São 17 elementos importantes. O Brasil tem jazidas importantes, mas, hoje, 97% das terras raras estão sendo produzidas pela China. Esse trabalho do Certi e todo o trabalho que fizemos acabaram permitindo uma parceria com a Vale, e acredito que a Vale entrará... O Presidente da Vale disse que tem interesse estratégico nesse assunto. E isso pode permitir ao Brasil ganhar valor agregado e se posicionar estrategicamente, porque o Ocidente inteiro está preocupado hoje com esse quase monopólio da China em relação às terras raras. E o Certi deu uma importante contribuição.

A área de fármacos, concordo integralmente, é muito estratégica, Já tive uma reunião com o Secretariado lá do Estado de Santa Catarina, com Prefeitos, de modo que temos buscado essa parceria, e espero que, o mais breve possível, possa fazer uma visita *in loco* para conhecer o Alfa, o Sapiens e todo o esforço. Florianópolis é uma cidade em que a inovação, a ciência e a tecnologia têm um papel muito importante, significando, em alguns casos, uma renda mais importante que o próprio turismo. E V. Ex^a, seguramente, contribuiu para essa agenda como Ministro, como Governador e sei que o fará como Senador. E nós faremos excelentes parcerias nessa direção.



O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Aloizio Mercadante.

Com a palavra a Senadora Marinor Brito.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, estava ouvindo atentamente a exposição de V. Exª e, hoje, optei por me debruçar sobre a exposição de V. Exª em relação ao programa de desenvolvimento que o Ministério apresenta no dia de hoje. São poucas as oportunidades que a sociedade civil, mesmo esta Casa, tem de ter acesso, de debater, de contribuir e até de apresentar alternativas ao Governo que está em curso. Não existem canais de democratização do acesso ao povo, sequer dos setores das universidades, a fim de debater questões estratégicas para o Governo, a não ser os setores estreitamente vinculados ao Governo Federal.

Estou dizendo isso, Ministro, porque tive a impressão de ter absorvido um grande projeto de desenvolvimento, um projeto que pensa o Brasil para o futuro, um projeto que pensa o Brasil como um país de terceiro mundo. V. Exª assinala os acordos, cita as empresas, as multinacionais, a relação com a indústria, propõe, parece-me que com muita disposição, um caminho sem retorno para o atraso tecnológico, para o atraso do ponto de vista da indústria, do ponto de vista do fortalecimento da economia, tendo esse setor como um setor estratégico. Mas, se de um lado V. Exª apresenta este modelo que parece ser ousado; de outro, tem o mundo real, o Brasil real, a Amazônia de 24 milhões de habitantes reais. E entre esse modelo e a criança no Pará que não tem uma canoa para chegar a uma escola, entre este modelo e o Plano Nacional de Educação que o Governo Federal apresenta, com apenas 7% do PIB, quando, em relação ao Plano Nacional anterior, o Governo não conseguiu apresentar um balanço, diagnosticando o que as entidades da sociedade civil que lutam por educação de qualidade identificaram que menos de um terço das metas do Plano Nacional anterior foi cumprido...

Estou dizendo isso, Ministro Aloizio para registrar que tenho concordâncias com uma série de questões que foram colocadas aqui, sobretudo do investimento dos bilionários recursos do pré-sal em educação, ciência e tecnologia. Acho que nenhum país do mundo sai da lama, sai do fosso se não investir em educação, ciência e tecnologia. O investimento em educação, na minha opinião, tem que ter uma sequência. Nós temos universidades no projeto de expansão do Governo, que aí é o mundo real, em Santarém, como a Ufopa, que há dois anos foi instalada e até hoje não tem perspectiva da criação de um centro tecnológico. Então são muitas as contradições.

O painel de especialistas que estuda os impactos socioambientais na área energética, na área ambiental, na área educacional, os impactos sociais que sofrerão as populações tradicionais, como quilombolas, ribeirinhos, indígenas na Amazônia com a hidrelétrica de Belo Monte, por exemplo, não foi até hoje ouvido pelo Governo, não foi até hoje ouvido pela Presidenta Dilma Rousseff. Ali nós



temos uma perspectiva não de desenvolvimento, para sedimentar uma visão inclusiva, uma visão que respeite os 24 milhões de habitantes da Amazônia; ao contrário disso. Tem preponderado os interesses do agronegócio, das hidrelétricas, das grandes mineradoras da região. Neste momento, nós vivemos um terror, o terror do abandono do povo que pretende e está lutando para separar um Estado rico como o Pará.

Falo isso, Ministro, porque não existe, na fala de V. Ex^a, o enfrentamento a esses nós críticos, que tratam do País real, da violência que vive levando a juventude para matar e morrer, para o caminho das drogas, para os mais de 520 pontos, neste País, de rotas de tráfico de seres humanos. Não existe, na proposta apresentada por V. Ex^a um caminho que ajude as cidades brasileiras, os Estados brasileiros a serem parceiros nesse projeto estratégico que V. Ex^a apresenta. Concretamente, os Municípios estão de pires na mão. A distribuição dos recursos, o acúmulo dos recursos da tributação brasileira no Congresso Nacional se permanece dessa forma vai ficar um projeto bonito de ouvir, mas que não vai ter, na sua conclusividade, uma ação que mude, que melhore a vida real das pessoas deste País, das pessoas que estão na periferia deste País, das pessoas que estão na Amazônia brasileira.

Quero dizer a V. Ex^a que o tempo é curto para analisar cada dado trazido aqui. Espero que o Ministério não feche as portas para que o debate seja feito, inclusive com setores que tem..

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Marinor, conclua, por favor.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Para concluir, Excelência. Não vou pedir réplica, já estou usando o meu tempo, se V. Ex^a me permite.

Que possa ouvir os setores que estão produzindo conhecimento no País, porque não é só a copaíba, é a andiroba, são outros elementos da nossa biodiversidade, da nossa floresta, dos nossos recursos hídricos que estão sendo levados para fora do nosso País sem que o Governo sequer dê uma atenção no sentido de fiscalizar e proteger o que deveria ser a patente, como V. Ex^a tratou há pouco na sua exposição.

Então queria dizer a V. Ex^a que acho que o projeto parece grandioso, mas ele precisa estar voltado para o enfrentamento da realidade brasileira, da ocupação desses espaços que o Governo Federal não tem dado conta de enfrentar, como por exemplo a questão da reforma agrária, que causa mortes no campo, que causa desigualdades sociais na região amazônica, no Pará em especial.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Marinor Brito.

Com a palavra, o Senador Aloizio Mercadante.



O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Senadora Marinor Brito, sei dos seus compromissos sociais, seu compromisso com as lutas sociais do povo brasileiro e também na defesa da população da região amazônica.

O Ministério da Ciência e Tecnologia contribuiu nesse esforço de distribuição de renda e inclusão social. Quando nós temos, por exemplo, o satélite que faz previsão do clima, nós ajudamos a pequena agricultura familiar a planejar, de forma adequada, sua safra.

Temos aqui, na nossa equipe, o Carlos Nóbrega, que foi coordenador do PCC (Painel de Mudanças Climáticas), coordena a nossa Secretaria de Pesquisa e vai coordenar agora o nosso Sistema Nacional de Prevenção e Alerta de Desastres Naturais, que é exatamente o impacto dos extremos climáticos em nossa sociedade.

Eu concordo integralmente em que a ciência e tecnologia tem que estar cada vez mais perto das comunidades, dos setores populares da periferia, da população ribeirinha, buscando soluções concretas para o povo, para melhorar a qualidade do povo. E isso a gente faz com políticas públicas.

Um dos focos que vejo mais importantes para darmos um salto histórico nessa direção é exatamente a inclusão social em massa. Precisamos colocar os 67 milhões de alunos da escola pública na frente do computador; provavelmente, será um *tablet* – o mundo está caminhando nessa direção –, que é um instrumento mais amigável, mais ágil. Isso, a médio prazo, vai substituir o livro didático. Vamos ter muito mais informações disponíveis, muito mais conteúdo. E a banda larga e a Internet na Amazônia eu diria que devem ser uma das grandes prioridades estratégicas. Daí a ideia de um satélite público dedicado a complementar o esforço da fibra ótica, para que possamos chegar com tecnologia de ponta e melhorar essas comunidades, dar um salto e acessar informações estratégicas.

Então, sei do seu compromisso, nosso Ministério está inteiramente à disposição para discutir em profundidade essa agenda, especialmente pela sua vivência em relação à região amazônica, no Estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Ministro Aloizio Mercadante.

Com a palavra agora, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, boa tarde.

Sr. Ministro, eu assisti aqui, por parte de V. Ex^a e também da maioria governista, um exercício de pirueta, digamos assim, digna do mais exímio patinador artístico.

V. Ex^a diz aqui – e o nobre Senador Lindbergh disse também – que a oposição gera crise. Ora, a crise saiu do PT, saiu desse Expedito Veloso. Ele é que publicou a matéria no jornal. Não fomos nós.



Segundo, V. Ex^a disse “estou aqui para abrir tudo, para esclarecer tudo”. É nítida a manobra do Governo de evitar que V. Ex^a compareça na Câmara, perante um órgão de controle e fiscalização.

E a terceira pirueta: esta audiência, que era para tratar do tema da mais alta relevância segundo a ideia inicial do Senador Lindbergh, foi de alguma forma poluída, porque entraram aqui, junto com o senhor, os aloprados. E aí todo o foco, evidentemente, dirigiu-se para isso.

De modo que a manobra política para mim é clara. O senhor não quer ir à Câmara, e a base governista vai dizer o seguinte: “Ele já esteve aqui e já deu todas as explicações”.

Bem, feito esse comentário, eu queria dizer o seguinte: V. Ex^a disse que há uma ilação, ao se referir à matéria da *Veja*, de que esse Expedito Veloso teria dito tal, tal, tal. Não há ilação alguma! É uma declaração, um fato! Ilação é quando é necessária a utilização do raciocínio lógico para partir de um fato e chegar a outro. Ele diz claramente, dá a versão dele claramente do que foi o episódio dos aloprados, envolvendo o senhor como um dos mandantes.

O senhor contesta isso. Não quero aqui fazer o papel de Torquemada, que foi o seu papel, como bem lembrou o Senador Dornelles, em outras ocasiões. Mas o fato é que... Para mim, é muito intrigante saber o seguinte – eu tenho muita curiosidade em saber: o senhor tomou conhecimento disso quando? Quando abriu o jornal, a revista *IstoÉ* e surgiu a primeira versão, a versão aloprada dos fatos, o senhor, quando conversou com Hamilton Lacerda, que é um dos hierarcas da sua campanha, por acaso, perguntou a ele qual era a razão daquilo? Por que ele fez aquilo? Ele tinha intenção de beneficiá-lo? Enfim, por que ele fez.

Terceiro, o senhor, em algum momento, teve a curiosidade de saber de onde vem aquela dinheirama toda que foi mostrada – R\$1,7 milhão – na televisão? O senhor, em algum momento, quis saber de onde vinha esse dinheiro? Porque, afinal de contas, foi um fato grave na sua campanha que o atingiu duramente.

O senhor disse que aguardará o momento para saber se vai processar ou não o Sr. Expedito Veloso. Eu também aguardarei esse momento para fazer um juízo completo a respeito da conduta de V. Ex^a nesse episódio. Porque alguém que é Ministro de Estado, que é acusado nominalmente de ser corréu de um crime tem que reagir com indignação, e a indignação levada às últimas consequências, que é o processo judicial. No caso, por calúnia.

E mais: que providências tomará o PT? O Sr. Expedito Veloso é hoje um homem importante no Governo do PT do Distrito Federal. Perguntado, na semana passada – não há cinco anos –, pela revista *Veja*, sobre a participação de outros personagens do PT no episódio, ele disse assim: “Pergunte ao PT”.

Ora, que providências tomará o PT? Não é o caso de expulsá-lo, de suspendê-lo pelo menos? Porque senão nós vamos ficar realmente na ilação, e a



ilação é a seguinte, Ministro Mercadante: um episódio que ocorre a 15 dias da eleição, com intuito evidente de beneficiá-lo e enlamear o seu concorrente mais próximo, que era José Serra, em que estão envolvidos personagens importantes, não qualquer um... Esse Expedito Veloso foi diretor do Banco do Brasil. Ele era a pessoa que coordenava a parte de *marketing* da sua campanha.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Desculpe-me, era o Hamilton Lacerda; eu me enganei de personagem. O Hamilton Lacerda era um homem importante. O Expedito tinha sido diretor do Banco do Brasil, não é? O Carlos Abicalil, que era Deputado Federal à época. Há dois outros personagens citados na *Veja*: Bargas e Lorenzetti, que eram parte do núcleo de inteligência do PT. Esse núcleo deveria se chamar “núcleo de burrice” para fazer uma bobagem dessas. Mas, enfim, essas pessoas eram pessoas importantes na estrutura da campanha. Eles não falaram nada com o senhor? Não tiveram o cuidado de avisá-lo: “Olha, Senador, vai acontecer um negócio complicado por aí”; nada? O senhor tomou conhecimento disso, de manhã cedo, quando abriu a revista *IstoÉ* e constatou aquela situação?

Eram essas as perguntas que eu tinha para fazer.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Presidente, art. 14.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Agradeço.

Deixe-me responder em seguida, Senador Lindbergh?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Ministro Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Primeiro eu queria esclarecer uma questão essencial: por que eu vim ao Senado. Porque já havia um convite. Segundo, toda comissão, na Câmara e no Senado, tem as funções constitucionais de fiscalização e controle. Portanto, este debate aqui é parte de uma exigência constitucional desta Comissão, e todo Senador tem o direito a arguir e estar presente. Por que eu vim ao Senado? Porque havia um requerimento e pelo respeito que tenho a esta instituição. Na hora em que paira qualquer dúvida sobre a minha atitude, ainda que não tenha a ver com a minha gestão no ministério, eu me antecipo e falo: “Quero ir ao Senado esclarecer”. Ao contrário do que a oposição está dizendo; vocês deveriam elogiar essa atitude. Acho que este deveria ser o padrão da vida pública: mudar o comportamento e as pessoas estarem totalmente abertas.

Agora, é evidente que nós estamos sempre envolvidos em luta política. Eu só não quero me transformar num objeto de luta política e prejudicar aquilo que é a minha agenda estratégica. Mas o esclarecimento, o desempenho da função constitucional, o direito de arguir é absolutamente essencial. E é por isso que vim aqui, e todas as perguntas foram feitas, com toda a transparência.



Segundo, o Expedito Veloso não só não foi meu assessor como eu só o vi uma vez na vida. Não o conhecia nem fisicamente. Não me lembro de tê-lo conhecido...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu estava referindo-me, na verdade, ao Hamilton Lacerda.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Deixa eu só concluir, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu me equivoquei.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Senador, deixe-me concluir. Eu não o conhecia, como eu nunca vi Valdebran, nunca vi aquele... eu nem sei o nome.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Os nomes são esquisitos mesmo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – O Gedimar eu nunca tinha visto. As pessoas que estavam mais envolvidas nesse episódio eu não conheço pessoalmente, nunca falei, nunca vi. Não conhecia. Eu estava há muitos anos aqui no Senado, estava envolvido com São Paulo, pouca relação com Mato Grosso, não os conheço. Quem é que tinha da minha campanha nesse episódio? Hamilton Lacerda, que era o meu assessor de comunicações. Eu já dei o currículo dele. Ele é um sujeito que fez engenharia na Unicamp, foi presidente do DCE da Unicamp, fez pós-graduação na FGV/Escola de Governo, foi diretor da UNE, foi três vezes o vereador eleito mais votado em São Caetano e era o coordenador da macrorregião do ABC.

Ele venho para a minha campanha pelo partido. Ele trabalhou comigo cinco meses. Não é uma pessoa da minha confiança, da minha história pessoal. Nunca estive em meu gabinete nos vinte anos que estive no Parlamento, desde 90 que eu estou. Não tinha essa relação de intimidade. Ele era um quadro partidário. Como na campanha vários quadros vêm das diversas regiões do partido, ele veio para a minha campanha.

Em relação à revista *IstoÉ*, quando me trouxeram a revista *IstoÉ* para colocar no programa da televisão, eu falei: “Não vou colocar isso na televisão. A minha campanha não vai tratar desse tema. Eu vou ganhar essa eleição com uma agenda construtiva e propositiva, porque não eu não acredito em outro caminho”. Uma coisa que aprendi longamente na oposição é que o que vence eleição é projeto, é proposta, é dizer como vai melhorar a vida do povo, é um caminho de afirmação, de alternativas para o desenvolvimento; a crítica política pública são os projetos.

Aloysio, eu não usei essa informação no Conselho de Ética do Senado, que me pediram para usar. Não fui à tribuna, nunca falei sobre isso para atacar adversário. Eu podia fazer o filminho, como me pediram, para usar na campanha, não fiz, me recusei. Recusei-me de novo no Conselho de Ética, me recusei a fazer isso na campanha. Pega a entrevista, quando a imprensa me



pergunta, eu falei: “Não vou prejudicar. O meu adversário deve esclarecer esse episódio, mas eu não vou usar isso na campanha”. Está dito lá. Outros usaram, eu não usei. Exatamente por essa atitude, na minha visão, é que eles buscaram construir um outro caminho e conseguiram a participação do Hamilton, que é a única pessoa da campanha que eu sei, até agora, que participou desse processo.

O Hamilton, e aqui quando o Expedito fala que a campanha de São Paulo, o Mercadante... Gente, vocês acham que eu ia pedir para quatro pessoas ficarem no hotel para receber R\$1,7 milhão e depois descobrir que a minha campanha não tinha dinheiro? Pelo amor de Deus, gente! É possível aceitar uma versão como essa? Aí como eu não tenho dinheiro, eu corro para o Quércia? Sinceramente, Aloysio, você conviveu com o Quércia, foi vice dele, foi companheiro, você sabe o que eu estou falando. O Quércia faria um movimento como esse? Faria uma aliança comigo para financiar esse dossiê? Você acredita que isso é verdade? Eu estou te falando com a mais profunda sinceridade.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Aloizio, olha, veja. Você me fez uma pergunta e eu não pude responder.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Não é verdade. Essa história não para de pé. Sabe por que eu estou discutindo isso aqui hoje? Por uma única razão: porque ele está morto e não tem como se manifestar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Deixa eu lhe dizer.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Por que não jogaram isso na última campanha? Porque não ia colar. Porque uma mentira desse tamanho, tão precária, não ia pegar. E é evidente que esse repórter que estava na *IstoÉ* deve ter tido essas informações lá da época. Isso aí estava no arquivo. Não é de agora essa história. Mesmo porque eu vi o sujeito dizer, em uma nota, que não falou nada daquilo, que não deu entrevista para a *Veja*. Na entrevista da *Veja*, que ele fala em *on*, ele diz assim: “Sobre Quércia e Mercadante, eu não tenho nada a ver com dinheiro. Que isso fique bem claro”.

Então não sei de onde veio, não sei qual é o inteiro teor da fita, preciso conhecer para fazer o julgamento, não quero fazer um prejulgamento sobre a ação que vou fazer. Vou tomar minhas decisões quando eu souber exatamente o que aconteceu, como aconteceu, qual é a responsabilidade de cada um. Mas toda vez que eles mencionam São Paulo, eles falam do Hamilton Lacerda. O Hamilton Lacerda, nessa história, não falava pela minha campanha, mas não sou eu que estou dizendo. Eu estou dizendo que ele nunca falou nesse episódio pela minha campanha. Quem diz que ele não falava, é ele, Hamilton Lacerda. O sujeito aqui, em lágrimas, em depoimento aqui na CPI, pede desculpas públicas a mim!

Você acha que um militante desse do PT, que você conhece muito bem, eu ia mandar fazer e depois ele pede desculpas públicas e diz que quebrou a confiança comigo? Você acha que se eu tivesse mandado fazer uma coisa como



you classificou núcleo de burrice, eu seria um candidato único do PT em São Paulo, sem nenhuma liderança questionar minha liderança? Ou você acha que as pessoas que têm alguma informação sobre isso sabem que eu não tenho nada a ver com essa história? Evidente que eu não tenho nada a ver. Você acha que um cara com essa história do Hamilton, com essa militância, eu mando ele fazer, vai lá e faz e depois ele fala assim: “Não, a culpa é toda minha”, chora e pede desculpas para mim publicamente? Evidente que nunca faria.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Mas por que ele fez, Aloizio? Por que ele fez?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Fez porque essa militância acha que assim que destrói a corrupção. Quando não se consegue a transparência, dizem: “O Jorge Lorenzetti disse aqui por quê”. O sentimento era de que o Governo estava sendo criminalizado pela imprensa: o Governo do PT era sanguessuga, o Governo do PT desenvolveu as ambulâncias fraudulentas – e 2/3 das ambulâncias eram do governo anterior, mas isso não aparecia na imprensa. É por isso que eles dizem que fizeram essa história. Este era o sentimento deles: de que havia uma blindagem do Governo e que a mídia não divulgava o que estava acontecendo, então, eles tinham uma missão heróica para fazer.

Bem, podiam até querer fazer, mas através do Ministério Público, da Polícia Federal, das instituições republicanas, mas não dessa forma. Não dessa forma. Eu fiz Cálculo I, Cálculo II, Cálculo III, Estatística I, Estatística II, Análise de Balanço, e você acha que vou cometer um erro de R\$1,7 milhão? Vou mandar um cara a um hotel, falo que vou pagar e descobro que não tenha R\$1,7 milhão? E não tinha mesmo; nunca tive. Pelo amor de Deus, gente! É impossível fazermos disputa política dessa forma!

Aloysio, eu sei que você não vai falar, mas eu sei o que você sente. Você sente o que eu estou falando aqui: o Quércia não tem responsabilidade como estão colocando. Eu nunca o procurei; você sabe que eu nunca conversei com ele, nunca tive intimidade com ele, muito menos naquela campanha. Não há uma evidência; ao contrário, ele continua não aliado meu. Nunca foi; você sabe que nunca foi.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Deixe-me dizer-lhe uma coisa. Eu não vou falar claro, evidentemente – permita-me, Presidente, até para responder –, em nome de Orestes Quércia. Agora, a família dele, a D. Alaíde publicou uma nota muito digna no jornal, na revista *Veja*, dizendo que vai processar a pessoa que fez essa afirmação. Eu acho que este é o caminho, na minha opinião: processar. E no caso do PT, é expulsar, pôr para fora. Porque ele disse assim: “Eu cometi um crime, eu...” – o fulano; como ele se chama?

(Intervenção fora do microfone.)



O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Expedito Veloso. Não me entra na cabeça o nome dele. “Eu cometi um crime e o Aloizio Mercadante está por dentro, o Quércia. O crime está lá, eu participei disso”. Como é que o PT mantém um sujeito desses nos seus quadros, ocupando um cargo importante no Governo do Distrito Federal? E mais: desafiando, de alguma forma, o PT dizendo: “É, pergunte ao PT”. Entendeu? São esses os fatos que ficam aí trotando na cabeça da gente.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Eu acho que você tem todo o direito de questionar e de exigir do PT. Agora, no processo, ele foi inocentado – o Expedito. No inquérito, ele demonstra que teve participação em análise técnica e não teve nenhum envolvimento com dinheiro. Por sinal, é a informação que ele repete, pelo menos na entrevista publicada.

Vamos aguardar a investigação desse episódio, verificar a exata dimensão. Eu quero conhecer o inteiro teor dessas fitas para poder me pronunciar e fazer um julgamento. Eu não vou prejulgar. Não quero que façam com os outros o que fizeram comigo. Quero rigor. Falei aqui. Quero o rigor do Senado, sou totalmente favorável, acho que é assim a vida pública. Prefiro o debate franco e aberto. Agora, eu não posso ser responsabilizado por um assessor que trabalhou comigo cinco meses e que assumiu, integralmente, a responsabilidade de forma, inclusive, franca e militante, dizendo: “Sou um militante, sou um dirigente e fiz aquilo que eu achava que tinha que fazer”. E vou ler, porque, lendo, conseguimos entender. Ele termina assim:

Nós fizemos a opção de não repercutir [a denúncia] e não colocar, seguir a grade de propaganda do Senador Mercadante. Por quê? Porque a denúncia [você me perguntou] não havia sido discutida na coordenação da campanha. Eu não conhecia. Como é que vou colocar uma denúncia daquela num programa de televisão na reta final? Aí, ao contrário do que parece, eu chamo o meu papel de responsabilidade. Fiz, sim, uma ação como militante, como dirigente partidário, de chegar numa denúncia uma possibilidade de atender ao interesse público, de desvendar algo que a sociedade não estava desvendando ainda. E, ao mesmo tempo, se isso tivesse uma repercussão positiva, ajudar aquela campanha em que eu, naquele momento, estava empenhado. Então, essa é a minha motivação. E, portanto, eu assumo as minhas responsabilidades políticas frente a isso e tomei as minhas decisões em função disso. Quando do episódio de o Senador Mercadante tomar contato com essa história, eu prontamente pedi exoneração e entendi da questão da falta de confiança, muito embora eu tenha uma avaliação, que é a que eu falei, e não cabe aqui fazê-la, mas, de qualquer forma, não só pedi o afastamento da coordenação da campanha como, publicamente, na nota, pedi desculpas a ele.



Saiu na imprensa assim: “Hamilton foi à *IstoÉ*”. Eu liguei para ele e falei: “Hamilton, você foi à *IstoÉ* tratar desse assunto?” “Fui.” Eu falei: “Hamilton, você está fora da minha campanha”.

Chamei uma coletiva e disse: “Houve quebra de confiança, e ele está fora da minha campanha”. E ele soltou uma nota na mesma hora – deixem-me achar a nota aqui –, em que ele diz assim:

De livre e espontânea vontade, procurei a revista ISTOÉ, para falar sobre o assunto. O candidato Aloizio Mercadante, que sempre condenou essa prática, não soube e nunca foi informado dessa minha iniciativa. Lamento ter cometido esse erro, e aproveito esta nota para apresentar meus pedidos de desculpa.

Então, que esse Exedito pudesse achar que o Hamilton tivesse me informado sobre alguma coisa, ele tem direito de especular. Por isso que eu falo que é uma insinuação completamente descabida. O que ele não tem direito é de, sabendo, como sabe hoje – talvez na época não soubesse –, que eu nunca fui informado sequer que ele iria na *IstoÉ* e que eu não permitiria – ele sabe que eu não queria isso na campanha –, eu tenha que explicar isso de novo, depois que o Quércia morreu.

O fato novo foi dizerem o seguinte: que eu fiz uma aliança com o Quércia; como a minha campanha não tem como mostrar que tem dinheiro para pagar, foram feitas quatro auditorias, a Polícia Federal, etc., só tem uma saída: o Quércia pagou!

Eu nunca falei com o Quércia, gente! Ainda mais no final daquela campanha. Não tenho relação com o Quércia, nunca tive, ele nunca foi meu aliado. Olhem a história da vida dele, onde ele estava! Estava do meu lado? Você conviveu com ele? Nunca esteve. Alguma vez o Quércia falou alguma coisa de intimidade comigo? Nunca! De alguma conversa? Nunca, porque nós nunca tivemos!

Agora eu tenho que explicar isso? Eu tenho que explicar como? Como é que eu faço com uma pessoa que morreu? O que mais eu posso dizer? Quem é o responsável diz: “Não sabia e não fez”. O outro esperaram cinco anos para poder jogar ilação, porque, se não... Na campanha não podiam usar, porque o Quércia viria aqui e desmontaria essa ilação, e vocês seriam solidários com ele!

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Mas quem jogou com ilação? Não fomos nós que jogamos essa ilação. É isso que estou lhe dizendo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Aloysio, não sei quando essa fita foi feita. Só sei que foi feita, mas jogada agora, cinco anos depois.

Eu não estou responsabilizando a oposição pelo desdobramento desse processo. Estou dizendo que eu acho... Evidentemente, há uma luta política aqui, e ninguém é um ingênuo. E é uma boa oportunidade para tentar.



E, depois, o segundo movimento é o seguinte: “Enfia o Lorenzetti na reunião, e põe...” E não estou dizendo que é você. Estou falando na revista. “Põe o Lorenzetti na reunião, porque aí consegue chamar a Ideli e envolver o Governo”. A tentativa... Pelo amor de Deus! A Ideli não tem nada a ver com essa história. Chegou no final da reunião, para o depoimento do Vedoin.

Cacá, minha chefe de gabinete, está aqui: alguma vez o Lorenzetti entrou no meu gabinete? (*Pausa.*)

Ela é funcionária concursada. Foi chefe de gabinete do PSDB, por anos aqui. Foi chefe de gabinete da Liderança do Governo do PSDB. Foi chefe da bancada do PSDB. É só perguntar para ela ou para qualquer um do meu gabinete se o Lorenzetti entrou no meu gabinete! Nunca entrou!

Agora, como é que eu respondo a isso? O que mais eu posso dizer aqui? A Ideli vai dizer o quê? Por que enfiaram o Lorenzetti? “Porque é de Santa Catarina, Aloizio. Só por isso. Para tentarem criar um elo, porque, se não, ficava uma coisa tão estapafúrdia, uma reunião de cinco anos atrás, que já foi investigada pela CPI, pelo Ministério Público, etc... Como a coisa do Quércia. Eu li a nota aqui:

Cinco anos atrás, houve várias matérias tentando jogar o Quércia nessa história. Não colou. O Ministério Público e a Polícia Federal desconsideraram essa hipótese. Não analisaram. Agora, cinco anos depois que ele morreu, jogam de novo para verem se pega. E eu estou aqui explicando.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aloysio Nunes, para concluir. Há outros Senadores também inscritos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu não posso deixar de fazer uma réplica aqui, Senador, ao nosso convidado.

O senhor disse o seguinte: “Jogaram o nome do Quércia, fizeram isso assim”. Mas quem fez? Existe um comitê central escondido que faz essas coisas? Não fomos nós. Nós não mexemos com dossiê, não mexemos com gravação, não é o nosso método de atuação política, e o senhor sabe disso.

Então, isso surgiu desse tal Expedito Veloso, que vai conversar com a *Veja*. Agora, o que nós temos a ver com isso? Isso é um fato que surgiu na crônica política, e surgiu por questões internas do seu partido, e não por nós.

Eu teria o maior prazer, e desejo, e gostaria até que o senhor viesse aqui novamente na Comissão, para falarmos sobre ciência e tecnologia: para discutirmos sobre satélites, sobre o supercomputador a quantas anda, essas coisas. Agora, quem trouxe esse assunto à baila foi gente do PT. E até agora o PT não tomou nenhuma providência contra ele. É isso.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pelo art. 14, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pelo art. 14, tem a palavra o Senador Lindbergh.



O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Já usaram contra mim, e eu aprendi. (*Risos.*) Estou aprendendo rápido.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu usei a seu favor!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Fui citado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu falei que você tomou uma providência importante. Eu não quis... De modo algum...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Foi-me dado o art. 14 na última sessão plenária...

Eu só quero, me dirigindo ao Senador que me antecedeu, dizer o seguinte, bem rapidamente. Eu não posso citar o nome, mas o Senador que me antecedeu e sabe que sou admirador...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lindbergh, por favor, respeitando o tempo...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Vou ser bem breve. Eu só quero dizer o seguinte: aqui não houve nenhuma manobra, não tem estratégia de fugir da convocação do Ministro Mercadante. O que existe é outra estratégia que quero deixar pública, que é mostrar a inconsistência dessas acusações. Por isso que o Ministro quis vir hoje aqui. Quer dizer, no dia de ontem, a oposição começou a dizer que não iria fazer perguntas sobre o caso. E hoje, aqui, o debate, o que se falava era que se o Ministro não falar nós vamos perguntar. Eu conversei com o próprio Ministro, e o próprio Ministro disse: "Perguntem, porque eu quero falar. Perguntem porque eu quero falar!" Então...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Agora você é porta-voz da oposição? Pelo amor de Deus!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Não, não estou aqui fazendo nenhuma acusação à oposição, estou dizendo que existia esse clima. Ontem, a oposição, no seu líder, do seu partido, declarou que não iria falar sobre o assunto. E foi o Ministro Mercadante quem disse: "Falem, levantem, porque eu quero falar!". Acho que isso aqui ficou muito forte. Podem dizer tudo desta reunião, mas nenhuma pergunta ficou sem resposta aqui.

E outra coisa que quero dizer. V. Ex^a passou aqui a indignação do homem público atingido por acusações levianas; passou a indignação em todos os momentos. Então, eu queria registrar isso. Então, aqui, não é manobra protelatória. Ao contrário. Sobre esse assunto o Ministro quer – e o que nós queremos – é esclarecer logo e é por isso que está usando esta Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Lindbergh.

Com a palavra, agora, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Delcídio do Amaral, prezado Ministro Aloizio Mercadante, em primeiro



lugar quero também cumprimentá-lo por sua iniciativa de ter vindo a sua própria casa com a rapidez com que determinou.

V. Ex^a também foi Deputado Federal e certamente teria, a qualquer momento, atitude semelhante. Mas, aqui, V. Ex^a foi um dos membros mais distinguidos desta Casa e era mais do que natural que V. Ex^a pudesse ter a atitude tão positiva de transmitir ao Presidente Delcídio Amaral e todos nós Senadores: Olhe, eu vou aí o quanto antes para esclarecer, e da maneira mais franca.” V. Ex^a aqui foi muito positivo, Senador Lindbergh Farias, ao abrir a sua primeira questão, a principal, sobre o episódio relatado pela revista *Veja*, porque assim V. Ex^a esclareceu, no meu entender, toda e qualquer pergunta relativa a esses fatos e recordou o episódio. E eu quero, Ministro Aloísio Mercadante, também dar o meu testemunho, porque eu fui seu companheiro de campanha em 2006. V. Ex^a era o candidato ao governo e eu ao Senado, quase que diariamente interagíamos e nunca tivemos qualquer diálogo que fosse sobre essas questões. E certamente se houvesse tanta importância neste assunto, V. Ex^a naturalmente teria a mim transmitido, pois conversávamos sobre todos os episódios importantes de campanha e eu percebi e soube do choque que V. Ex^a teve no dia em que saiu essa notícia. Então, aqui, quero dar o meu testemunho, assim como também da convivência que tive, aqui, por tantos anos, com a Senadora Ideli Salvatti, de que não há qualquer fundamento nas alegações de que ela teria, de alguma forma, participado de uma maneira indevida sobre esses fatos.

Mas quero também lhe cumprimentar pela qualidade da sua exposição sobre a ciência, tecnologia e inovação. E gostaria até de lhe cumprimentar, porque como tantas vezes eu ouvi suas palestras, eu quero lhe dizer, Ministro Aloísio Mercadante, que a sua palestra hoje sobre o estado das coisas, sobre os avanços que conseguiu, em apenas seis meses incompletos, no Ministério da Ciência e Tecnologia, foi uma das melhores palestras que já assisti de V. Ex^a, seja como professor de Economia, seja... Mas é que hoje V. Ex^a iniciou a sua fala, tratando das questões econômicas, da evolução do Brasil para, então, introduzir os aspectos relevantes dos avanços que o nosso país vem obtendo na área de responsabilidade de V. Ex^a.

Mas eu gostaria de lhe perguntar, especialmente, sobre um dos temas que aqui mencionou: Quais as medidas que a Finep, Financiadora de Estudos e Projetos, cujo Presidente é o Dr. Glauco Arbix, que conheço – e cumprimento-o por tê-lo convidado, depois dele ter estado à frente de um dos principais órgãos de pesquisa do Governo Brasileiro –, mas quais as medidas que está adotando para ampliar os gastos desta atividade no setor privado e público, combinado? Como V. Ex^a manifestou a intenção de transformar a Finep em um banco, ressaltando que o tema envolve uma negociação complexa, em função das regras de Basileia, das suas exigências, quais são os passos necessários para criarmos essa instituição financeira especializada no fomento à pesquisa, ao



desenvolvimento? E quais serão as principais vantagens dessa medida? Obrigado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Agradeço, Senador Suplicy, o seu testemunho, o seu apoio que é muito importante para mim, pela sua história de transparência e compromisso com a verdade na vida pública. E V. Ex^a estava ao meu lado em alguns desses momentos e sabe do quanto fiquei impactado e indignado com o que tinha acontecido e, evidentemente, eu não tinha qualquer informação prévia do que estava ocorrendo. Muito menos com o Hamilton, que era o meu Assessor de Comunicação, que tinha ido, pessoalmente, na revista *IstoÉ*. Eu nunca soube, ele nunca me consultou, nunca me pediu autorização; e teve atitude de revelar isso com toda a transparência.

Em relação à Finep, nós temos poucos mecanismos privados de fomento à inovação no Brasil. Em outros países existe fundo de capital semente, existem fundos de *venture capital*. E nós precisamos desenvolver o setor privado brasileiro para ajudar, acreditar nas empresas inovadoras, nas empresas com base tecnológica. Mas o Estado tem um papel importante nisso.

Então nós queremos que a Finep seja o banco de inovação do Brasil.

A Presidente Dilma, apesar de todo o esforço fiscal deste ano – e nós estamos participando desse esforço, estamos reduzindo despesa, estamos cortando recursos do Orçamento –, e nós aumentamos em 1 bilhão de reais o crédito da Finep para inovação. Esse recurso já foi todo liberado: 1 bilhão e 400 milhões de reais nesses últimos meses. Porque a demanda é muito forte, o que é um bom indicador; há demanda forte por inovação no Brasil.

Nós queremos dar um salto; que a Finep possa ter também uma espécie de BNDESPar, ou seja, que ela possa participar do aporte de capital. É uma empresa boa, porque vimos alguns casos... Por exemplo, tinha uma empresa extremamente dinâmica na área de TI, que foi vendida depois para o *Google*... Qual era o nome, você lembra? (*Pausa.*) É uma empresa de Minas Gerais. Bom, ela pediu financiamento, não teve financiamento; na semana seguinte, o *Google* compra. Quer dizer, são talentos que a gente tem que apostar, acreditar e ter condições de investir, para podermos desenvolver experiências ricas nessas áreas, que são muito ágeis, muito rápidas em termos de ciclo de inovação.

A ideia da Finep é essa, agora a passagem não é simples, tem que ter um capital líquido, um patrimônio líquido; tem que respeitar as regras de Basileia. Então o Banco Central está assessorando, os estudos estão sendo feitos, nós estamos dialogando com a Fazenda e construindo um caminho bem sólido. Inclusive a Finep não estava informatizada; ela está sendo totalmente informatizada, todos os processos vão ter prazo, vão ter acompanhamento, vão ter transparência.

Eu queria até esclarecer que – inclusive a imprensa deu destaque à minha fala ontem, numa coletiva em São Paulo – eu falei que desejo fazer um



hacker's day; eu queria fazer um encontro dos *hackers* com o meu Ministério para discutirmos a transparência do Ministério. Os *hackers* são jovens talentosos que desenvolvem *softwares* livres, que conhecem profundamente a Internet, que elaboram programas. Eles não são os *crackers*. Os *crackers* são os que usam o conhecimento para atacar, os *hackers* são os que dominam o conhecimento. Agora, eles têm algumas exigências, eles querem transparência, eles querem liberdade na Internet, eles querem *software* livre. Em cima dessa plataforma e desse movimento, quero fazer um encontro para aprimorar o portal do nosso Ministério e vou lançar um programa de transparência total no MCT. E quero a ajuda deles para pensar a forma mais transparente e mais pública, mais republicana que possamos ter na prestação de todas as informações, tanto de conteúdo, de produção, financeira, gerencial no Ministério de Ciência e Tecnologia.

Então, vejo que essa juventude é muito dinâmica, há alguns projetos de garagem, de você articular redes de memória para poder fazer alguns projetos que os *hackers* têm feito na sociedade civil, e é um conhecimento novo que temos que dialogar.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Apenas rapidamente, com relação a esses *hackers*, achei muito interessante essa sua iniciativa. Eles estão, digamos, interferindo, nos computadores dos diversos organismos governamentais, como pessoas identificáveis. Poderá V. Ex^a identificá-los e, com esse convite, de fato, ter essa interação que me parece ser muito positiva. E eu o cumprimento por essa iniciativa. Será possível isso, de fato, acontecer?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Vou explicar. Essas operações, derrubar o site, roubar informações etc. Essas são informações muito sofisticadas e não é fácil identificar. Mas esses são os *crackers*; às vezes cometem crimes, por exemplo. Vi uma ação dessas num acervo científico da USP e destruíram a memória da pesquisa, destruíram. Assim como tem vírus que as pessoas lançam. Tem um setor, como na vida real, tem gente que tem conhecimento e usa para o bem e tem gente que tem conhecimento e não usa. Então, às vezes, é um movimento só para ter prazer de desestabilizar um portal, ou para mostrar que tem competência para entrar. Nesse caso que vivemos agora, não tivemos danos importantes, mas mostrou que o Brasil precisa se precaver, precisa ter mais segurança, precisa ter mais investimento em segurança e informática; mais equipes de cibernética para pensar uma estratégia de defesa, eu diria, mais ampla e consistente. Então, foi um recado importante para nós nos prepararmos.

Agora, paralelamente, esses jovens talentosos se dispõem a participar de um *Hacker's Day* quando a agenda deles é de interesse. Eles se mobilizam e ajudam a construir. Vou tentar e acho que vai ser uma bela experiência fazer um *Hacker's Day* para pensar transparência no MCT.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Com a palavra o Senador Cyro Miranda. Em seguida os Senadores Walter Pinheiro, Eduardo Braga, João Pedro, Randolfe Rodrigues e Jorge Viana.

Vamos proceder a um pequeno intervalo por razões que todos reconhecem. *(Pausa.)*

(Observa-se um intervalo.)

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Suplicy, V. Ex^a está com a palavra pela ordem.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – O jornal *O Estado de S. Paulo*, em matéria do jornalista João Domingos, informa que a Presidenta Dilma Rousseff pede aos aliados que incluam na Lei de Licitações o modelo usado para a Copa. E fala que o projeto de lei de licitações, que desde junho de 2009 foi apreciado e votado na Comissão de Assuntos Econômicos, está pronto para ser votado no Plenário. E aqui informa, até corretamente, que foi feito um entendimento entre a minha pessoa, o Senador Francisco Dornelles, o Ministro do Planejamento no ano passado e em 2009, o Ministro Paulo Bernardo, e o Deputado Márcio Reinaldo e que nós dissemos que o projeto então está pronto para ser apreciado e votado. O Senador Romero Jucá, Líder do Governo, informou que gostaria ainda de fazer alguns aperfeiçoamentos.

O que quero registrar é que, da minha parte e, acho, da do Senador Francisco Dornelles, desejamos que o projeto seja logo apreciado, de modo que tenho toda boa vontade em nunca deixar o projeto parado.

Era o registro que gostaria de fazer, salientando, inclusive, que já comuniquei isso ao Senador Romero Jucá.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, o democrático Delcídio do Amaral, Presidente desta Comissão, Exm^o Sr. Ministro Aloizio Mercadante, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu vim a esta Comissão hoje atendendo a um requerimento cujo objetivo era a realização de uma audiência pública a fim de debater o tema “Economia e competitividade: a importância da inovação”, com a presença do seguinte convidado: Sr. Aloizio Mercadante, Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia.

Todavia, aqui mudaram a regra do jogo, e fui um dos que aqui registrou que esse assunto é rico, da maior importância. Notadamente para nós



que estamos hoje em evidência, talvez seja o assunto de maior riqueza que poderíamos discutir.

No entanto, como mudaram a regra do jogo, eu queria, desde já, dizer ao Ministro que, se ninguém o fizer antes, eu apresentarei um novo requerimento para que V. Ex^a possa voltar aqui única e exclusivamente para se discutir esse tema. Vários Senadores saíram da Comissão porque queriam discutir o tema, mas a lista de oradores e a coisa foi...

Mas, então, como as coisas são esclarecedoras, nós vamos, muito rapidamente, Sr. Ministro, dizer que o senhor, com toda a sinceridade, me convenceu sobre essa questão do ex-governador Quércia. Realmente, pelas sua sinceridade... O senhor é uma pessoa que eu conheço. Eu sou paulista, embora more no Estado de Goiás há 36 anos, e acompanho a sua vida e sei que o senhor é uma pessoa muito decidida nas suas coisas.

Todavia, uma coisa que não ficou clara aqui ainda me intriga; se tirarmos o Sr. Quércia fora, se tirarmos o Sr. Mercadante fora, quem trouxe esse dinheiro? Qual a origem desse dinheiro? Eu acho que o partido ou o senhor pediu para vir a tona e investigar, porque isso não pode... Nenhum hóspede desavisado deixou uma mala esquecida com 1,7 milhão. Essa é a primeira coisa que me deixa...

Segundo, com a veemência e com a clareza do senhor, é certo que, mesmo o senhor estando fora dessa historia, o seu partido não ficou fora dela. Isso ficou patente e o senhor também não procurou deixar que isso fosse.. Está ali o inquérito, tem gente.. Aí eu entendi o adjetivo "aloprados". Realmente são uns aloprados mesmo que fizeram uma lambança no seu partido.

Assim, em vez de termos uma agenda positiva, ficamos com uma agenda negativa, sempre com um partido se defendendo e outro atacando, quando esta Casa aqui tem tanta coisa para fazer.

Mas, Ministro, as novas revelações sobre o dossiê dos aloprados trazem a público novos e velhos personagens. Assim, temos um ex-Deputado, Carlos Abicalil, conhecido por sua intransigente defesa dos mensaleiros na CPI do Mensalão, onde atuou na tropa de choque do PT, e a então Senadora e atual Ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti.

Carlos Abicalil teria sido o autor da ideia de se fazer o dossiê contra José Serra após ter sido bem-sucedido em utilizar semelhante artifício para prejudicar a sua própria companheira de partido, a ex-Senadora Serys Slhessarenko, e o candidato do PSDB ao Governo de Mato Grosso, o também ex-Senador Antero Paes de Barros. Já a Ministra Ideli Salvatti, que pretende premiar o ex-Deputado Abicalil, compor Secretaria Executivo da Pasta das Relações Institucionais, teria participado ativamente de todas as fases do fracassado plano, tendo sido a responsável por sua divulgação junto à imprensa.

V. Ex^a sempre se apresentou e se mostrou um homem direto e disposto a enfrentar as questões e os grandes temas do Congresso Nacional, se o



que circula hoje na imprensa for procedente, a imagem de V. Ex^a ficaria seriamente maculada, sobretudo quanto aos limites da época que, tenho certeza que o senhor as tem em alto teor. Pergunto a V. Ex^a. Entende que há ou não limites éticos nessa política. Esses fatos todos colocados na imprensa procedem ou não procedem? O Partido dos Trabalhadores, desde a sua fundação, tem sempre se colocado como uma alternativa inovadora e como uma forma diferente de fazer política. Todavia, a série de escândalos que têm envolvido o Partido lamentavelmente mostram outras facetas, inclusive uma que nos surpreendeu muito: o abandono à Senadora Serys que ficou atirada aos leões. O que V. Ex^a teria a dizer nessa conduta adotada em relação à Senadora? O Partido dos Trabalhadores tem modificado a sua prática Interna? Porque há algo de podre no Reino da Dinamarca. Parece-me que essa Dinamarca está passando pelo Brasil. Obrigado.

O SR PRESIDENTE (Delcídio do Amaral Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Ministro Aloizio Mercadante.

O SR ALOIZIO MERCADANTE – Agradeço suas palavras, Senador Cyro Miranda, principalmente como é um homem que vem da oposição, dizer que o senhor se convenceu com a minha intervenção nesse plenário tem um significado muito especial porque eu vim aqui para isso. Sei que para os amigos não preciso explicar, para alguns adversários não adianta explicar, mas para a maioria da população a gente deve explicar, deve prestar contas. O homem público que não gosta de prestar contas é igual a guarda-noturno que não gosta de trabalhar à noite. Tem que prestar contas. A coisa mais importante na democracia é a transparência, ela é sempre a razão da verdade e eu vou continuar mantendo a minha atitude dessa forma: totalmente transparente e aberto ao debate.

Por que esses militantes fizeram isso? A minha interpretação... Nós temos uma militância que veio de uma longa trajetória de luta contra a ditadura. Dentro daquele período histórico você tinha várias concepções do militarismo, do foquismo, várias concepções políticas que na realidade quem estava dentro de uma organização, dentro de uma estrutura, estava cumprindo um papel histórico muito importante e, portanto, tinha o direito de fazer aquilo que deveria fazer para atingir o objetivo. A ditadura marcou profundamente uma parte da geração que veio depois. A democracia vai construindo novos valores. Você tem todo o direito de apurar uma corrupção que não foi investigada, mas tem que fazê-lo dentro do Estado de direito democrático. Demora mais? É mais lento, é mais complexo? Mas é assim. Você não pode acusar alguém sem dar o direito de defesa. Hoje, ouvi, aqui, o Senador Dornelles fazer a menção de que eu subi à tribuna e pedi a cassação de dois Parlamentares aqui no Senado. Eu não fiz isso. Nem respondi, mas não foi isso o que eu fiz. Eu subi para exigir esclarecimentos de fatos que diziam a respeito do Senado Federal. A segunda vez eu subi e disse: eu me abstive na votação porque não estou convencido de que há provas conclusivas



para a cassação do mandato. E fui criticado com uma virulência, como se eu tivesse cometido alguma irregularidade e nunca cometi, nesta Casa. Porque eu disse que a minha consciência não chegava a votar pela cassação. Quando vieram num outro processo com outras provas, eu declarei que tinha o conhecimento. Então é só pegar em situações distintas o meu comportamento. Não é verdade que eu saí... Ao contrário, me dispus com a opinião pública de uma forma impressionante, porque votei com a minha consciência porque eu acho que é o papel do juiz em última instância. Não pode sofrer a pressão das circunstâncias os interesses. Demora para a gente construir esses valores? Demora. Mas eles são melhores do que aqueles que construímos para lutar contra a ditadura. Esse é um aprendizado de uma nova liderança de uma militância. É por meio dos erros e acertos que a gente vai construindo. É um erro neste País a gente reproduzir coisas que fizeram com Getúlio, com Juscelino, ou que tudo que foi feito antes não presta. Achei importante a carta da Presidenta Dilma. Acho que foi um gesto político, para ver se a gente consegue criar um outro padrão de disputa.

Tem personalidades que acirram mais essas coisas; outras, menos. Eu, em todas as disputas que tive, não terminei com problemas de nenhuma natureza. Perdi a última eleição com 0.4% para ir para o segundo turno e não teve um incidente importante que mereça... E tenho certeza de que o Governado Alckmin pensa dessa forma. Não teve um incidente. Consegui ter o controle da campanha.

Agora, uma campanha em um Estado que tem 25 milhões de eleitores, que são milhões de votos, que tem uma estrutura, você não tem a gestão, o controle do que está acontecendo. Não tem. Você está o dia inteiro na rua, fazendo campanha. Você vai no comitê para tomar algumas decisões e, de lá, para a rua. São 645 Municípios. Se eu faço duas cidades por ano, eu tenho que fazer o ano inteiro só isso. Então, é muito difícil uma campanha nessa escala. Você está o tempo inteiro viajando imobilizado. Você não controla. Mas eu espero que essa militância aprenda.

Em relação ao ex-Deputado Abicalil, ele foi da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação, a Ideli também vem dessa militância, da área educacional, os dois têm uma convivência muito longa, muito ampla. Ele tem uma expertise importante nessa área. Não vejo que a possibilidade de ele trabalhar com ela e vice-versa tenha qualquer relação com esse episódio. Sinceramente, cinco anos depois, inventar que tinha uma pessoa... Nesse caso, não tem nem fita, nem menção, ninguém pode falar uma coisa que não aconteceu. Tentar colocar o sujeito em uma reunião que ele não estava para poder fazer um vínculo com a Ideli é completamente injusto. Eu sei que tem gente que tem divergências com ela, tem problemas na relação com ela, mas não acho politicamente correto. Espero que isso possa ser superado e que a gente possa deixá-la trabalhar. É uma tarefa difícil a articulação política do Governo.



O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com licença.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – O senhor me permite? A primeira pergunta que fiz foi se o senhor ou o seu partido conseguiram identificar a origem desse dinheiro.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Sim, eu imagino que quem participou saiba, evidente. Eu não participei e não sei. Eu tomei uma decisão: nunca mais falei com nenhum deles, em nenhuma circunstância. Nunca mais falei com ninguém. Por uma razão objetiva. Primeiro, porque vou ouvir só versões e eu prefiro ter a minha convicção profunda, que estou expressando aqui, porque estou falando absolutamente a verdade. Então não era minha responsabilidade constitucional, eu não tinha como levar adiante esse processo, tinha o Ministério Público, a Polícia Federal. As instâncias competentes é que devem apurar as responsabilidades. Eu nunca mais falei com ninguém que se envolveu nesse episódio. Nunca mais na minha vida, em cinco anos.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – E o partido também não quis saber essa origem, porque, na verdade, afetou momentaneamente, até que o senhor esclarecesse, a sua imagem e talvez até um ponto: que o senhor não fosse para o segundo turno.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Seguramente. Nesse episódio, o grande prejudicado fui eu.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – O partido também deixou isso passar batido.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – A vítima desse projeto, que foi um desastre político, fui eu. Eu que não fui para o segundo turno, e eu iria, pelo ritmo que a minha campanha vinha crescendo, e eu sempre cresci no final, passei um período difícil, porque eu tinha que aguardar a conclusão das investigações. Só quando o Procurador Antonio Fernando de Souza deu esse parecer que vocês leram – “não há um único indício, um telefonema, um depoimento, um envolvimento, nada, nada que possa levar ao Senador Mercadante” – e o Supremo votou por unanimidade, eu pude superar esse capítulo. Cinco anos depois, morre o Quércia, e vem uma tese que, no meu ponto de vista, seria indefensável se o Quércia estivesse vivo, absolutamente insustentável. Mas como ele está morto, fico só eu para explicar que não aconteceu o que não aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nós temos ainda inscritos Senador Walter Pinheiro, Senador Eduardo Braga, Senador João Pedro e Senador Jorge Viana. Eu gostaria, se V. Ex^a concordassem, de fazer um bloco só para encerrarmos a reunião, até porque, daqui a pouco, começa a Ordem do Dia, enfim, o Ministro também tem outras agendas. Seria bom para todos.

Então eu vou começar pelo Senador Walter Pinheiro.



O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu vou lamentavelmente passar completamente ao largo da questão principal, que poderia nortear esta audiência, que é a questão exatamente da área de ciência e tecnologia. Fiz questão de frisar isso no início para dizer que o segundo tema que entrou nesta reunião é preponderante. Não se faz ciência e tecnologia sem padrão ético; não se faz ciência e tecnologia sem verdade. Portanto, essa é uma questão crucial.

Conversamos com o ex-Senador Aloizio Mercadante, hoje Ministro da Ciência e Tecnologia, na noite em que tínhamos tido contato com a reportagem e fizemos questão, Aloizio, de não discutir com você em nenhum momento, fazer o que alguns tentaram colocar nesta reunião, que seria uma espécie de ensaio desta audiência. Não troquei com V. Ex^a nenhuma palavra e disse que não aceitaria isso, que queria ouvi-lo aqui, para não fazer nenhum ensaio da audiência pública. Falei com V. Ex^a no domingo, quando tomei conhecimento da matéria. Inclusive, eu e diversos Senadores, neste contato com você, fizemos questão de dizer que era importante que esta iniciativa fosse adotada, a iniciativa de vir a público e falar sem nenhum temor.

O fato de aproveitarmos uma audiência pública, um requerimento já aprovado, era exatamente para dar a liga necessária para que, na Casa, o Ministro pudesse vir falar. Mais do que convocar uma coletiva ou coisa do gênero, era vir exatamente a um palco correto, onde inclusive se estabeleceram, durante a CPMI, os debates sobre esta matéria. Portanto, esse foi o encaminhamento.

E acho que há outros desdobramentos que eu queria levantar aqui, na minha opinião, sem nenhum problema. Eu acho que, em matérias como esta, como vamos fazer nesta semana, discutindo a MP, sem nenhum problema, a base do Governo deve ter um nível de politização e de ação nesse sentido. Eu não vejo por que não debatermos uma MP aqui sobre a qual há discordância. Aliás, fomos nós que abrimos esse debate aqui, no dia 1 de março, para que tivéssemos oportunidade, inclusive, de discutir as matérias e não simplesmente ficarmos aqui como robôs ou levantadores de crachá, votando “sim” ou “não”.

E nesse episódio em particular, nessa situação levantada, quero chamar a atenção – eu até brincava com o Suplicy aqui – para o fato de que o termo “aloprados” foi proferido pelo Presidente Lula. Então, por que o PT não tomou uma posição em relação a isso? Porque não cabia.

Eu quero repetir uma coisa que disse recentemente: nós não tínhamos nada a ver com aquela história de R\$1,7 milhão. Quem meteu a mão naquilo não fez em nome do partido nem tampouco em nome do Governo. Fez em seu nome próprio. Então, que responda por essa questão. Acho que é importante o seu esclarecimento para que a gente descole, de uma vez por todas, esse debate. Não foi um debate feito por nenhum diretório. Eu, por exemplo, nunca fui convidado pelo Diretório Nacional para discutir se a ação dos aloprados foi uma ação dirigida por nós, se ela deveria ser defendida por nós ou conduzida por nós.



Não estou jogando as pessoas às traças, mas tenho que jogar as pessoas à responsabilidade.

Quem toma a iniciativa, ainda que dizendo que gostaria de fazer a defesa ou de trazer à luz determinados fatos, usando de mecanismos completamente espúrios, não pode ter do PT nenhum tipo de concordância ou de solidariedade; pelo contrário, tem que ter do PT pleno e total repúdio a esta questão. Então, eu acho que a atitude de V. Ex^a é correta. Por isso que, nessa mesma linha, Aloizio, acho que seria importante, numa de suas idas à Câmara, chamar a comissão que pode discutir a matéria de ciência e tecnologia, chegar lá e dizer: “Está aqui. Quero colocar na mesa a posição de alguém que está no ministério e que, portanto, tem a obrigação de dar esclarecimentos”. Quando estamos na vida pública, não há outro jeito. Acho que você colocou muito bem isso. Essa é uma cobrança que todo mundo vai fazer a qualquer um de nós, em qualquer fase, desde que estejamos ocupando cargos públicos. Temos obrigação de fazer isso. Então, eu acho importante que essa questão fosse levada.

Por último, a separação dos fatos em relação a essa questão da Ideli Salvatti. Eu acho que não dá para ficar fazendo conexões com intenções de perpetuar o que alguém poderia chamar de crise de Governo. Eu acho que é preciso separar essas coisas.

O fato de se discutir lá a partir das séries, a partir do que ela coloca em relação ao Mato Grosso, acho que inclusive cabe ao PT do próprio Mato Grosso e ao PT nacional fazerem esse debate e tomarem atitudes em relação a isso.

A mesma coisa em relação ao ex-Governador, ao ex-Senador Orestes Quércia, Aloizio.

Eu acho que é fundamental, quando você toca nessa questão, sobre o que significa no tempo, porque foi uma coisa que me intrigou muito. Domingo à noite, quando eu li a matéria, eu pensei o seguinte: se a matéria tinha essa contundência, se tinha esse envolvimento, ela seria capaz de decidir a eleição em São Paulo muito mais rápido, se ela tivesse sido colocada. Se a intenção era atingi-lo, o momento inclusive para ser colocado era ali, naquele momento eleitoral, na disputa agora de 2010, não na de 2006 – portanto, ser requeitada, ser colocada como elemento capaz de desestabilizar um candidato do PT ao Governo de São Paulo.

Portanto, faça essa separação, meu caro Aloysio Nunes – não sei se ele está aí, sem o art. 14 –, para que a gente não fique... E eu concordo com você, Aloysio: para que não fiquemos estabelecendo uma relação de que são adversários daqui do Governo que fizeram essas ilações. Esses que estão fazendo isso hoje, na realidade – faço questão de frisar isso –, na minha opinião, não têm absolutamente nada a ver com vocês, porque, se tivessem, utilizariam na eleição de 2010, e não agora.



O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Tentaram utilizar lá atrás, mas não conseguiram.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Isso. Portanto, é bom isto: a gente separar.

Quanto a essa questão da memória, meu pai sempre me dizia uma coisa, Aloysio, todas as vezes em que se falava... E eu usei a expressão dele, uma vez, até numa briga aqui com o Senador Antonio Carlos Magalhães, quando ele era presidente do Congresso, e eu, líder do PT na Câmara: “Senador Antonio Carlos, meu pai me dizia que a gente não maltrata criança, não agride idosos, nem fala mal de mortos”.

Então, eu acho que seria importante que tivéssemos essa separação, principalmente à memória de Orestes Quércia. Como você disse muito bem, primeiro porque ele não vai ter como se defender, e fica, queiramos ou não, uma acusação muito pesada a alguém que já morreu. Mesmo que a viúva tome a atitude, meu caro Delcídio, de uma representação judicial, é tentar manchar a história de Orestes Quércia. Óbvio que, nessa tentativa, alguém busca fazer seus acertos de conta internos, Aloizio. E aí vai tentando escolher quem vai pagar a conta ou não.

Por isso, acho importante, nessa linha, que você pudesse manter essa indignação que o meu amigo Lindbergh, que não vai usar o art. 14 de novo, utilizou aqui nessa questão. Mais do que a indignação, é manter a posição, efetivamente, de sustentar em todo e qualquer foro, sem nenhum receio, porque essa é a figura de que “quem não deve não teme, nem tampouco treme”, e acho que é importante sustentar essa posição.

Por isso é que lhe faço este apelo: uma ida sua à Câmara, que provavelmente tem Comissão fazendo esse debate, tem discussão envolvendo a questão da ciência e tecnologia, e chamar ao debate, dizendo: “Está aqui. Se os Deputados querem ouvir, se os Deputados querem arguir, se os Deputados querem conhecer efetivamente o que aconteceu, está aqui para ser falado”. E acho que é fundamental que façamos isso, para que, cada vez mais, nós separemos essas coisas, porque o que muitos querem, Aloizio, é exatamente ir colando, principalmente na história das nossas vidas, que essa é uma prática assumida pelo PT e, portanto, vão se elegendo alguns dos seus quadros para que essa coisa possa ser colocada. E todos nós somos passageiros, Aloizio. Todos nós somos passageiros. Mas uma instituição partidária vai durar para sempre.

Então, é esse o objetivo. O objeto, neste momento, pode até ser a sua figura. Mas o objeto central, como era em 2006, era atingir a campanha de Lula Presidente, era atingir a campanha de Aloizio candidato ao Governo, como é também tentar colar uma imagem, para que o Partido dos Trabalhadores leve para sempre uma mácula de que atuou de forma inescrupulosa, daquilo que combateu a vida inteira. Por isso as colocações do Senador Dornelles aqui, tentando exatamente estabelecer essa relação. Por isso acho que seria importante se você



pudesse manter essa postura. Obviamente que não dá para ficar vindo ao Senado nem à Câmara a vida inteira, porque nós temos muito o que fazer. Mas seria importante, na próxima oportunidade, também, fazer a mesma coisa na Câmara, não com o objeto de matar o assunto, mas com a intenção de falar a verdade e esclarecer os assuntos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o próximo Senador inscrito, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Meu caro Presidente, meu cara Ministro Aloizio Mercadante, eu serei bem mais breve do que o nosso querido e respeitado Senador Walter Pinheiro.

Primeiro, para fazer uma abordagem objetiva e direta sobre este assunto. Acho que os esclarecimentos, mais uma vez prestados pelo Ministro Aloizio Mercadante, colocam, de uma vez por todas, as questões onde deveriam estar: no campo de fatos ocorridos e esclarecidos com relação à participação do Senador Aloizio Mercadante nesse episódio conhecido como dos aloprados.

Segundo, tentar trazer agora para dentro desses fatos a Ministra Ideli Salvatti me parece uma coisa descabida, despropositada, não há nenhuma conexão entre um fato e outro. Às outras questões há os mecanismos e há as instituições que devem proceder, como vêm procedendo com relação às investigações relacionadas ao fato. Qualquer outra coisa adicional a isso é questão política.

Quero aqui dizer do meu convencimento, mais uma vez, pelas posições firmes, claras, indignadas de alguém que foi vítima de um processo. Foi vítima não somente no processo eleitoral, porque aquela altura, eu que participava do processo eleitoral a nível de Brasil e a nível de eleições em 2006 majoritárias, acompanhava a ascensão do candidato Aloizio Mercadante em São Paulo, quando, de repente, acontece esse fato dos aloprados, que penalizou eleitoralmente. Politicamente, porque vive tendo que esclarecer algo que está esclarecido.

Em terceiro lugar, no momento em que nós estamos discutindo temas importantes da ciência e tecnologia, quando se discute um redesenho e uma nova arquitetura para o Brasil dentro do cenário internacional, mais uma vez o Governo tem que gastar esforço, tempo e o Senado, num momento em que deveríamos estar discutindo, por exemplo, a LDO, que está sendo votada, neste momento, para o ano de 2012, Ministro Aloísio Mercadante, traz um fato importante e um retrocesso que não recomenda a ascensão que gostaríamos ver continuada na ciência e tecnologia.

Pela primeira vez, nos últimos anos, os recursos da ciência e tecnologia voltam a ser passíveis de contingenciamento, coisa que não aconteceu em todas as outras leis de diretrizes orçamentárias anteriores; esse sim um tema que a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado deveria estar hoje se



dedicando, porque aí está, talvez, uma questão central para a continuidade e para o avanço da questão da ciência e tecnologia no Brasil.

Então, a minha primeira questão ao Ministro Aloísio Mercadante era no sentido de, primeiro, um posicionamento em relação a LDO; segundo, uma recomendação, uma sugestão ao Presidente desta Comissão, porque sei que a Comissão tomou providências com relação a essa matéria junto à LDO, como a Comissão de Ciência e Tecnologia também tomou providências, mas no sentido de fazermos gestões políticas para que no relatório da LDO esses recursos do Ministério da Ciência e Tecnologia não sejam passíveis de contingenciamento, como vinham sendo assim protegidos em leis anteriores, em anos anteriores. Mas gostaria de ouvir a posição do Ministro Aloísio Mercadante.

Outro tema que me parece importante destacar é o de que – e lamentavelmente, não pude acompanhar a apresentação do Ministro no que diz respeito ao tema de mérito desta reunião, que é o tema Ciência e Tecnologia –, mas ao tomar conhecimento da apresentação vejo, e parte dela já conhecia, que há inovações e há novidades na apresentação: uma delas é com relação ao programa de satélites do Brasil para 2011/2020, onde aparece já em 2013 o Satélite Amazônia I, o que para nós da Amazônia, – e aqui está o Senador João Pedro e outros Senadores da região amazônica – com certeza, é uma importante informação, porque a Amazônia passaria a contar com um satélite, a partir de 2013 – e creio que aqui é o lançamento ou o início. Mas eu gostaria de ter um aprofundamento com relação a isso, porque seria muito longo aqui tentar detalhar a importância de um satélite para a Amazônia, embora seja simples entender que, graças a um satélite, nós melhorariamos não só a comunicação, a competitividade, a transmissão de dados, a implantação de banda larga, que possibilitaria a telemedicina, o diagnóstico a distância, a implantação de boas práticas no uso e no manejo do desenvolvimento sustentável, educação a distância, enfim, nós estaríamos falando num sem-número de vantagens com relação a essa matéria.

E, finalmente, Sr. Ministro, quero abordar um tema que, no meu Estado, é hoje um tema palpitante. Trata-se da questão dos *tablets* e a questão do desenvolvimento dos bens de informática. É conhecido por todos os Senadores que o Brasil possui duas políticas de incentivos fiscais para os bens de eletro-eletrônicos e para os bens de informática: uma destinada a todo o Território Nacional, conhecida como Lei de Informática; e outra destinada a uma área de exceção que é a Zona Franca de Manaus. As duas leis.

Portanto, eu gostaria de fazer uma pergunta objetiva e clara ao Ministro Mercadante, porque também na política está se colocando agora de que há uma decisão interna do Governo no sentido de fortalecer e beneficiar o polo existente no Estado de São Paulo, em detrimento do Estado do Amazonas e da Zona Franca de Manaus, pelo fato de que o Ministro Aloísio Mercadante é um



político militante no Estado de São Paulo, além de ser um político de dimensão nacional.

Portanto, eu gostaria de ouvir da parte do Ministro qual a posição do Ministério com relação ao equilíbrio e as vantagens comparativas necessárias, obviamente, para que esse equilíbrio possa existir entre os dois pólos existentes no Brasil: o polo de São Paulo e o polo da Zona Franca de Manaus, no que tange esse tema.

No mais, cumprimentar V. Ex^a pela condução equilibrada, ponderada de uma audiência pública, que tomou o viés de um embate de esclarecimento político; e parabenizar, mais uma vez, o Senador Aloizio Mercadante pela posição firme, transparente, indignada, de alguém que nada teme, nada deve e, portanto, não há por que se negar ao debate, franco e aberto sobre o tema.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

Quero passar a palavra, agora, para o nosso querido Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Ministro Aloizio Mercadante, duas questões – e serei rápido pelo adiantado da hora, são mais de 14 horas –: primeiramente, esta reunião pública dá um testemunho do padrão de exigência do Senador, do homem público, do militante do partido que conheci, aqui no Senado, desde 2007. E tive uma relação política com dois líderes de bancada: com a Senadora Ideli, que hoje é Ministra, e com V. Ex^a, Senador e Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

Então o testemunho é nesse sentido. Conheci V. Ex^a aqui e em momentos duros da luta política, com uma bancada reduzida que não é esta, enfrentando, mas no jogo limpo, no debate aberto da tribuna, nas nossas reuniões, nas nossas comissões.

Então V. Ex^a é um homem digno, um político digno a quem tenho a maior confiança na condução hoje, não de Senador, mas na condução de um Ministério estratégico para o Brasil. Então, quando li a matéria da revista *Veja* e concluí quando terminava ali – isso é um tiro no pé – na hora em que vincula V. Ex^a com o ex-Senador, ex-Governador Orestes Quércia. Por conhecer a vida política dos dois, das duas lideranças públicas sabia que V. Ex^a nunca teve nenhuma relação política, principalmente, numa articulação ilegal já dita por V. Ex^a, dita pelo PT, pela direção do PT acerca desse episódio de 2006.

Então, quero dar esse testemunho. V. Ex^a tem padrão, tem procedimentos, tem métodos que engrandecem a vida pública de V. Ex^a. Pude conviver aqui quase quatro anos com V. Ex^a e quero dar esse testemunho.

Segundo, quero fazer uma denúncia. Nós acabamos de sair de Parintins que propicia, não é mais uma festa de Parintins, mas uma festa que engrandece o Brasil e este ano, mais uma vez, a visita de todo o Brasil, de governadores, de ministros, enfim, nos enche de orgulho. E, principalmente,



quando o Garantido ganha, e foi esse o resultado. Mas o que não funcionou, Ministro, e quero aproveitar aqui este espaço do debate, foi a telefonia.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – *(Intervenção fora do microfone.)* – Mas S. Ex^a é Ministro da Ciência e Tecnologia, e não das Comunicações.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Então veja só como a tecnologia precisa melhorar, porque quando se reúnem 100 mil pessoas não funciona. Precisamos melhorar, porque é inconcebível que nenhuma das operadoras deixe o cidadão que paga com tranquilidade. Então, há uma festa, que é um evento nacional e há esse gargalo por falta justamente de ciência e tecnologia.

Então, quero fazer a denúncia aproveitando aqui e sei do empenho de V. Ex^a de tratar as regiões com outro padrão.

O Senador Eduardo Braga levantou essa questão que estamos discutindo. É bom dizer que já tivemos uma série de diálogos e de reuniões no Ministério no sentido de tratar com equidade, no sentido de tratar de forma diferenciada uma região que é diferenciada, que é a Amazônia, que é a Zona Franca de Manaus. E tenho plena confiança na condução de V. Ex^a de tratar o Brasil, tratar as regiões, tratar o emprego, tratar a Zona Franca de Manaus com o carinho estratégico que merece o Brasil e a região.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado Senador João Pedro.

O último Senador inscrito é o Senador Jorge Viana. Em seguida o Senador Blairo Maggi.

Senador Jorge Viana com a palavra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, caro Senador Ministro Aloizio Mercadante, eu aprendi que, pior do que sofrer uma injustiça é praticar uma injustiça. E acho que seria injusto de minha parte com este companheiro, este ex-Senador, com este Ministro, se eu não viesse aqui, pelo menos nesse final de reunião dar o meu depoimento em virtude de um episódio que sei que machucou muito V. Ex^a, pessoalmente, feriu os princípios que V. Ex^a sempre adotou na política e o quanto isso o incomoda quando é levantado. E acho que foi levantado de uma maneira leviana, novamente, tentando atingir a Ministra Ideli, o que é uma outra grande injustiça.

Penso que, por mais que a ciência e a tecnologia tenham perdido hoje por conta do espaço que deveria ser usado para debater esse tema tão central para o Brasil de hoje e do amanhã, nós ganhamos, pois o Ministro da Ciência e Tecnologia do nosso País não pode iniciar o mandato sob suspeita.

A atitude de V. Ex^a vir aqui foi de grandeza, colocando-se à disposição para debater inclusive esse tema que tanto lhe fere; Foi uma atitude de grandeza e ajuda o Brasil a, definitivamente, virar a página desse episódio, e nós



tratarmos de aproveitar a sua capacidade para aprofundarmos o debate sobre ciência e tecnologia, que é, sim, o diferencial que irá colocar o Brasil em outro patamar ou não, que vai colocar ou não o Brasil definitivamente no século XXI.

Pelo que vi desses seis meses de trabalho de V. Ex^a, andando pelo Brasil, dialogando com os mais diferentes setores da sociedade, reunindo a Academia, reunindo cientistas, montando uma excepcional equipe, como V. Ex^a montou para conduzir a política de ciência e tecnologia do Brasil, estou seguro de que teremos uma mudança extraordinária no setor de ciência e tecnologia em nosso País no Governo da Presidente Dilma, levando adiante algo que o Presidente Lula começou.

Não querendo me alongar, deixo registrado que uma das características de V. Ex^a é ter posição. E exatamente por sempre ter posição é que V. Ex^a sempre foi ou combatido, ou respeitado. Mas sempre teve posição! Tem gente que não gosta do seu estilo, que não gosta das suas posições, mas não pode reclamar nunca que V. Ex^a tenha se omitido sobre os mais espinhosos assuntos. Sempre foi transparente, sempre teve lado; e é exatamente essa postura que eu admiro que faz com que todos nós do PT tenhamos muito orgulho da sua trajetória política. E ficamos orgulhosos, independentemente dos resultados das eleições, quando V. Ex^a foi chamado para as missões mais importantes: ser parceiro de chapa do Presidente Lula, ser candidato ao Governo de São Paulo, ser Senado por São Paulo e, agora, ser Ministro de uma das áreas mais importantes para o nosso País.

Então, V. Ex^a, na sua trajetória, sempre mostrou uma profunda responsabilidade com o nosso projeto político – profunda –, que só os líderes têm, sempre mostrando um profundo respeito pela opinião pública. Daí porque penso que foram essas duas coisas que o trouxeram aqui nesta manhã-tarde. E acho que aqui é o lugar adequado, porque nesta Casa é que o senhor fez o bom combate, nesta Casa aqui, o Senado Federal, o seu nome já está escrito.

Reafirmo que não penso que tenhamos perdido tempo; ao contrário. Foi oportuno, porque esse é um assunto para mim vencido – vencido não pelo tempo, vencido não porque incomoda, vencido não porque nos atinge. Estou seguro de que o PT ainda terá de tomar algumas atitudes, não em relação a esse episódio especificamente, mas sobre esse tipo de prática. Talvez seja uma oportunidade que tenhamos de deixar mais explicitamente registrado que isso é inaceitável para o Partido dos Trabalhadores – e dizer isso para os seus militantes, para todos que compõem o nosso partido, inclusive em respeito à sociedade e tirando lições de episódios como esse –, que nós não trabalhamos com dossiês, que nós não trabalhamos com denunciismo, que nós não trabalhamos na tentativa da desmoralização das pessoas. Talvez isso falte ainda à direção do PT. Porém, isso não pode ser cobrado de V. Ex^a.

Esse episódio foi tratado com profundidade pelo Ministério Público Federal; esse episódio teve decisão do Supremo; esse episódio foi tratado em



suas minúcias pela imprensa, pela oposição. E, aí, concluo dizendo que ele foi tratado em duas ocasiões que, talvez, sejam até mais importantes do que tudo que eu disse antes – Ministério Público, Supremo, imprensa e oposição – ele foi tratado em duas eleições, duas eleições que ocorreram depois desse episódio. Uma em São Paulo, com V. Ex^a participando. Ali era um espaço. São Paulo, a decisão. Como esse próprio episódio trouxe tanto prejuízo, inclusive político, para V. Ex^a, e eleitoral, como V. Ex^a já expôs, na eleição de São Paulo, no ano passado, se tivesse alguma substância nessa denúncia, se tivesse algo importante, ela teria voltado na eleição para o governo de São Paulo no ano passado. E mais ainda: na segunda eleição, teria sido colocada na eleição da Presidente Dilma. Aí, sim, poderia ter mudado completamente o resultado dessa eleição.

Então, lamento profundamente a volta desse tema, e trazendo ainda a figura de uma pessoa que já não está mais no nosso meio, que é o ex-governador Quércia. Isso é lamentável! Eu, aqui, me associo a todos que falaram em solidariedade à família do ex-governador Quércia. Só falta, agora, esse episódio de querermos fazer a exumação de figuras por conta desses enfrentamos políticos que estamos vivendo!

Espero, sinceramente, e estou certo de que o Senado dará um tratamento à altura dos que compõem esta Casa, especialmente os que atuam na oposição. Estou seguro, porque conheço a seriedade da ampla maioria daqueles que fazem oposição, inclusive, ao nosso Governo.

Então, queria concluir, Sr. Presidente, agradecendo a oportunidade, e dizer que, por fim, talvez esta sessão tenha sido mais importante ainda para o Senador Aloizio. Não para ele esclarecer o que já estava esclarecido, mas para ele nos dar mais este exemplo de vida, de trazer a indignação dele, de alguém que já estava e foi ferido novamente, com esse assunto voltando da maneira como alguns tentaram trazê-lo de volta. E estou me referindo exclusivamente a setores da imprensa nacional.

Acho que isso é inaceitável. Para alguns homens públicos, o maior patrimônio é a sua credibilidade, é a sua vida. E sei que para V. Ex^a, Senador Aloizio, esses são dois valores muito caros que V. Ex^a preserva. O que passou de mais definitivo aqui, hoje, foi a indignação de quem sofreu, mais uma vez, uma grande injustiça. V. Ex^a conseguiu passar para todos nós, como disse o Senador Cyro, e estou seguro de que esse assunto voltou – e nisto ele tem alguma coisa positiva em ter voltado – para que aqueles que ainda tinham dúvida da sua inocência pudessem tirá-la nesta oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

O último orador inscrito, Senador Blairo Maggi.



O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, Ministro Aloizio, é um prazer tê-lo aqui com a gente.

As minhas considerações serão bastante rápidas. Na mesma matéria em que foi citado o Senador Aloizio, acabei entrando de carona nesse assunto, lá pelo Estado de Mato Grosso, como é do conhecimento daqueles que leram as duas edições da *Veja*, no final de semana passado e neste final de semana.

Quero deixar claro aqui, à nossa Comissão, que em nenhum momento, em 2006, lá no Estado de Mato Grosso, tratou-se de qualquer assunto com respeito a esse mesmo episódio que agora vem sendo colocado. Não havia a mínima necessidade lá, pela eleição no Estado, de qualquer movimentação que não fosse a normal de uma eleição, já que eu vinha liderando as pesquisas – entre 65 e 70% em todas as pesquisas –, antes, durante e após a eleição também.

Mas, como fui citado na matéria, tomei três providências: duas já realizadas e uma devo realizar de hoje para amanhã. Mas queria deixar aqui esclarecido, e também prestar minha solidariedade ao Ministro Aloizio, que há inverdade nessa matéria. Eu procurei a Polícia Federal, a Superintendência da Polícia Federal lá em Mato Grosso e também a Procuradoria-Geral da República de Mato Grosso. Entreguei um ofício a cada um deles pedindo agilidade e pedindo para que eles esclareçam e interpelem quem fez as declarações a meu respeito. E, no dia de hoje, ou no dia de amanhã, entrarei com uma ação civil pública... Pública, não, uma ação civil criminal, também, contra esse cidadão que fez menção a meu nome nessa matéria, para que venha e esclareça onde tem as provas para dizer o que ele disse a meu respeito nesta matéria. Então, para deixar claro, tomei duas providências: uma na Polícia Federal, uma na Procuradoria Geral e outra, agora, uma ação civil criminal contra o cidadão. Era o que eu tinha que fazer. Não vou ficar aqui discutindo o que não sei, não participei, não vi e não fui informado. Então, colocou meu nome na revista, vou entrar com o que posso fazer, os processos, enfim, processar aquele que não está dizendo a verdade.

Ministro Aloizio, a mim não resta o reconhecimento da sua inocência no processo, porque estou sendo colocado dentro de um negócio que não vi, de que nem passei perto. Se fizeram isso comigo, podem estar fazendo com V. Ex^a ou com qualquer outro. Isso o descaracteriza de qualquer verdade nesse processo. E se servirem as ações que estou movendo para que, depois, possam ajudar a esclarecer esse assunto, elas se tornarão públicas assim que eu tiver os resultados tanto da Polícia Federal quanto do Ministério Público e da ação que vou mover particularmente.

Então, era isso que eu queria informar, já que fui citado na revista. Meu nome parece que não andou na Comissão, mas também não tenho nenhum receio de falar sobre o assunto. Pena que eu não possa falar muito porque não conheço. Estava muito distante desse assunto na época em que ele aconteceu.



Muito obrigado, Sr. Presidente. Parabéns, Ministro Aloizio pela sua paciência de estar de nove e meia da manhã até às duas e vinte e seis nesta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi.

Com a palavra, para suas considerações finais, o Ministro Mercadante.

O SR. ALOÍZIO MERCADANTE – Quero agradecer a manifestação de todos os Senadores nesta rodada final, ao Senador Walter Pinheiro, pela solidariedade e apoio.

De fato, não pedi para ninguém fazer qualquer tipo de ensaio em relação a estar aqui. Ouvi muitos comentários e muitas sugestões para que eu não viesse, mas eu disse que não abria mão de vir, que eu queria transparência, quero debater e vou debater onde for solicitado.

Segundo, em relação ao Senador Eduardo Braga, é muito importante esse debate acerca da LDO. Temos que olhar ciência e tecnologia como um setor estratégico. A Amazônia precisa de um satélite público para melhorar especialmente o acesso à banda larga e às comunicações. Em relação ao episódio que o Senador João Pedro manifesta sobre a festa de Parintins, talvez fosse o caso de pedir uma audiência com o Ministro das Comunicações para a festa do ano que vem, um suporte especial capaz de suprir a demanda, que deve ser muito forte, e deve faltar infraestrutura. A longo prazo, precisamos de um satélite dedicado especificamente à Amazônia.

Em relação aos *tablets*, temos 68 emendas à medida provisória. O Ministério está aberto, já uma recomendação clara da Presidenta Dilma de preservar o papel estratégico da Zona Franca, do Polo industrial de Manaus, que acho particularmente que não é apenas uma questão dos amazonenses, mas uma questão do Brasil. Aquele é um projeto estratégico para o País, para preservação da Amazônia. É um polo de ciência e tecnologia. Quem não conhece deveria visitar. Encontraremos um bom equilíbrio na negociação da medida provisória.

Quero agradecer ao Senador Jorge Viana, também concordo em que a democracia ganha com esse debate que fizemos aqui. A oposição pôde perguntar tudo que quis. Respondi, com toda a transparências, as minhas convicções.

Agradeço à militância por dizer que tem orgulho da minha trajetória, sinto isso, e saberei preservar esse sentimento.

Por último, agradeço as palavras do Senador Blairo.

Termino dizendo que o homem público não tem que ter compromisso com o erro. Comte dizia que só tem ética na vida pública aquilo que se pode defender publicamente. Portanto, tem que enfrentar o debate, e é só assim que preservamos os valores que dão sentido à nossa vida pública.

Muito obrigado. Até uma próxima oportunidade.



O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral Bloco/PT – MS) – Declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14 horas e 29 minutos.)